UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

RAYANNE BEZERRA DOS SANTOS

A CIDADE DO QUE JÁ TEVE: POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA DE MACAU/RN POR MEIO DO ACERVO DO MUSEU JOSÉ ELVIRO

MOSSORÓ, RN

2025

RAYANNE BEZERRA DOS SANTOS

A CIDADE DO QUE JÁ TEVE: POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA DE MACAU/RN POR MEIO DO ACERVO DO MUSEU JOSÉ ELVIRO

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande de Norte – UERN, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, para a obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar.

Orientadora: Profa. Dra. Aryana Lima Costa

MOSSORÓ, RN

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

S237c
SANTOS, RAYANNE BEZERRA DOS
A CIDADE DO QUE JÁ TEVE: POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA DE MACAU-RN POR MEIO DO ACERVO DO MUSEU JOSÉ ELVIRO. / RAYANNE BEZERRA DOS SANTOS. - MOSSORÓ/RN, 2025.
170p.

Orientador(a): Profa. Dra. ARYANA LIMA COSTA.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. História Local. 2. Educação Patrimonial. 3. Curadoria compartilhada. 4. Museu José Elviro. I. COSTA, ARYANA LIMA. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

RAYANNE BEZERRA DOS SANTOS

A CIDADE DO QUE JÁ TEVE: POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA DE MACAU/RN POR MEIO DO ACERVO DO MUSEU JOSÉ ELVIRO

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande de Norte – UERN, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, para a obtenção do título de Mestre.

Data da defesa: 27/ 05/ 2025

COMISSÃO EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
ARYANA LIMA COSTA
Data: 07/07/2025 11:31:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Professora Dra. Aryana Lima Costa
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

gov.br Documento assinado digitalmente
FRANCISCO DAS CHAGAS FERNANDES SANTIAG
Data: 29/08/2025 13:26:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Professor Dr. Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO CANDIDO ROLIM
Data: 08/09/2025 19:26:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Professor Dr. Leonardo Cândido Rolim
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Dedico esse trabalho à João Gabriel, Luíza e Maria Eduarda, os meus filhos que preenchem a minha vida de sentido e de amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder forças, sabedoria e serenidade para perseverar nesta caminhada, mesmo diante dos desafios.

Agradeço a mim mesma, por não ter desistido, por manter a coragem e a determinação mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço à minha mãe, minha maior referência, exemplo de amor, luta e resiliência, cuja presença foi essencial ao longo de todo esse processo.

Agradeço à Aryana, por ter sido uma companheira de jornada tão admirável. Sinto-me verdadeiramente privilegiada por ter caminhado ao lado de uma mulher tão inspiradora.

Agradeço à minha família, que sempre torceu por mim e ofereceu apoio incondicional em todos os momentos.

Agradeço aos meus amigos, pelo incentivo e carinho.

Agradeço às colegas do grupo *"Mestrado UERN Bastidores"*, por dividirem angústias, oferecerem apoio mútuo e tornarem essa experiência mais leve e coletiva.

Agradeço, com especial afeto, aos meus alunos, que são a maior inspiração deste trabalho e a razão do meu compromisso com a educação.

“Tudo que move é sagrado.”

Tenho o privilégio de não saber de tudo. E isso explica o resto

(Manoel de Barros, 2015, p.23).

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar as possibilidades pedagógicas de se ensinar História a partir do acervo do Museu José Elviro, localizado na cidade de Macau/RN. Diante do cenário de abandono que atinge o museu e da ausência de valorização da história local nos documentos oficiais da escola, esta pesquisa propõe a construção de uma curadoria compartilhada entre professora e estudantes da 2ª série A, do turno matutino, do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale, no ano de 2024. A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa e na metodologia da pesquisa-ação, pois busca produzir conhecimento a partir da experimentação e da reflexão sobre a prática. O trabalho tem sua ancoragem teórica articulando os campos da História Local, da Educação Patrimonial e da Cultura Material. O trabalho buscou promover a leitura crítica das narrativas presentes no museu, problematizando silenciamentos e ausências históricas, especialmente em relação a mulheres, negros e indígenas. Como resultado, foi elaborado um material didático com quatro roteiros de aprendizagem, que articulam práticas investigativas, análise de fontes e produção autoral dos estudantes. A experiência demonstrou que os pequenos museus de cidades do interior, mesmo com limitações estruturais, podem se tornar espaços significativos de ensino, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos alunos.

Palavras-chave: História Local; Educação Patrimonial; Curadoria compartilhada; Museu José Elviro.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the pedagogical possibilities of teaching History through the collection of the José Elviro Museum, located in the city of Macau, Rio Grande do Norte, Brazil. In light of the museum's state of neglect and the lack of emphasis on local history in the school's official documents, this research proposes the development of a shared curatorship between the teacher and students from the 2nd year A, morning shift, of the High School at Escola Estadual Professor José Olavo do Vale, in the year 2024. The research adopts a qualitative approach and the methodology of action research, seeking to produce knowledge through experimentation and reflection on practice. The theoretical foundation of this work lies in the articulation of Local History, Heritage Education, and Material Culture. The study sought to foster critical reading of the narratives present in the museum, addressing silences and historical omissions, especially concerning women, Black people, and Indigenous populations. As a result, an educational material was developed, consisting of four learning guides that incorporate investigative practices, source analysis, and student-authored production. The experience demonstrated that small museums in rural towns, despite structural limitations, can become meaningful educational spaces, contributing to students' critical and civic formation.

Keywords: Local History; Heritage Education; Shared Curatorship; José Elviro Museum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 01 – Museus históricos do Rio Grande do Norte.....35

FIGURA 01 – Banner com a foto do senhor João de Aquino.....40

FIGURA 02 – Fachada do antigo prédio do Museu José Elviro.....41

FIGURA 03 – Cálice usado por Mons. Honório em sua primeira missa na Igreja Matriz em 1902.....43

FIGURA 04 – Primeiro alto-falante da cidade.....44

FIGURA 05 – Grilhões do acervo do Museu José Elviro.....46

FIGURA 06 – Interior do Museu José Elviro.....48

FIGURA 07 – Prédio alugado para abrigar o museu temporariamente.....51

FIGURA 08 – Interior do novo espaço do Museu José Elviro.....51

FIGURA 09 - Atividades desenvolvidas na Eletiva ”A cidade do que já teve” (2023).....81

FIGURA 10 – Vsita ao Museu José Elviro.....89

FIGURA 11 – Folha de registro da visita ao Museu José Elviro.....95

FIGURA 12 – Acompanhamento da pesquisa por whatsapp.....100

TABELA 01 – Catalogação da curadoria.....101

FIGURA 13 – Extração artesanal de sal no município de Macau – Rn, na década de 1950.....107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 OS MUSEUS E O ENSINO DE HISTÓRIA 25

1.1 Museu e memória 25

1.2 Museus históricos de cidades do interior do RN 32

1.3 O Museu José Elviro 39

2 O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL 53

2.1 Conhecendo a História Local 53

2.2 A História Local e a Educação Patrimonial 59

2.3 O uso dos objetos nas aulas de História Local 67

3 CURADORIA COMPARTILHADA E A HISTÓRIA LOCAL 75

3.1 Curadoria compartilhada como prática pedagógica 75

3.2 Escolhas iniciais: retomando a trajetória com os alunos e planejando 80

3.3 Visita ao Museu José Elviro: percepções e desafios 84

3.4 A pesquisa: descobertas e limitações 94

3.5 A curadoria: análise dos resultados da pesquisa 100

CONCLUSÃO 110

REFERÊNCIAS 113

MATERIAL DIDÁTICO 118

APÊNDICE A – Banner “A cruz alma de milagre” 160

APÊNDICE B – Banner “Cabaça” 161

APÊNDICE C – Banner “Cadeira de parto” 162

APÊNDICE D – Banner “Correntes e algemas” 163

APÊNDICE E – Banner “Caneleiras de ferro” 164

APÊNDICE F – Banner “Balaio” 165

APÊNDICE G – Banner “Pilão de madeira” 166

APÊNDICE H – Banner “A máquina de costura” 167

APÊNDICE I – Banner “Tina de ferro” 168

APÊNDICE J – Banner “O alto-falante” 169

APÊNDICE K – Banner “Ferro de passar” 170

INTRODUÇÃO

Como já dizia a letra da canção do Cazuza: “Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades, o tempo não para, não para não, não para”. O tempo é visto de tantas maneiras, como cura, como mestre da vida, como juiz. Por vezes, pode ser uma sentença, principalmente, quando não se pode mais esperar, e quando se quer sobreviver; este é o caso do Museu José Elviro, da cidade de Macau, no Estado do Rio Grande do Norte, que sofre com a ameaça de desaparecer a qualquer momento.

Macau é uma cidade litorânea do interior do Rio Grande do Norte que fica a cerca de 190 km da capital, localizada na Mesorregião Central Potiguar e inserida na microrregião de Macau. Encontra-se limitada ao norte pelo Oceano Atlântico, ao sul pelo município de Pedro Avelino, ao leste pelo município de Guamaré, e ao oeste pelos municípios de Pendências, Carnaubais e Porto do Mangue.

De acordo com o Getúlio Moura (2005), a cidade foi colonizada por portugueses no século XIX e teve o seu povoamento impulsionado pela produção de sal. Tem sua origem atrelada à submersão das águas do rio Açu sobre a antiga Ilha de Manoel Gonçalves, quando o povo, impossibilitado de permanecer em seu espaço, teria migrado para uma região próxima em busca de melhores condições de moradia.

> Algumas famílias da Ilha de Manoel Gonçalves se transferiram para Macau já em 1815, ano de grande cheia, fenômeno periódico do rio Açu que assustava os moradores de sua foz; além das grandes marés que alagavam partes das ilhas de Manoel Gonçalves (Moura, 2005, p. 119).

Entre as décadas de 1940 a 1960, período lido socialmente como glorioso pela historiografia local, lideranças políticas, empresários e por parte da população que se beneficiou pelo crescimento econômico impulsionado pela indústria salineira, a cidade chegou a ser a maior produtora de sal do estado, o que provocou uma considerável “enchente” populacional impulsionada pelo aumento das ofertas de trabalho. No dia 11 de agosto de 1963, o Juiz de Direito Elias Borges declara em uma palestra: “Macau é uma cidade de empregados. O comércio macauense mantém-se exclusivamente à custa de clientes que vivem de salários. Parte da população da cidade de Macau tem salários compensadores e razoável poder aquisitivo” (Barros, 2001, p.143).

Mesmo nesse período de grande circulação de dinheiro na cidade, a economia salineira enfrentou algumas crises devido a mudanças climáticas. Segundo Moura (2005, p. 189), essa desestabilização atrelada ao aumento da demanda fará com que o governo federal invista na mecanização do seu parque salineiro, fato que impactará a vida dos trabalhadores em decorrência do crescente desemprego. De acordo com Benito Barros,

> Os efeitos das transformações nos processos de trabalho e do transporte na indústria salineira, já observados na segunda metade da década anterior, serão devastadores na década de 70 e se prolongarão até os dias de hoje. E aqui não nos referimos apenas ao êxodo pura e simplesmente. O processo de degradação local chegou ao extremo de – invertendo-se o quadro anterior – a prefeitura ter se tornado a maior empregadora de mão-de-obra. (Barrros, 2001, p. 19).

Diante disto, ecoa a narrativa de que a cidade é a '*cidade do que já teve'*, o que denota não apenas nostalgia, mas, também, uma autoimagem depreciativa. O escritor macauense Benito Barros (2001), caracteriza a história da cidade como cheia de altos e baixos, denunciando o descaso com a memória e a destruição da cidade da qual o povo seria vítima, e que, ao mesmo tempo, se manteria inerte perante sua decadência. Ele traz um trecho de um projeto de lei do ano de 1958, do então prefeito José Ferreira de Macedo, que já apresenta esta sentença moral de origem popular:

> É crença geral, e já se tornou adágio popular, que 'Macau é a terra do já teve'; cumpre aos homens que ocupam cargos no governo – executivo e legislativo - , unidos e confiantes no destino de nossa terra, acabar de uma vez por todas com esse complexo, para podermos dizer, orgulhosos e envaidecidos: Macau tem... (Processo 12/58 CMM in Barros, 2001, p.18).

No entanto, esta intenção de mudança não se concretizou, pois observamos no presente os mesmos problemas do passado. Podemos citar, como exemplo, o êxodo recorrente, que pode significar menos oportunidades de emprego, menor qualidade de vida e menos investimentos em infraestrutura e serviços públicos. Se compararmos os números do IBGE, perceberemos que o quadro populacional continua oscilando: em 1970 a população chegou a 25.800 no total, diminuindo para 24.078 habitantes na década seguinte. No ano de 1991 o censo demográfico aponta para um crescimento chegando a totalizar 25.985 habitantes, número que volta a cair em 2000 para 25.700 pessoas. Já em 2010 temos um crescente chegando a 28.954 habitantes, e em 2022 apresentou uma queda de 5,48% no número total da população, alcançando apenas 27.369 pessoas.

De acordo com Iapony Rodrigues Galvão (2019, p. 115) a economia salineira, que anteriormente era um grande atrativo populacional, passa a ser um gerador de desemprego devido à mecanização de seu processo produtivo. Essa situação, somada à ausência de políticas públicas, resulta na migração da população da cidade para outras áreas em busca de condições de sobrevivência, levando a uma estagnação populacional.

Neste cenário decadente, encontramos um museu histórico que nos parece refletir, de certa forma, a realidade que o cerca. O Museu José Elviro é um museu de iniciativa particular que possui um acervo de grande valor histórico para o município, mas que ao longo de sua trajetória sofre com a ausência de investimentos, resultado da desvalorização dos governantes e da comunidade que não enxerga a sua riqueza cultural e científica. Mesmo abandonado, resiste no aguardo da promessa de construção de um local adequado para proteção desse bem patrimonial.

Refletindo mais uma vez sobre a expressão ‘a cidade do que já teve’ percebemos que este adágio popular poderia representar uma exaltação ao passado, de modo a expressar a vontade de lembrar do que já existiu. Este desejo implicaria na intenção do resguardo dos objetos que cristalizassem essa memória. A frase, porém, segue por um outro caminho, compondo uma narrativa que embasa um comportamento apático da população diante do abandono de sua cidade. É como se dissessem que “a cidade é assim, faz parte de sua essência”, uma sentença tão verdadeira que seria inútil ousar contrariá-la, tendo em vista que nada seria feito.

Diante disso, relacionamos a expressão ao abandono do museu, que seria só mais uma coisa que iremos esquecer. Toda a situação de abandono vem sendo naturalizada pela população, o que evidencia o caminho que devemos traçar. Muitos são os desafios que o Museu José Elviro tem passado em sua história. Estando fechado, algumas vezes, devido ao estado de calamidade em que se encontrava o prédio que o abrigava desde muito tempo.

A partir de uma percepção do museu enquanto lugar de criticidade, de potencial educativo, aporte de identidades, é que propomos o nosso objeto de pesquisa, na justa causa de resguardar o Museu José Elviro do danoso esquecimento. Como afirma Paim (2010, p. 96) “as pessoas só respeitam, admiram, preservam e se identificam com aquilo que conhecem”, portanto, é preciso conhecer para preservar, e conhecer vai além de saber da existência, é necessário uma experiência que traga sentido, para assim se

apropriar e atribuir significado.

Apesar da situação de abandono, o acesso ao Museu José Elviro por professores e estudantes é algo recorrente, o que corrobora com a sua utilização enquanto ferramenta de aprendizagem, principalmente, quando se trata da História Local. Portanto, esta pesquisa pretende apresentar a possibilidade de um Museu José Elviro como espaço vivo de aprendizado, onde os alunos podem aplicar e expandir seus conhecimentos históricos de maneira prática e colaborativa. Ao propor essa ressignificação, buscamos também analisar as narrativas presentes e possíveis no museu, pois o entendemos como espaço fértil para o debate crítico sobre a reconstrução das narrativas históricas, mais plurais e representativas.

Enquanto professora de História do município de Macau há 13 anos, com convicção da importância dos espaços museais para a história, pretendemos mostrar a Educação Patrimonial como uma metodologia de relevância para o Ensino de História, sendo propulsora de atividades que estimulam a reflexão, o protagonismo e a autonomia. A nossa concepção de ensino é mediar o aprendizado a partir do despertar das dúvidas, do problematizar o presente, nutrindo a curiosidade e a criticidade, revelando as injustiças sociais. Esse pensamento é o norteador das escolhas que fazemos e, não foi diferente, ao propormos esta pesquisa.

Durante os anos de profissão, visitamos o Museu José Elviro algumas vezes por compreender o seu potencial educacional, tendo desenvolvido projetos escolares que alertavam sobre o abandono. E quando decidimos, depois de dez anos, voltar ao universo da academia e da pesquisa, não foi difícil reconhecer o que o nosso interesse mais evidente seria construir uma proposta que vislumbrasse o ensino de história a partir do acervo do museu.

A História local sempre nos aproximou da reflexão crítica. Ainda enquanto estudante do Ensino Médio buscávamos perceber as permanências do passado no presente e apontar a continuidade dos problemas socias. Já na graduação, o tema da produção historiográfica sobre a cidade de Macau foi nossa escolha, talvez por observar com certo incômodo esse discurso saudosista de uma memória elitista, única e excludente, queríamos apontar para a necessidade de novas produções que dessem luz aos problemas socias que constituem a formação da nossa sociedade.

Dessa trajetória pessoal e profissional surge a proposta de investigar o potencial do acervo do museu para o Ensino de História na intensão de construir, junto com os estudantes, conhecimento histórico, reconhecendo as narrativas históricas locais presentes no museu, como elas se relacionam com o presente, e ampliar e propor novos olhares e vozes, que possam estar minimizadas ou esquecidas.

Nesta pesquisa, iremos propor a construção de uma curadoria compartilhada[1] com os alunos do Ensino Médio Potiguar da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale. A intenção é selecionar objetos de relevância para a História Local no acervo do Museu José Elviro. Esta nossa escolha se deve pelo fato de trabalharmos na escola desde o ano de 2016, também pela sua localidade ser próxima ao Museu, apenas 600 metros.

A Escola Estadual Professor José Olavo do Vale[2] foi criada através do Ato Nº 621 e inaugurada em 06 de dezembro de 1952, o ato de reconhecimento Nº 222/82, data do dia 24 de maio de 1982. Está localizada na Praça Café Filho, nº 139, Centro – Macau/RN. Recebeu este nome em homenagem ao odontólogo Dr. José Olavo do Vale, que doou o terreno para a construção do prédio próprio da escola.

Atende a comunidade de toda a Macau e, principalmente, dos distritos como: Ilha de Santana, Imburanas, Salinópolis, Tambaú, Quixaba, Alcanorte, Cohab, Canto do Papagaio, Barreiras, Diogo Lopes, Assentamento Sebastião Andrade e Venâncio Zacarias. Os alunos advêm, em sua maioria, da zona rural, com condição social desfavorável no que diz respeito aos aspectos socioculturais e econômicos.

Atualmente a escola conta com matrícula inicial de 471 alunos, sendo 11 turmas do Ensino Médio Potiguar, no diurno, e 03 turmas do Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mais 02 turmas do Ensino Fundamental Anos Finais também da modalidade de EJA, no noturno, além, de 01 turma do Ensino Fundamental Anos Iniciais da EJA do Privados de Liberdade. Funcionando, também, com a Comissão Permanente de Exames Supletivos[3].

---

[1] Essa categoria de análise será melhor desenvolvida à frente desta introdução.

[2] ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ OLAVO DO VALE. **Projeto Político Pedagógico: A relevância das relações interpessoais para um mundo melhor.** Macau, RN: 2022.

[3] Comissão responsável pela organização e aplicação de exames supletivos no estado do Rio Grande do Norte, através da Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, oferecendo oportunidades de conclusão do ensino fundamental e médio para aqueles que não concluíram na idade apropriada.

A sua estrutura é composta por oito salas de aula (uma destas é ocupada pela Comissão Permanente de Avaliação). Possui ainda, uma cozinha pequena, uma sala de multimídia, uma sala multifuncional, uma biblioteca, uma secretaria, uma sala dos professores, uma diretoria, um refeitório adaptado, dois banheiros, masculino e feminino, para os alunos, dois banheiros, masculino e feminino, para os funcionários e uma quadra de esporte inservível. A escola tem uma infraestrutura pobre, no sentido de que necessita de uma reforma geral nas partes elétricas e hidráulicas. Não possui espaços de socialização, lazer ou reuniões, não possui nenhum laboratório. As salas são muito quentes, e ainda que a escola tenha recebido os ares-condicionados, se faz necessário uma nova rede elétrica que comporte a instalação dos aparelhos.

O seu quadro de professores é formado por 22 profissionais, sendo 17 deles efetivos e 05 temporários. A escola está organizada em uma gestão democrática, com Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil. O calendário cultural e de atividades pedagógicas compreende: atividades do dia da mulher, o festejo junino, a Feira de Ciências, a semana intercultural do dia do estudante, atividades do dia da consciência negra, culminância das eletivas ao fim de cada semestre e a Gincana Literária.

Observamos a ausência de menção à Educação Patrimonial e à História Local no PPP (2022) da escola. Consideramos essas metodologias de grande relevância para o desenvolvimento educacional dos estudantes, pois proporciona uma conexão entre o conteúdo a ser ensinado e o contexto cultural e histórico ao seu redor. Desta forma, esta pesquisa pretende suprir esta lacuna, apresentando um trabalho educativo a ser desenvolvido a partir do acervo do museu de história local, onde os estudantes serão envolvidos na curadoria sobre a história da cidade.

Nesta escola, encontramos inúmeras dificuldades devido à falta de investimento, que se reflete na ausência de recursos pedagógicos que tornem o aprendizado acessível. Além disso, todos os anos a escola sofre com a ausência de professores, o que contribui para a imagem de ser uma escola difícil e bagunçada. A falta de resultados significativos acaba reforçando a percepção de que a escola recebe alunos que não querem estudar.

Dentre tantas dificuldades, nós ainda encontramos motivação, pois, acreditamos que os alunos que apresentam limitações e estão vulneráveis são os que

mais precisam do nosso trabalho. Daí a importância de metodologias emancipatórias que promovam autonomia, autoestima e pertencimento.

A Base Nacional Comum Curricular que entra em vigor no ano de 2020 é um documento embasado na contribuição de milhares de profissionais da educação e que se estabelece como força de lei. Dentre as instruções a partir da sua implantação, existe a orientação da necessidade de construção de um currículo para cada estado que aborde as questões relativas às realidades locais e regionais.

É nos componentes da área de Ciências Humanas e no componente Eletivas que a História Local vai se inserir e, portanto, poderia entrar nesta proposta. Sendo uma metodologia de caráter interdisciplinar, que valoriza a vivência do estudante, que promove atividades práticas de cidadania e que consolida o ensino para a autonomia dos sujeitos que observam, questionam, refletem e interferem no seu meio.

Mediar o conhecimento histórico por meio do contato com o acervo do Museu José Elviro para reconhecer e problematizar as narrativas históricas presentes é o foco desta pesquisa acadêmica. O objetivo geral é explorar as possibilidades pedagógicas do Museu José Elviro para o Ensino de História Local a partir da análise e reflexão sobre o patrimônio.

Os objetivos específicos incluem historicizar as questões relacionadas à existência e manutenção do Museu José Elviro em Macau, apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da História Local e analisar a articulação entre História Local e Educação Patrimonial, apresentar e analisar a experiência de curadoria compartilhada realizada com os alunos da 2ª série A, do turno matutino, do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale em 2024, evidenciando as escolhas metodológicas e conceituais que fundamentaram sua construção e criar a proposta de um material didático baseado na experiência da curadoria compartilhada como forma de continuidade do trabalho com o acervo do museu.

Segundo Meneses (1995, p. 41), os objetos presentes em museus se configuram como documentos históricos, os quais permitem aos indivíduos explorar e reconstruir o passado. Nesse sentido, é possível inferir que os Museus Históricos desempenham um papel fundamental como recursos para a prática do fazer história por meio dos objetos que abrigam. Ao considerar que o ensino de história implica, em essência, o aprendizado de como construir narrativas históricas, cabe ressaltar que

os estudantes devem ser incentivados a analisar e problematizar os relatos apresentados pelas exposições museológicas como forma de aprimorar sua compreensão do passado.

Tendo por base a História Cultural, esta pesquisa dá ênfase às potencialidades educativas a partir do patrimônio histórico, analisando as experiências e perspectivas de professores e alunos ao se envolverem em uma atividade pedagógica utilizando um museu de história local de uma cidade do interior. Neste trabalho de pesquisa usamos a abordagem qualitativa, pois buscamos interpretar o objeto de estudo a partir de análises documentais.

Esta é uma pesquisa dentro do ensino de história e, apesar de isso não ser uma determinação, ancoramos o nosso trabalho na abordagem da pesquisa-ação por compreender que o conhecimento pode ser produzido a partir da prática e em diálogo com os sujeitos envolvidos no processo educativo. De acordo com Franco (2005, p. 487), “ao falarmos de pesquisa-ação, estaríamos pressupondo uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos”. Por ser um trabalho de ação-reflexão-ação, podemos afirmar que buscamos o aprimoramento do ensino e, por conseguinte, do aprendizado.

Partindo desse pressuposto, realizamos uma curadoria compartilhada entre a professora e os seus estudantes. A seleção dos objetos museológicos teve como objetivo mostrar a história de Macau através de uma curadoria, evidenciando os vieses presentes nas narrativas apresentadas no acervo e problematizando-os. Essa atividade se orientou pelos princípios da Educação Patrimonial e da História Local, assumindo uma postura investigativa, crítica e participativa diante das representações históricas construídas socialmente. Ao envolver a professora pesquisadora e os estudantes na escolha e na análise dos objetos, oportunizamos a leitura de mundo, a valorização das memórias coletivas e a desconstrução de silenciamentos impostos por narrativas hegemônicas.

Para Lourenço (2019, p. 33) “curadoria é projeto em seu senso mais profundo: tributa o ejetar, ensejar salto e transformação”. Ou seja, essa abordagem compreende a curadoria como uma operação complexa que envolve capturar memórias que muitas vezes estão em disputas, que requer decisões e sensibilidade para promover discussões inerentes à sociedade, que exige diálogo com os diversos grupos sociais, que visa provocar mudanças.

As autoras Leitzke e Possamai (2014, p. 191) definem a Curadoria compartilhada como “aquela onde os atores envolvidos dialogam, estabelecem o fio condutor da exposição, participam de encontros onde o diálogo é constante, fazendo com que sejam definidos os textos, os materiais a serem expostos. É o processo conjunto, desde a concepção, realização até a avaliação da exposição realizada”.

Desta forma, entendemos o compartilhar como um fazer equitativo na construção de sentidos e significados que possuem intenções, portanto, a curadoria seria um processo criativo que se inicia ao traçar um objetivo do que se quer comunicar e que ao selecionar objetos e organizá-los, cria-se uma narrativa na qual os sujeitos deixam marcas de seus posicionamentos e ideais. Vale ressaltar, na democratização dos espaços esse diálogo pode inserir as frações marginalizadas e a diversidade.

Com o objetivo de conhecer como os museus têm sido abordados pelos pesquisadores, realizamos um estudo da arte por meio de pesquisa no catálogo de teses e dissertações de ProfHistória da CAPES. Com as palavras-chave “museu histórico”, “história local” e “educação patrimonial”, os resultados mostraram que, de um modo geral, os trabalhos abordam as ações educativas na perspectiva da Educação Patrimonial. Em alguns casos, as atividades mencionadas são conduzidas diretamente pelo museu, mas na maioria das vezes é mais comum que sejam atividades pedagógicas realizadas por professores durante as visitas ao museu, explorando o seu potencial educativo. Neste sentido, as práticas educativas dos docentes durante as visitas aos museus foram o nosso alvo de investigação. Selecionei quatro trabalhos que chamaram minha atenção por apresentarem diferentes realidades de museus e as possibilidades de ensino a partir delas.

Na dissertação de Kátia Cristiani Nunes (2022), a autora busca analisar as potencialidades pedagógicas do único museu local de uma pequena cidade do interior de Santa Catarina. Partindo da metodologia da pesquisa-ação a professora orientou que os estudantes selecionassem um objeto referente ao trabalho em Atalanta. Usando esta motivação, os alunos buscaram informações com os familiares e criaram narrativas que ampliaram o conhecimento acerca da história dos indígenas, das mulheres e da vida cotidiana de uma sociedade rural. A autora incorpora as categorias de análise da Cultura Material de Ulpiano Meneses e Objeto gerador de Francisco Ramos, evidenciando a importância da análise de objetos materiais como fontes

históricas, pois eles permitiriam uma abordagem mais concreta e tangível da História Local.

Outra dissertação que aborda a importância dos museus como espaços educativos e como eles podem ser utilizados como ferramentas para o Ensino de História é a do André Luiz de Paula Chaves (2020). A análise feita destaca a mudança de paradigma dos museus, que deixaram de ser vistos apenas como locais de conservação do patrimônio material para serem vistos como espaços dinâmicos de aprendizagem, inovação e diálogo. Na sua pesquisa, o autor faz uma reflexão sobre o Ensino de História e a Educação Patrimonial nos espaços museológicos, a partir da Cultura Material, ressaltando a importância da construção de uma consciência histórica e utilizando a pedagogia do Objeto Gerador como estratégia didática. O Museu do Ceará é apresentado como um importante espaço educativo e a pesquisa tem como proposição a criação de roteiro de aulas temáticas para os professores do Ensino médio. Para a elaboração de tais roteiros o autor utilizou os relatórios produzidos por alunos do Ensino Médio que participaram de aulas de campo no museu.

As duas dissertações abordam as potencialidades educativas de um museu histórico e a realização de atividades envolvendo alunos neste contexto. Entretanto, Kátia desenvolveu a sua pesquisa em um museu histórico de cidade do interior que se mantém pelo pouco incentivo do governo local e com acervo que não é catalogado. Por sua vez, André conduziu a sua pesquisa em um Museu localizado na capital, que possui estrutura administrativa e com núcleos formados por profissionais especializados pelo acervo, pela pesquisa e pela função educativa do museu. Apesar de serem realidades distintas, ambas as experiências possibilitaram aos alunos vivências enriquecedoras e significativas em relação à história local e a educação patrimonial.

Além disso, destacamos outra vertente abordada pelos pesquisadores que é a análise das exposições e das representações presentes no museu, com enfoque nas tensões e no poder envolvidos na construção das narrativas apresentadas. Este é o caso da dissertação da Patrícia Silva Santos (2021), em seu trabalho a autora propõe uma reflexão sobre os modos de representação pública das identidades e memórias sociais produzidas pelo Memorial da Balaiada, por meio de suas narrativas, tendo como objetivo criar um Guia educativo voltado para os visitantes do museu. Neste

material didático é explorada a história local e, também, é apresentado o Memorial e seus espaços, de forma a promover reflexão crítica sobre como as memórias em disputa estão sendo representadas, e que contém, também, uma proposição de atividade didática baseada na metodologia da Educação Patrimonial. Assim, o estudo evidencia a importância da problematização das narrativas históricas na formação de identidades e consciências históricas.

Já a dissertação da Tamara Soares Marques (2022), analisa como os negros escravizados são representados dentro da narrativa museal, e a partir dessas análises, foram produzidos materiais didáticos como um Guia de visitação ao museu, um Guia de atividades a serem desenvolvidas com os alunos e um Manual de orientações para professores, com o intuito de potencializar as possibilidades pedagógicas de uma visita ao museu e promover reflexões sobre as temporalidades e espacialidades presentes na exposição (MARQUES, 2022). Com o objetivo de contribuir para a construção de uma Educação antirracista, a autora propõe uma reflexão acerca da evidência dada a narrativa da elite local, em contrapartida à maneira como se encontram expostos os objetos do trabalho escravo dos séculos XVIII e XIX, que estão guardados em um baú e recuados embaixo de uma escada. Esta análise busca compreender como estas narrativas se reproduzem no ensino da história local e propor ações educativas que pautem a desconstrução de preconceitos no espaço escolar.

A temática do patrimônio, memória e identidade é recorrente nessas pesquisas. Essas diferentes perspectivas revelam a ampla gama de abordagens que os pesquisadores têm dado ao museu no campo do Ensino de História, mostrando a relevância desse espaço como recurso educacional e fonte de conhecimento histórico. Este estudo da arte também nos auxiliou na estruturação do nosso projeto de pesquisa, nos dando referencial e caminhos possíveis a se trilhar.

Após a escolha de nosso objeto de estudo, da definição dos objetivos e da metodologia, iniciamos o processo de fundamentação teórica, pesquisando na literatura vigente os conceitos preexistentes que ancoram o nosso trabalho.

O primeiro capítulo intitulado “Museus e o ensino de História” explora a relação entre museus e educação, destacando o papel crucial dos museus como espaços de aprendizagem complementares ao ambiente escolar. Inicialmente, no subtópico “Museus e memória”, discutimos o conceito de “lugares de memória”, conforme

proposto por Pierre Nora, que compreende os museus como espaços criados para manter vivos os vestígios de um passado que se distancia. No entanto, é preciso destacar que tal perspectiva estabelece uma cisão entre história e memória, o que tem sido criticado por historiadores, como Santiago Júnior (2015) que afirma que o patrimônio não surge apenas de uma vontade de lembrar, mas como suporte que mobiliza valores de determinados grupos sociais, fazendo com que a História e a Memória se reconfigurem num espaço de disputas de narrativas e poder.

Em seguida, no subtópico “Museus históricos de cidades do interior do RN” examinamos os aspectos que caracterizam essas instituições, com o objetivo de entender os desafios que podem enfrentar. Por último, apresentamos “O Museu José Elviro”, o qual buscamos não apenas apresentar brevemente a origem e as características deste espaço, mas também analisá-lo criticamente como lugar de memória e narrativa histórica.

O segundo capítulo é dedicado ao Ensino de História Local, um campo que se revela como meio de aproximar os estudantes de um aprendizado histórico com significado, pois é uma metodologia que dialoga com contextos nos quais estão inseridos. Realizamos uma caracterização da História Local como uma metodologia poderosa para desenvolver a consciência crítica, o pertencimento e a identidade local. Abordamos a Educação Patrimonial como metodologia aplicada ao Ensino de História Local, descrevendo as etapas desse procedimento e sua relevância para o processo de ensino e aprendizagem, ainda analisamos o uso do patrimônio no ensino de História, compreendendo-o como um processo que envolve investigação, análise e construção coletiva do conhecimento e, não como uma prática de simples conformidade com versões cristalizadas do passado. Ainda tratamos do uso dos objetos nas aulas de História Local como estratégia de ensino que mobiliza o aprendizado da pesquisa, do trabalho em equipe, da interpretação e da argumentação.

O terceiro capítulo é dedicado à apresentação e análise da experiência de curadoria compartilhada desenvolvida com alunos da 2ª série A, do turno matutino, do Ensino Médio da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale. Essa experiência teve como objetivo investigar as possibilidades pedagógicas do uso do Museu José Elviro como recurso para o ensino de História Local. O capítulo descreve todo o processo da curadoria: desde o planejamento até a execução, passando pela visita

ao museu, a seleção dos objetos, a realização da pesquisa e a elaboração dos banners. Além disso, são também discutidos os desafios encontrados, as limitações enfrentadas e os aprendizados construídos, mostrando como o patrimônio pode ser mobilizado para uma educação histórica investigativa e reflexiva.

E por fim, apresentaremos o material didático que é a dimensão propositiva deste trabalho. Um roteiro de aprendizagem elaborado com base nas reflexões e nos desafios observados durante a curadoria. Este material didático propõe atividades estruturadas que articulam o acervo do Museu José Elviro com o ensino de História, buscando ampliar a abordagem sobre sujeitos e memórias silenciadas, como mulheres, negros e indígenas. O roteiro foi construído de forma a inspirar outros professores, oferecendo propostas que podem ser aplicadas ou adaptadas às realidades das escolas. Assim, ele reafirma a proposta da pesquisa de pensar o museu como espaço profícuo para a construção de conhecimento.

1. OS MUSEUS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Neste capítulo, exploramos o conceito de museus e suas funções ao longo dos tempos, desde espaços elitizados até seu papel atual como instituições inclusivas e educativas. Abordamos as características e possíveis limitações e desafios enfrentados pelos museus históricos de cidades do interior, especialmente, do Rio Grande do Norte. E, por fim, apresentamos o Museu José Elviro, espaço da nossa pesquisa, sua origem e os processos que têm enfrentado para sua manutenção.

1.1 Museu e memória

Ao realizar uma busca em qualquer site de pesquisa, facilmente encontraremos a etimologia da palavra museu, que remonta ao grego “mouseion”, que significa templo ou morada das musas. Esse conceito se deve ao fato de que, segundo a mitologia grega, Mnemosine, a deusa da memória, teria gerado nove musas de seu relacionamento com Zeus, que possuíam diversas atribuições além de serem responsáveis por preservar a memória cultural e artística (Vieira, 2017, p. 142).

E assim, o museu surge como templo, uma janela que se abre para o passado, lugar sacramentado pela memória, essa que se torna necessária quando estamos no presente. Ela é a nossa consciência crítica, estabelece o entendimento de quem somos à luz do que fomos. Sua ausência é perigosa, pois, nos deixa a mercê de qualquer discurso enganoso. De acordo com Lowenthal: “Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem do hoje, e confirmamos que já vivemos um passado” (Lowenthal, 1998, p. 75).

A memória não possui apenas a função de armazenar e estruturar eventos passados, como prática social, ela está envolvida na constituição de uma memória coletiva que tem como função enraizar uma identidade (Dosse, 2017, p. 206). Mas, sobretudo, ela é construída a partir de narrativas que sobrevivem ao esquecimento. Portanto, esquecer influencia o entendimento que teremos dos processos que enfrentamos enquanto coletividade, podendo ser arma de manipulação nas mãos de determinados grupos dominantes.

Na sociedade contemporânea, este esquecimento pode ser relacionado às mudanças que ocorrem como a fluidez das correntezas de um rio, que deságua na ausência de identidade pessoal e coletiva. A proliferação constante de produtos e culturas globalizadas pode levar as comunidades a desprezarem seus costumes e tradições em favor do que no momento é o mais popularizado e desejado. O alcance de uma cultura globalizante pode levar a desvalorização da cultura local. O conhecimento, os valores e a cultura não são mais repassadas por seus pares, os narradores não mais resistem e a memória não tem mais meios de circular. O contexto que parece conflituoso traz uma nova valorização aos lugares de memória, especialmente aos museus, pois as pessoas podem se interessar por reafirmar suas identidades locais diante da crescente homogeneização cultural.

Para Pierre Nora (1993), vivemos o que ele chama de 'aceleração da história' uma vez que:

> (...) A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (Nora, 1993, p.08).

Desse modo, o autor desenvolve o conceito de Lugares de memória, que podem ser locais físicos, como monumentos, casas, estátuas, ou não, como tradições e até acontecimentos marcantes. Ou seja, são lugares que servem como referência para a história e a identidade de um povo. Ressaltamos então, que os museus que anteriomente eram enxergados como inacessíveis e elitizados, se multiplicam e, como nos diz o Pierre Nora, se tornam restos que servem de vestígios do passado a serem preservados para a manutenção da memória e para a construção da história.

Neste contexto, segundo Pierre Nora (1993), a História, antes descritiva, factual, memorialísta e identitária, é superada por uma História crítica que pretende reconstruir o passado por meio de problematizações e atualizações. A memória se torna objeto de investigação, que precisa ser analisada, comparada, verificada. A memória não mais presente no cotidiano, se torna resíduo a ser preservado nos lugares de memória repletos de simbolismos do passado que a sociedade esqueceu,

sobre o qual o historiador irá se debruçar descobrindo nos rastros o caminho para reconstruir o passado, demolindo as inverdades e injustiças.

Entretanto, embora o conceito de Lugares de Memória seja amplamente utilizado, ele também é alvo de críticas. Santiago Júnior (2015) nos alerta para o risco de tomarmos como distante a relação entre memória e história proposta por Nora. Segundo ele, essa concepção tende a acentuar a separação entre os dois campos, como se a história devesse necessariamente corrigir, filtrar ou disciplinar a memória, tratada apenas como remanescente emocional ou frágil. O autor afirma que “a abertura para a cultura do patrimônio demonstra que o lugar de memória, em vez de um ritual de uma sociedade com memória fraturada, é um exercício múltiplo de formação dos passados das diversas comunidades políticas” (Santiago, 2015, p. 262).

A crítica apresentada pelo autor reside no fato de que, ao transformar a memória em “objeto” e enclausurá-la nos museus ou arquivos, perde-se de vista o seu caráter vivo, dinâmico e político. Assim, em vez de apenas conservar o que restou, é preciso escutar os sujeitos e as narrativas silenciadas, permitindo que a memória se atualize e dialogue com o presente. Nessa perspectiva, os museus e os espaços patrimoniais não devem ser apenas depósitos do passado, mas arenas de disputa, lugares de escuta e reinvenção das histórias coletivas.

Portanto, o museu se reafirma como um espaço privilegiado de memória, e por isso mesmo se torna campo de investigação e de memórias em disputa. Em alguns casos, o povo irá selecionar o que quer lembrar, o que para eles possui significado. Em outros, o povo irá aderir a uma memória inventada. Existem, ainda, aquelas memórias que queremos esquecer e as que são silenciadas. Isso nos mostra que em tudo há intenção, o que aponta para a nossa problemática de evidenciar a importância de se preservar os museus de história das cidades do interior como ambiente propulsor de uma educação crítica, de cultura e de cidadania.

Na contemporaneidade, o museu deixa de ser um espaço de simples apreciação destinado à elites, onde sua construção, organização e manutenção estavam pautados nos interesses dos grupos dominantes. Com as novas demandas sociais de se redemocratizar os espaços na busca por uma sociedade justa e inclusiva, ampliando e diversificando as fontes de informação e os atores envolvidos

na construção da história, incluindo perspectivas e vozes que antes eram marginalizadas ou excluídas, o museu passa a ter uma função educativa. Os objetos apresentados nos acervos serão ressignificados através do olhar crítico dos diversos grupos que se colocam em busca de suas memórias coletivas. É como afirma Francisco Regis Lopes Ramos (2004):

> Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses. (Ramos, 2004, p. 20)

Esses objetos que perderam a sua função original adquirem novos usos em exposições museais se tornando um elo com o passado, carregados de vestígios que ajudam a entender o período histórico no qual foram produzidos, tornando-se desta forma ferramenta para o ensino de história. O uso educativo do museu também é apontado por Ramos:

> Atualmente, os debates sobre o papel educativo do museu afirmam que o objetivo não é mais a celebração de personagens ou a classificação enciclopédica da natureza, e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos eram contemplados, ou analisados, dentro da suposta "neutralidade científica", agora devem ser interpretados. (Ramos, 2004, p. 20-21)

Os museus vêm passando por diversas transformações ao longo da história. O museu, como o conhecemos hoje, é um lugar que guarda objetos colecionáveis de várias áreas, como artes, natureza, história, entre outros. Quando falamos de coleção, nos referimos a uma seleção de objetos de um mesmo segmento que foram reunidos intencionalmente. O museu atual não se trata de um local em que um colecionador vai organizar seus objetos excêntricos, colecionáveis ou raros. Mas sim, uma instituição onde irá expor estes objetos, a essência é mostrar, é apresentar os objetos preservados como suporte para o conhecimento. A exposição é a corporificação de uma ideia, administrada, processada, que envolve seleção, pesquisa, comunicação e narrativa com o intuito de preservar algo que se considera importante para fins de estudo ou contemplação.

O debate acerca das funções dos museus tem crescido. Nas últimas décadas, muitas são as questões que estão sendo problematizadas pelos pesquisadores, como a glorificação da história dos vencedores, as pilhagens dos domínios imperialistas, a

redemocratização dos espaços museológicos, as representações sociais, a relação entre o museu e a comunidade, a espetacularização comercial e o potencial educativo. Esta efervescência no cenário acadêmico reflete a complexidade e importância dos museus na sociedade contemporânea.

Segundo a Lei 11904/2009, instituída pelo Congresso Nacional brasileiro em 14 de janeiro de 2009, os museus são definidos como:

> instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.[4]

Nota-se que o museu adquire múltiplas funções deixando de ser somente um mero veículo de uma única narrativa histórica, um instrumento cristalizador através do qual a elite pode moldar e apresentar a sua versão da história e do passado, de forma a promover os seus interesses e perspectivas. Em concordância com esta ideia, o museólogo, arqueólogo e historiador Ulpiano Meneses (2002, p. 22), discute a pesquisa no museu como produção original. Ao abordar sobre as múltiplas funções dos museus, ele defende um tripé de funções que sustentariam os novos moldes dessas instituições e que deveriam atuar juntas, seriam elas: as de natureza científico-documental, as educacionais e as culturais. A primeira função atua como produtora de conhecimento, a segunda como espaço de formação intelectual e afetiva, e as últimas se referem aos significados que podem lhe ser atribuídos.

O museu, sendo assim, tem como base o conhecimento em todas as suas ações, desde a curadoria até a exposição. Para realizar suas atividades, é fundamental a construção de saberes que serão disseminados na comunidade. Diante da multiplicidade de funções e de questões que envolvem os museus modernos, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) buscou uma redefinição do seu significado que foi aprovada na 26ª Conferência Geral do ICOM, realizada em Praga no ano de 2022:

---

[4] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm#:~:text=1o%20Consideram%2Dse%20museus,t%C3%A9cnico%20ou%20de%20qualquer%20outra. Acesso no dia 15 de dezembro de 2023, às 19:00 horas.

> A **antiga** definição estabelecia:
> O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.
> Já a **nova**, aprovada por unanimidade, estabelece:
> Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento[5].

Essa mudança reflete uma visão de um museu mais inclusivo e participativo na sociedade atual. Enquanto a definição antiga destacava a função de adquirir e expor o patrimônio da humanidade, a nova definição enfatiza a importância de promover a diversidade, a sustentabilidade e a participação da comunidade. Os museus se tornam instituições de serviço público, seu espaço vai além da contemplação, são dinâmicos com interação, educação e reflexão.

Mesmo diante das inúmeras potencialidades dos museus, certamente já ouvimos a expressão de que o "museu é lugar de coisa velha", acompanhada de certo tom de austeridade que evidencia uma ideia de que o velho ou o passado não tem importância. Essa expressão é usada pejorativamente para associar o museu a algo inútil, já que os objetos ali preservados perderam a sua utilidade original e agora só serviriam para lembrar do passado.

Neste sentido, observamos que existe uma relação entre os museus e a disciplina de história. Assim como os museus, a disciplina de história carrega o estigma de ser um aprendizado que não tem utilidade, que não se pratica. O debate sobre como tornar o ensino de história significativo, de forma a superar a indiferença dos alunos que acham o conteúdo ‘chato’ e sem importância, está diretamente ligado ao distanciamento que existe entre o conteúdo e suas realidades.

Portanto, olhar para o museu e eleger algo que inquiete, que provoque questionamento, que movimente a busca por um entendimento a partir de uma construção que nasce no passado e desemboca nos dias atuais é fazer a conexão

[5] Disponível em: https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/2022/2022-noticias-durante-o-periodo-de-defeso-eleitoral/aprovada-nova-definicao-de museu#:~:text=O%20museu%20%C3%A9%20uma%20institui%C3%A7%C3%A3o,de%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20estudo%20e%20deleite. Acesso em 06 de junho de 2024.

necessária para alcançar o aprendizado. Essa ligação é privilegiada dentro dos museus, pois, como diria o Ulpiano Meneses (2002, p.23), os museus são uma representação do mundo, eles refletem as inquietações do presente ao construir uma narrativa sobre o passado que tem como suporte os objetos musealizados.

Esse pensamento de desvalorizar o museu por associá-lo ao passado reflete o momento atual em que as pessoas valorizam somente o que é novo, onde o mercado cria necessidades que a cada dia nos invadem com tamanha superficialidade. Uma ideia que está alinhada a algo que já mencionamos quando o Pierre Nora (1993, p. 08) fala de 'aceleração da história', na qual a sociedade está em constante busca por inovações, em que a homogeneização da globalização vai se sobrepor às identidades locais e a tradição.

Em meio a tantas influências externas que se sobrepõem, os sujeitos irão em busca de sua essência nos lugares de memória que se tornam a expressão de uma vontade de lembrar. Os objetos que se encontram nos museus são a materialização da memória que nos contam sobre o passado. Então, é por meio da construção da memória coletiva que definimos a nós mesmos nessa dialética entre o eu e o outro, por isso esses locais contribuem para o germinar de um sentimento de pertencimento.

E mesmo diante da necessidade desses lugares de memória ainda surgem as indagações, "mas, por que o museu?", "para quê museu se existem outras discussões importantes". Esses questionamentos sobre a relevância e o propósito dos museus são frequentes, levando em consideração a falta de compreensão do caráter educativo e acessível desses espaços culturais.

Lembrar e preservar é morada que nos protege de sermos poeira ao vento, por isso é tão importante o cuidado com os nossos patrimônios. Ao olhar de um jovem, os objetos musealizados são novidade, coisa nunca antes vista, e o espaço museal pode ser uma pausa da própria realidade, de forma a capturar o observador para um lugar de homeostase onde o equilíbrio silencioso te faz ouvir os próprios pensamentos.

A palavra que podemos usar para definir a sensação que sentimos ao entrar em um museu é estranhamento, seja lá qual for a natureza deste museu, sem dúvidas ele será um espaço fora do comum e que por isso nos traz novidade e que possui uma narrativa construída para nos fazer pensar ou contemplar.

Entendemos, portanto, que os museus são espaços privilegiados para o ensino de história local. De acordo com Circe Bittencourt,

> A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os "lugares da memória", expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo. (Bittencourt, 2008, p.169).

O acervo dos museus, assim como as narrativas e exposições que os constituem se tornam fontes de análises do passado a partir de problematizações que surgem das demandas e do olhar crítico sobre o presente. O aprendizado mediado pelos bens culturais proporciona autonomia dos indivíduos no processo de compreensão da realidade.

A problemática a que nos propomos aqui é analisar as potencialidades do museu, produto da cultura material socialmente apropriado, em sua relação com o ensino de história local. Refletindo sobre como esses espaços tendem a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem.

1.2 Museus históricos de cidades do interior do RN

Para caracterizarmos melhor o nosso objeto de estudo se faz necessário delimitar de que tipo de museu iremos tratar. Iremos abordar um Museu Histórico, que segundo a historiadora Eneida Queiroz todo museu histórico constrói uma narrativa sobre o passado (Queiroz, 2019). Isso significa que ele possui um claro objetivo que é guardar a materialidade do passado, preservando memórias e histórias do lugar. Sendo assim, um dos aspectos mais importantes dessas instituições é a relação intrínseca com a identidade local, pois, fundamentalmente, elas sustentam e evidenciam uma memória do lugar a partir de acontecimentos e personalidades consideradas importantes, assim como, aspectos culturais que distinguem a comunidade[6].

Ao entrarem em contato com as exposições, os moradores podem aprender sobre as suas origens, sobre os valores, as tradições e as práticas culturais que definem o lugar onde vivem. Essa vivência fomenta um sentimento de pertencimento

[6] Existem vários tipos de museus, cada um com um foco específico. Alguns dos tipos mais comuns são: Museus de arte, museus de ciências, museus de história natural, museus de tecnologia, museus de antropologia e museus temáticos que abordam um tema específico, como por exemplo o museu do futebol em São Paulo.

que os conecta a uma identidade cultural coletiva. Ao preservar a memória para que as gerações futuras tenham o direito de conhecer o seu passado, os museus contribuem para o entendimento de que somos uma continuidade.

Outro ponto relevante é que as exposições contam histórias, geralmente, a dos vencedores, mas, lá podemos produzir problemáticas a partir de um olhar investigativo. Pois, como diz o Le Goff:

> o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador (Le Goff, 1996, p. 535)

O autor defende a crítica aos documentos, fazendo uma reflexão sobre a subjetividade presente na seleção e interpretação dos materiais históricos. A analogia que estamos tentando fazer é a de que não existe museu que não possa ser problematizado da mesma forma como todo documento deve ser questionado. O museu é um monumento e sua exposição é a narrativa histórica que carrega muitos significados e interpretações que podem e devem ser questionados e debatidos.

Outra delimitação necessária para definir o nosso objeto de estudo será o espaço geográfico, pois, trata-se de um museu de história que se localiza em uma cidade do interior. O que pode trazer, e sabemos que sim, alguma ou várias características peculiares em relação aos museus de grandes cidades. A maior oferta de serviços, inclusive de cultura, é concentrada nos grandes centros. Portanto, a existência de museus locais é uma questão de cidadania, eles desempenham um papel de preservar a história e a cultura de uma comunidade, oferecendo oportunidades educativas que promovem identidade e pertencimento dos cidadãos.

A maioria da população presa nas teias do sistema que rouba o nosso existir e nos dilui a apenas buscar a subsistência é mantida alheia à cultura, em um mundo onde até as pautas mais importantes são monetarizadas. É a intensa desigualdade social e econômica que existe no Brasil, que impacta diretamente o acesso à cultura e a construção de um olhar valorativo em relação a ela.

Então, o acesso, a democratização e o investimento em boas estruturas para os museus são pautas da educação, pois, um museu em uma cidade interiorana pode

ser uma das poucas oportunidades que as crianças e adolescentes podem ter de conhecer e vivenciar um pouco de sua história e de sua cultura, através de ações pedagógicas que apontem para a consciência da construção de suas realidades.

Apesar desses desafios refletirem uma certa desvalorização dos museus, o que se observa é um crescente em relação a números de museus, visitações e volume de investimentos no Brasil. De acordo com dados divulgados pelo portal G1 que em 2019 realizou uma pesquisa com os 40 maiores museus do Brasil, no primeiro semestre do ano houve um crescimento de 61% de visitações em relação ao primeiro semestre do ano anterior e 50% de aumento sobre a média dos últimos quatro anos. O que é reafirmado pelo Ministério da Cultura, quando o então presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Paulo Amaral, afirma que o Brasil vem liderando internacionalmente quando se trata de exposições mais visitadas[7].

Ainda sobre o crescimento no número de museus, em 2011 o IBRAM realizou a primeira publicação do “Museus em Números”, que tinha a proposta inicial de se realizar a cada três anos com o objetivo de mostrar um panorama dos museus para ajudar no direcionamento das políticas públicas. Nele consta, 3.025 museus mapeados. Já o Painel Analítico do Cadastro Nacional de Museus (CNM) apresenta 3.913 museus mapeados atualmente. Isso mostra que mesmo com todos os desafios que essas instituições enfrentam, o interesse pelos museus permanece e cresce.

Para entendermos melhor quais são as características, fragilidades e possibilidades encontradas nos museus históricos de cidades do interior do Rio Grande do Norte, fizemos uma consulta no Painel Analítico da Base Nacional de Identificação de Museus do governo federal. Consideramos os museus com temática histórica e que possuem acervos relacionados à história local e regional. Durante a consulta e análise de dados confrontamos as localizações, se estão localizados na região metropolitana da capital do Estado, Natal, ou se estão em cidades do interior, e as esferas, se são públicos ou privados. A partir destes dados criamos um mapa temático dos museus históricos do RN.

MAPA 01: Localização dos museus históricos do Rio Grande do Norte

[7] Disponívem em: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/08/12/museus-em-alta-1o-semestre-de-2019-tem-recordes-de-publico-pelo-brasil.ghtml acesso em 20 de janeiro de 2024 às 08 horas e 20 minutos.

LEGENDA

1. MUSEU AUTA PINHEIRO BEZERRA
2. MUSEU DONATILA JÁCOME
3. MUSEU AMBIENTE CULTURAL PROFESSORA DONA TIQUINHA
4. MEMORIAL ALUÍZIO ALVES
5. MEMORIAL TOMAZ SALUSTINO
6. MUSEU SOLAR FERREIRO TORTO
7. MEMORIAL COMBATENTE MANOEL LINO DE PAIVA
8. MUSEU DE JARDIM DO SERIDÓ
9. MEMORIAL MONSENHOR EXPEDITO
10. MUSEU NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS
11. MUSEU JOSÉ ELVIRO
12. FORTE DOS REIS MAGOS
13. MUSEU DO HOMEM MISSIONEIRO POTIGUAR
14. MUSEU NÍSIA FLORESTA
15. MUSEU LUDOVICUS – INSTITUTO CÂMARA CASCUDO
16. MUSEU CULTURAL DE MAJOR SALES
17. MUSEU CULTURAL FRANCISCA DANTAS DE MORAIS
18. CENTRO DE MEMÓRIA ELEITORAL PROFESSOR TARCÍSIO MEDEIROS
19. MUSEU RURAL CASA DE PEDRA DONA FRANCISCA ERNESTINA
20. MUSEU HISTÓRICO DE SÃO VICENTE
21. MUSEU VIRTUAL ALZIRA SORIANO
22. CASA DE MEMÓRIA EDIMAR DIÓGENES DE PAIVA
23. MUSEU HISTÓRICO DE ACARI
24. MUSEU CULTURAL DO SERTANEJO CHICO BENTO
35. MUSEU HISTÓRICO DE TOUROS
26. MUSEU DA IMPRENSA OFICIAL ELOY DE SOUZA
27. MUSEU DE ODONTOLOGIA DOUTOR SOLON DE MIRANDA GALVÃO
28. MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE MOSSORÓ
29. MEMORIAL DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE
30. PARQUE DAS DUNAS
31. MUSEU MACAGUÁ
32. MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE
33. MUSEU HISTÓRICO DE MARTINS
34. MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
35. MUSEU CASA CAFÉ FILHO
36. MUSEU DO SERIDÓ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
37. MUSEU HISTÓRICO PROFESSOR ANTÔNIO QUINTINO FILHO
38. MEMORIAL CÂMARA CASCUDO
39. MUSEU FELISBELA RODRIGUES CAVALCANTE – NETA GERMANO
40. MUSEU SACRO JOÃO XXIII
41. MUSEU HISTÓRICO LAURO DA ESCÓSSIA
42. MUSEU DO PORTO DE NATAL
43. MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
44. MUSEU PADRE ANTÔNIO BRILHANTE

Fonte: Elaboração própria da autora a partir dos dados do Painel Analítico da Base Nacional de Museus do Governo Federal (2023).

No estado do Rio Grande do Norte, de acordo com o Cadastro Nacional de Museus do Governo Federal, existem 87 museus registrados. Dentre esses museus, 44 são voltados para a temática da história. A presença significativa de museus de história no estado pode demonstrar o interesse e valorização da memória e do patrimônio cultural local. Essas instituições funcionam como espaços de preservação e difusão da história, e potencialmente podem estimular o interesse pela história local

e a construção de uma consciência crítica sobre o contexto em que vivemos.

O compromisso com a preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural da região enriquece o cenário cultural do estado e permite o fortalecimento dos laços de identidade e pertencimento da comunidade local. É fundamental incentivar e apoiar a continuidade dessas iniciativas, a fim de garantir a perpetuação do conhecimento e da memória para as gerações futuras.

Nesta consulta[8] verificamos, também, que desses 44 museus de história, apenas 29 estão localizados fora da capital do estado, o que significa uma grande concentração dessas instituições na região metropolitana de Natal. Um aspecto importante de se destacar é a esfera destes museus. Dos 15 museus históricos localizados na capital do Estado, 10 são de iniciativa pública e 05 são de iniciativa privada. E dos 29 museus localizados fora da capital, 11 são de iniciativa privada e 18 são de iniciativa pública.

Os museus podem ser categorizados como de iniciativa pública ou privada. Os museus públicos são mantidos e administrados pelo governo ou entidades públicas, enquanto os museus privados são mantidos e administrados por instituições privadas ou particulares, podendo receber ou não, incentivos dos governos e estabelecer ou não, parcerias com entidades públicas.

Isso nos traz algumas reflexões importantes. Em primeiro lugar, é interessante observar que 75% dos museus de história da capital são de propriedade pública, o que pode indicar uma maior organização dessas instituições devido ao incentivo para a sua manutenção. Isso é fundamental para garantir que esses espaços continuem funcionando adequadamente. Em segundo lugar, percebe-se uma grande concentração de museus na capital, o que pode intensificar as desigualdades no acesso a esse tipo de cultura. Por isso, é importante repensar estratégias para ampliar o acesso da população a esses espaços. Por fim, ressalta-se a importância dos investimentos dos governos na preservação do patrimônio histórico e cultural. Esses investimentos são essenciais para garantir a conservação desses espaços e a valorização da nossa história e cultura. É fundamental que haja um compromisso contínuo com a preservação e promoção do nosso patrimônio cultural.

Os museus que se localizam na capital possuem melhor infraestrutura,

[8] Os dados foram coletados em abril de 2024 e estão disponíveis para consulta pública no link https://cadastro.museus.gov.br/painel-analitico/

desenvolvem atividades educativas, são mais acessados e mobilizados devido o investimento que recebem, e por isso mesmo, estão inseridos no que chamamos de turismo educacional. Um exemplo disso é a agência de turismo Pontal Tour[9], sediada em Macau, que disponibiliza roteiros pedagógicos prontos para escolas. Dentre os nove roteiros disponíveis, três são destinados à cidade de Natal, um para Recife, outro para Salvador, um para João Pessoa, um que percorre Pipa, Goianinha e Cunhaú, outro que passa por Acari, Caicó e Currais e, por fim, um para Apodi e Mossoró. Isso é o reflexo da importância do investimento para que estes espaços se tornem ambientes atrativos, agradáveis e de reconhecimento social.

Já os museus localizados em cidades do interior enfrentam uma série de desafios que muitas vezes são negligenciados. A falta de recursos financeiros é uma das principais questões enfrentadas por essas instituições, o que impacta diretamente na manutenção e preservação do acervo, bem como na oferta de atividades culturais para a comunidade.

Além disso, a baixa visitação é outro grande obstáculo enfrentado pelos museus de cidades do interior. Por não terem uma boa estrutura física e não possuírem proposta educacional atrativa, os museus são, muitas vezes, marginalizados. A ausência de um aporte de profissionais especializados impacta na organização do acervo e no planejamento das exposições. Assim, os museus têm suas potencialidades invisibilizadas e não conseguem cumprir o seu papel de preservar, transmitir e promover o conhecimento histórico. Outro fator que pode influenciar nesse caso é a falta de divulgação e de políticas de acesso à cultura que faz com que esses espaços sejam pouco conhecidos e frequentados pela população local, o que contribui para a diminuição do interesse e do engajamento com as atividades culturais oferecidas.

A preservação do patrimônio histórico e cultural também é um desafio relevante para os museus de cidades do interior. A falta de profissionais qualificados e de infraestrutura adequada pode comprometer a conservação e a valorização do acervo, o que pode resultar na perda de peças e documentos importantes para a história do local. Outra questão importante de ser mencionada é que com estruturas pobres e com pouca segurança os museus sofrem com os furtos que são o reflexo da falta de

[9] Este roteiro foi disponibilizado para divulgação via whatsapp no grupo de docentes da Escola Estadual José Olavo do Vale no dia 26 de março de 2024.

consciência da importância desses acervos.

Por fim, a falta de incentivo governamental e de parcerias com instituições locais também são fatores que contribuem para a dificuldade enfrentada pelos museus de cidades do interior. Sem apoio e investimento, torna-se ainda mais difícil para essas instituições cumprirem sua missão de preservar e difundir a cultura e a história da região. Isso contribui diretamente para as ‘temporadas de fechamento’ dos museus. Muitos museus são obrigados a fecharem as portas quando se torna impossível a sua manutenção e aguardam por anos a fio reformas que só acontecem quando existe muita cobrança e mobilização social.

Um desses museus é o Museu Nossa Senhora das Vitórias, localizado em Carnaúba dos Dantas, que possui um extenso acervo de peças que refletem tanto o passado recente do povoamento local quanto aspectos da pré-história da região. No entanto, passou um prolongado período fechado por falta de manutenção, desinteresse da população ou descaso do poder público (Dantas, 2017, p. 11).

Diante desses desafios, é fundamental que os museus de cidades do interior busquem alternativas criativas e sustentáveis para garantir sua relevância e permanência na comunidade. A busca por parcerias, a realização de eventos culturais e a valorização do patrimônio local são estratégias importantes para fortalecer essas instituições e torná-las espaços de referência para a comunidade.

Como fez o Museu Histórico de São Vicente, também conhecido como Museu Quixabeira de Arte e Cultura, localizado no município de São Vicente (RN), que foi inaugurado em 2019 com o objetivo de expor os patrimônios materiais e imateriais do lugar. A partir de parcerias estabelecidas com o Museu Câmara Cascudo e com Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da iniciativa de agentes culturais comunitários, o museu criou uma identidade própria. Com criatividade e dinamismo, o museu extrapola o edifício que o abriga, sendo composto por um acervo vivo, promovendo inúmeras atividades culturais como mostras, oficinas, cursos e apresentações. Assim, o museu desempenha um papel importante na valorização e promoção do patrimônio cultural da cidade.

Os museus históricos do Rio Grande do Norte se caracterizam pelo interesse na preservação da memória coletiva, pela multiplicidade de seus acervos que constroem uma narrativa sobre o passado por meio de objetos. A maioria deles tiveram sua origem em iniciativas públicas, como vimos anteriormente nos dados

coletados no Cadastro nacional de museus do Governo federal, o que pode apontar para um controle de narrativas tradicionais com vieses de grupos dominantes. No entanto, esses museus enfrentam uma realidade de instabilidade, alternando entre períodos de abertura e fechamento, o que indica a falta de investimento.

Diante desse panorama dos museus do RN, encontramos o Museu José Elviro, da cidade de Macau, cadastrado no Instituto Brasileiro de Museus, uma instituição ligada ao Governo Federal responsável pela promoção e coordenação das políticas públicas para museus no Brasil. O que significa dizer que, mesmo em situação decadente, ele é reconhecido oficialmente como um museu histórico e não deixa de aparecer no Painel Analítico da Base Nacional de Identificação de Museus. Um ponto que identificamos é que no cadastro a esfera do museu aparece como pública, o que nos intriga, pois, o acervo é de propriedade da família do fundador e idealizador da instituição, o senhor João de Aquino. Além disso, o museu, atualmente, não recebe nenhum incentivo para o seu funcionamento e possui um histórico de abandono, ou seja, o museu não é propriedade do governo municipal e nem é administrado por qualquer órgão da prefeitura.

Este fato pode ter sido um erro ao inserir os dados no sistema cadastral ou uma atualização devido a uma concessão temporária dada à prefeitura municipal pela família de seu fundador[10]. Com o risco de desabamento do prédio que abriga o museu, a prefeitura ficaria incumbida da missão de proteger o acervo do museu e procurar meios de mudança para um local adequado.

Entendemos que o Museu José Elviro se enquadra em todas as observações levantadas nesta análise sobre os museus de história. Ele é um museu de história local de uma cidade do interior que sofre com a degradação, com a falta de investimento e com o esquecimento, que resiste na esperança mediante uma promessa de construção de um lugar adequado.

1.3 O Museu José Elviro

O Museu José Elviro é um espaço criado em 1952 por iniciativa particular do senhor João de Aquino, um colecionador apaixonado pela preservação da história e da cultura da região. Natural de Assú, no Rio Grande do Norte, Aquino dedicou parte

[10] O acesso a esta informação aconteceu por meio de sessão plenária da Câmara Municipal de Macau do dia 04 de dezembro de 2023.

de sua vida à criação e manutenção do museu, no propósito de reunir e guardar documentos e objetos que considerava como importantes para a sociedade macauense. Diante do empenho e dedicação de João de Aquino o Museu José Elviro acabou tornando-se um ponto de referência para todos aqueles interessados em conhecer e valorizar a história da cidade.

FIGURA 01 – Banner com a foto do senhor João de Aquino

Fonte: Foto do professor Leonardo Ribeiro do acervo da autora

Ele começou sua coleção em 1936, quando residia no município de Pendências/RN. Em 1942, mudou-se para Macau e, dez anos depois, já com um total de mil peças, fez a sua primeira exposição na Biblioteca Municipal. O nome escolhido para o museu é uma homenagem ao seu pai, o agricultor José Elviro da Silva (Moura, 2005, p. 304).

Em entrevista publicada por Moura (2005), o senhor João de Aquino, apesar de não possuir nenhuma formação acadêmica específica relacionada a Museus, demonstra clara intenção de contar histórias a partir dos objetos, como consta na passagem a seguir:

> G – Eram peças como estas que passaram a lhe interessar, da arte e da utilidade do objeto?
> JA – Pois é. Um homem que não sabia ler, fazia um baú desses de cumarú *[aponta para um baú bem construído, em sua sala de estar],* que foi do casamento do meu pai. Mostrando um baú como esse, eu tenho duas histórias para contar: a da sabedoria de uma pessoa de construir essa peça

> e da antiguidade, da passagem do tempo e da história. Naquele tempo, quando se viajava, era nesses baús que se levavam as roupas, as coisas... Não havia bolsas nem as malas que existem hoje. (Moura, 2005, p. 306)

Em seu conhecimento adquirido por meio da experiência e da observação, ele destaca a história por trás de objetos como o baú de cumarú, revelando uma valorização do passado e da memória, além de ressaltar a importância de preservar e compartilhar essas histórias com as gerações futuras. A capacidade de transformar um simples objeto em um espaço de conhecimento histórico é uma verdadeira habilidade, que nos mostra a riqueza e a profundidade que podem ser encontradas nas coisas mais simples do nosso cotidiano.

O museu funcionou incialmente na casa da mãe do senhor João de Aquino, na rua Tenente Victor, sendo transferido de lá para o prédio da antiga TELERN. Somente em 1974 é que o museu irá para a sede da antiga Companhia de Comércio e Navegação, empresa em que o senhor João de Aquino trabalhou até se aposentar (Moura, 2005, p. 307).

FIGURA 02 – Fachada do antigo prédio do Museu José Elviro

Fonte: https://macauemdia.blogspot.com/2010/09/museu-jose-elviro-resiste-ao-tempo-e-ao.html

Sua exposição permanente[12], pensada e organizada pelo fundador João de Aquino, conta com seis unidades temáticas: o sal, com partes das embarcações utilizadas para o transporte do produto; arte sacra, com objetos religiosos como oratórios, pia batismal e etc.; mobiliária, com amostras de mobílias antigas; cultura popular, peças confeccionadas pelos moradores da cidade; cerâmica, peças que serviram para as primeiras construções de alvenaria da cidade de Macau; numismática e filatelia, coleção de moedas antigas e álbum com selos de 43 países.

De acordo com o relatório anual do museu, do ano de 2022, apresentado em um breve texto com apenas duas laudas que tenta relacionar todas as atividades realizadas pela instituição, o museu teria realizado mais de 50 exposições desde a sua fundação, abordando uma variedade de temas. Este relato, elaborado pelo cuidador do museu, senhor Gilson Barbosa, apresenta diversas limitações e fragilidades, como a ausência de referências às informações. Apesar disso, se trata de um documento que traz dados valiosos para a nossa compreensão.

A temática da educação teria sido recorrente na história das exposições do museu. Visitantes que tiveram a oportunidade de conhecer o museu puderam constatar como os alunos eram disciplinados no passado, através da palmatória, instrumento utilizado para ensiná-los a respeitar os seus professores e para manter a ordem em sala de aula. O relatório conta que em 1967 foi realizada uma exposição por motivo do centenário da criação do primeiro cargo de professor nomeado. Já em 1977, teria sido organizada, em parceria com o Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório (CEIMH)[13], uma exposição em comemoração aos 150 anos de criação do Ensino Primário no Brasil. Em 2002, o museu expôs documentos antigos dos acadêmicos de Olinda/PE e São Paulo/SP, datados de 11 de agosto de 1927 em comemoração aos primeiros universitários do primeiro Núcleo Avançado de Educação Superior de Macau.

A religião católica também é um tema frequente nas exposições do museu. A primeira peça de seu acervo, que estimulou o senhor João de Aquino a iniciar a sua

[12] Estas informações estão no relatório anual de 2022 do Museu José Elviro, ao qual tivemos acesso por meio da administração da instituição.

[13] O Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório é uma instituição de ensino localizada no centro da cidade de Macau. Fundada em 1956, a escola foi idealizada pelo Monsenhor Joaquim Honório e fundada pelo Padre João Penha Filho, com o nome inicialmente de Colégio Nossa Senhora da Conceição. Pertence à Paróquia Nossa Senhora da Conceição e tem como entidade mantenedora o Centro Social Pio XI (ASSIS, 2009).

coleção, foi uma imagem de Sant'Ana, em estilo barroco, que ganhou de sua madrinha de batismo em ocasião de sua primeira comunhão (Moura, 2005, p. 305). O Museu José Elviro tem como sua primeira exposição a comemoração dos 50 anos de ordenação sacerdotal de Mons. Joaquim Honório da Silveira[14], que colaborou com grande parte do acervo, "cálices, batinas, estole, roquete, louças, livros, etc., uma coleção de 10.000 selos, variada coleção de moedas, além das diversas peças e documentos antigos de Macau" (Moura, 2005, p. 305).

FIGURA 03 – Cálice usado por Mons. Honório em sua primeira missa na Igreja matriz em 1902.

Fonte: Blog Macau em Fotos

Em 1954, ainda de acordo com o relatório, João de Aquino organiza outra exposição para celebrar o centenário da paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Macau. Já em 1962, houve uma exposição em homenagem às bodas sacerdotais de diamante do Monsenhor Joaquim Honório. E, em 1982, foi realizada uma exposição em comemoração ao VIII centenário de nascimento de São Francisco de Assis. Essas exposições demonstram a ênfase dada à Arte Sacra e o papel significativo que a religião católica desempenha nas atividades do museu, sendo um tema constante em

[14] Nasceu em Macau em 14 de janeiro de 1979. Foi vigário paroquial de Macau por duas vezes, de 1902 a 1913 e de 1938 a 1966, quando faleceu. Foi sepultado na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. É considerado pela população católica local como 'o santo de Macau'.

suas atividades e iniciativas.

A predominância da narrativa cristã católica no museu reflete uma perspectiva histórica que privilegia a cultura do colonizador, deixando à margem a diversidade religiosa que também constitui a identidade local. Enquanto as exposições destacam eventos que celebram a paróquia e faz homenagens a figuras e símbolos do catolicismo, outras expressões religiosas de importância histórica e cultural para Macau permanecem ausentes. Exemplos como o Grupo Espírita Vicente de Paulo, fundado em 1918, e as práticas de religiões de matriz africana, que possuem uma significativa base de adeptos na cidade, revelam a pluralidade de crenças que existem na comunidade. Reconhecer e integrar essas histórias no acervo museológico não apenas democratiza a narrativa, mas também fortalece o senso de pertencimento e respeito às diferentes tradições que compõem o patrimônio imaterial de Macau.

A questão militar é outro tema de destaque nas exposições do museu, valorizando o papel dos soldados locais em conflitos históricos e guerras. Mostrando uniformes militares, essas exposições oferecem uma perspectiva sobre a contribuição dos militares locais para a pretensa defesa e segurança da comunidade. O relatório afirma que em 1970 houve exposições voltadas para o centenário do término da Guerra do Paraguai e em alusão ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1973, outra exposição celebrando os ex-combatentes e todas as batalhas travadas por brasileiros. E em 1976, uma solenidade para celebrar os expedicionários do Brasil.

FIGURA 04 – Primeiro autofalante da cidade

Fonte: Foto do professor Jailton de Souza Xavier do acervo da autora.

Este é o primeiro autofalante da cidade, segundo exposição do museu, e por escolha de uma narrativa do senhor João de Aquino, ele traz uma legenda escrita a mão que está afixada em sua base onde lê-se: “Auto falante da prefeitura. Foi usado para convocar os ex-combatentes e saudá-los pela vitória em outubro de 1945”. Isso pode refletir uma narrativa ufanista de exaltação às forças armadas.

Essas exposições que exaltam o papel dos militares locais, especialmente aquelas realizadas durante os anos de 1970, refletem não apenas o interesse em valorizar a memória dos combatentes, mas também dialogam com o contexto nacional da ditadura civil-militar, quando as forças armadas desempenhavam um papel central na condução do Estado e na construção de um discurso nacionalista. Essas iniciativas museológicas, ao destacar os feitos militares, podem ser interpretadas como uma tentativa de reforçar a narrativa oficial do regime, que frequentemente associava o papel dos militares à proteção da soberania nacional e ao progresso.

No ensino de História, essas exposições podem ser problematizadas ao se questionar quais memórias foram selecionadas, quais foram omitidas e de que maneira elas dialogam com as práticas autoritárias e os silenciamentos do período. Essa abordagem crítica permite que os estudantes compreendam o patrimônio museológico como um espaço de disputa de narrativas, enriquecendo sua capacidade de analisar a relação entre memória, poder e história.

A economia local é outro assunto das exposições do museu. O relatório nos mostra uma exposição em 1967, quando ocorreu um grande volume de exportação de sal, chegando a 11.500 toneladas, mostrando partes das embarcações que serviam de transporte do sal e outros objetos, ilustrando como a economia salineira tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento de nossa comunidade ao longo dos séculos.

Alguns acontecimentos históricos também teriam sido retratados em exposições. Em 1971, ocorreu a exposição comemorativa aos 150 anos da independência do Brasil, e durante todo o ano várias solenidades foram realizadas, as comemorações tiveram inicio no dia 09 de janeiro, dia consagrado como dia do Fico estendendo-se até o dia 12 de outubro do mesmo ano. E 1975 celebrou-se o

centenário da cidade de Macau apresentando uma documentação referente à origem do povoado e seus primeiros habitantes.

De uma maneira geral, levando em consideração o relatório, as exposições do museu tratam da história dos vencedores, destacando acontecimentos da historiografia oficial tanto no âmbito local, regional e nacional. No entanto, é notável a ausência de exposições que homenageiem os trabalhadores, apesar da presença de muitos objetos que foram utilizados como instrumentos de trabalho em exposição. Além disso, é possível observar a falta de referências à escravidão, apesar da existência de documentos como cartas de alforria e artefatos como o pelourinho e as correntes utilizadas em pessoas escravizadas presentes no acervo do museu. Estas lacunas evidenciam o silenciamento dessas questões importantes na narrativa histórica do museu. Diante disso, torna-se imprescindível refletir sobre o próprio processo de patrimonialização que moldou o acervo e suas exposições. O museu não pode ser visto como neutro ou natural; seu processo de seleção, valorização e exposição de objetos deve ser tensionado, questionado e ampliado para dar visibilidade a outras histórias e identidades que também compõem o tecido social.

FIGURA 05 – Correntes utilizadas por escravizados.

Fonte: Blog Macau em dia.

Dentre os artefatos presentes no acervo do museu, destacam-se itens de relevância histórica local, tais como a base do cruzeiro e o sino da capela, que foram transferidos para Macau em 1840 da antiga ilha de Manuel Gonçalves. Além disso,

um baú e um oratório também foram trazidos da mesma localidade, contribuindo para a preservação da memória da origem do município de Macau (Moura, 2005).

Em mais uma passagem da entrevista cedida pelo senhor João de Aquino ao escritor Getúlio Moura, ele trouxe à tona que foi o responsável por uma descoberta, na época surpreendente, sobre a data de emancipação da cidade de Macau. O documento original da emancipação política, assinado pelo presidente da província, que estava em seu acervo, revelou que o dia correto da comemoração não era em 9 de outubro, como era celebrado, mas sim em 9 de setembro de 1875 (Moura, 2005).

Essa descoberta nos faz refletir sobre como a história de um local pode ser reinterpretada e reescrita a partir de novas evidências e documentos. Além de evidenciar a importância do papel que teve o Senhor João de Aquino como guardião desse acervo histórico também merece destaque, pois é através de pessoas como ele, dedicadas à preservação da memória de um lugar, que podemos resgatar e valorizar nossa identidade e passado coletivo.

Porém, quando analisamos o histórico do museu, o seu acervamento e as exposições que já produziu, observamos que João de Aquino foi um homem do seu tempo, com todas as influências e limitações que isso trazia. Quando montou as exposições e as unidades temáticas, acabou caindo naquela velha lógica de contar a história tradicional, destacando a cultura elitista e os feitos dos opressores e deixando de lado as muitas vozes que fizeram parte desta trajetória. Ele não deu espaço ou evidência para a diversidade, o que poderia mostrar um olhar mais histórico sobre o passado. Assim, o museu acabou refletindo uma visão tradicional e parcial que silencia as lutas e contribuições de tantos outros que também construiram essa história.

O museu teve o seu acervo catalogado em 1998 pela Fundação José Augusto[15], que designou uma equipe especializada para realizar o levantamento dos artefatos históricos. No entanto, é evidente a necessidade de atualização do catálogo, devido ao decorrer do tempo, à falta de manutenção e às condições inadequadas e insalubres em que o acervo foi armazenado ao longo dos anos. Muitos artefatos, infelizmente, foram danificados ou perdidos devido à ação do salitre, da ferrugem e

[15] A entidade é o órgão do governo estadual encarregado de promover, fomentar, respaldar, disseminar, encorajar e registrar as manifestações culturais. Cuida da administração cultural e gerencia diversos espaços culturais.

da umidade, principalmente durante os períodos de chuvas, quando a água penetrava pelo telhado deteriorado. Além disso, o museu foi alvo de vandalismo, tendo sido furtado diversas vezes em virtude da falta de segurança adequada.

O abrigo do museu era um galpão localizado na rua Augusto Severo, no centro da cidade, muito próximo da prefeitura, fato que não impedia a indiferença em relação à ausência de cuidado que o governo tem para com o seu patrimônio histórico. Esse espaço só tinha um vão, mais parecia um depósito, onde havia rachaduras nas paredes, que estavam cheias de salitre, infiltração e umidade; não possuía água encanada e nem eletricidade, o telhado estava caindo aos pedaços, e quando chovia era inundado pelas águas. Ou seja, se encontrava em estado lamentável, correndo o risco de desabar a qualquer momento.

FIGURA 06 – Interior do Museu José Elviro

Fonte: Fotos do professor Leonardo Ribeiro cedidas à autora.

Mesmo nessa situação já há algumas décadas, ele recebia inúmeras visitas, sendo instrumento capaz de exercer um papel além de simplesmente guardar objetos antigos, pois se tornaria uma terra propícia para o florescer de alguns aprendizados (os que exigem interpretação, por exemplo). O risco de perder o museu foi tema de um projeto realizado pela professora Arlete Oliveira do Nascimento e pelos alunos da Escola Estadual Professora Clara Tetéo, publicado no livro "*Tesouros do Brasil"* em 2005. A situação do museu é relatada como calamitosa, se referindo àquela época, quase 20 anos atrás, como "os piores dias", conclamando a sociedade e as autoridades a agirem imediatamente para a preservação desse bem e destacando o desejo dos estudantes: "Não queremos o rótulo da cidade que já teve isto ou aquilo".

O museu tem uma relação com o poder público, apesar de ser uma instituição de iniciativa particular. Essa contraposição tem servido de justificativa para a ausência de providências por parte da prefeitura. Porém, a Câmara Municipal reconheceu o museu como entidade pública no ano de 1970[16], o que lhe confere direito de receber recursos públicos que seriam destinados à preservação deste bem de grande valor histórico e cultural. É amplamente reconhecido que, por um período de tempo, o museu recebeu um subsídio insignificante da Prefeitura Municipal. Contudo, a falta de base legal que assegurasse a continuidade desse incentivo resultou na sua interrupção. A única medida adotada pela prefeitura foi designar um funcionário para realizar a limpeza do museu a partir de 1996.

Sobretudo, o reconhecimento de um patrimônio histórico local já traz em si a relevância de seu resguardo, portanto a sociedade e o governo devem garantir a salvaguarda desse bem. Porém, o que prevaleceu até agora foi a desvalorização e a indiferença. Geisa Melo Silva de Assis, em sua dissertação, afirma:

> O museu José Elviro é um arquivo privado, mantido pelos esforços do seu fundador João de Aquino da Silva e de seus familiares, que lutam a mais de 50 anos para mantê-lo em funcionamento. Todavia, o museu é de utilidade pública, dada a sua importância histórica e cultural para Macau. Nele se encontram móveis, utensílios, ferramentas, obras raras que fazem parte da história dessa cidade. (Assis, 2009, p. 31)

[16] Nos documentos produzidos pelo museu, seu João de Aquino indicava no cabeçário o reconhecimento do museu como Entidade de Utilidade Pública através da lei de Nº 309/70 – câmara municipal de Macau.

O museu é o patrimônio mais relevante da cidade e os objetos que ali estão são relíquias que guardam a memória de nossas raízes e, por isso, não devem jamais serem jogados fora como se fossem lixo. Todo esse descaso nos faz questionar se o museu seria entendido como um local de descarte, de coisas velhas e sem utilidade. A resistência em continuar existindo e a luta para não perder mais uma parte de nossa história esbarram na negligência. A falta de cuidado é evidência do desconhecimento das potencialidades e da multiplicidade de usos que podem ser feitos do museu. Além da função memorialística, ele poderia ser um atrativo de valor para o turismo, um lugar propulsor de cultura e arte, além de produtor de conhecimento.

Desse modo, consideramos de extrema relevância reivindicar a construção de um lugar adequado às necessidades de conservação de tais elementos antigos. Entretanto, até o presente, nada foi feito, e o museu continua resistindo à degradação. Assistimos ao seu futuro ruir, temendo que a sombra da extinção o encubra por completo, sem nos dar conta de que as relíquias sucumbiram devido à carência de um significado, de uma importância, e de que o museu agora já está envolto de escuridão (Lowenthal, 1998, p. 151).

O Museu José Elviro nunca possuiu um prédio próprio, mas parece que a resolução deste conflito está próxima. De acordo com matéria publicada no Blog *Tribuna do Norte* no dia 01 de março de 2024[17], a Prefeitura Municipal de Macau negociou uma troca de terrenos com o supermercado Rede Mais, “Na permuta do terreno ao lado do Banco do Brasil com a Escola Ressurreição, também ficou acertado que o empresário Jorge Medeiros ficaria responsável pela restauração da Casa do Conde e do Museu José Elviro, agregando um complexo cultural a obra”. Essa iniciativa pode indicar um resultado positivo para a preservação e o fortalecimento do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Mediante o total desgaste do prédio que servia de abrigo para o museu e da possibilidade de construção de um novo espaço, a Prefeitura Municipal de Macau retirou o acervo do antigo local e alugou um novo espaço para servir de guarda do Museu José Elviro, localizado na Rua Augusto Severo, mesma rua do antigo prédio que foi demolido, no Centro da cidade.

[17] Disponível em: https://www.blogtribunadorn.com.br/2024/03/rede-mais-anuncia-investimento-de-r-25.html. Acesso em 02 de abril de 2024.

FIGURA 07 – Prédio alugado para abrigar o Museu temporariamente.

Fonte: acervo da autora

FIGURA 08 – Interior do novo espaço do Museu José Elviro.

Fonte: Acervo da autora.

O Museu José Elviro já acumulou mais de 5.000 peças ao longo dos seus 71 anos de existência (Moura, 2005, p. 305), servindo a comunidade como suporte de memória e identidade, uma referência quando buscamos olhar para o nosso passado. Fica evidente o seu potencial educativo, pois a ida ao museu tem como

principal interesse a educação: estudantes e professores usam o lugar para conhecer e aprender mais sobre a história local. O objetivo da instituição é abrigar e proteger artefatos de grande valor histórico, cultural e artístico; no entanto, muitos desses objetos estão expostos sem informações que descrevam ou relacionem o contexto em que estão inseridos, e isso dificulta a compreensão dos visitantes.

Para suprir essa necessidade de pesquisa, o museu precisa receber um investimento em estratégias que visem a identificação e o estudo dessas peças, de forma que seu acervo seja enriquecido. Além disso, essa iniciativa contribuiria para o avanço do conhecimento e compreensão da história e cultura local. A valorização e divulgação desses objetos também poderia atrair um público mais diversificado, garantindo a sustentabilidade da memória e sua preservação a longo prazo.

Denunciar o abandono do Museu José Elviro e pretender a superação deste problema é o que nos motiva. Mas, além disso, não podemos deixar de enxergar o risco de perder todo o potencial educativo que pode surgir a partir da relação entre o ensino de história e o museu, é preocupante pensar que as futuras gerações poderão não ter acesso a esse importante patrimônio.

Portanto, fica evidente que os museus apresentam uma série de desafios que demandam uma reflexão constante. É essencial que tanto os governos quanto a sociedade assumam a responsabilidade de promover a preservação do seu patrimônio histórico. E acreditamos que a Educação Patrimonial pode ser o meio para alcançar a conscientização sobre os riscos e impactos da destruição dos bens culturais que são registros do passado.

2. O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

Neste capítulo, apresentamos a História Local, seu conceito, suas características e, principalmente, sua potencialidade enquanto ferramenta de ensino. Além disso, discutimos a importância do ensino de História Local como uma oportunidade para a produção do conhecimento e do pensamento crítico. Através do estudo dos processos históricos locais e do contato direto com as fontes primárias, os alunos não só ampliam o seu entendimento sobre o passado, como fortalecem seus laços com a comunidade, promovendo um sentimento de pertencimento. Abordamos, ainda, a metodologia da Educação Patrimonial aplicada ao Ensino de História Local destacando como esta abordagem pode transformar a aprendizagem em uma experiência significativa e atrativa para os alunos.

2.1 Conhecendo a História Local

A historiadora Aryana Costa (2019), em seu verbete sobre História Local, afirma que “um trabalho de história local é uma ótima oportunidade para a atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos produtores do conhecimento eleito como objeto de estudo”. Esse tipo de atividade envolve a investigação da história da comunidade onde vivem, permitindo um aprendizado mais significativo e contextualizado.

Desta forma, o Ensino de História Local oferece uma oportunidade para que professores e alunos são sejam apenas consumidores do conhecimento, mas também produtores ativos dele. Ao estudar a história da comunidade eles podem investigar diretamente as fontes históricas locais, como documentos, monumentos, ou relatos orais. Isso torna o aprendizado mais significativo porque se relaciona diretamente com o contexto cotidiano dos alunos.

A História Local envolve a exploração e compreensão dos processos históricos que ocorrem dentro de uma comunidade ou região. Essa abordagem promove um ensino mais contextualizado, facilitando o aprendizado histórico ao mostrar que a história geral é construída a partir de histórias locais. Quanto aos seus princípios, ela vem se contrapor à história geral, que se pretende universal, mas pode acabar sendo unilateral e excludente. Enquanto a História Geral tende a focar em grandes eventos e narrativas globais, deixando de lado as particularidades de

regiões menores, a História Local como o estudo do meio tem como uma de suas potencialidades a possibilidade de evidenciar a pluralidade de objetos e temas e a diversidade de sujeitos (Caimi, 2010, p. 64).

A partir do início do século XX, a Escola dos Annales[19] vai ampliar não somente as fontes históricas, que não mais se limitará aos documentos escritos e oficiais, como, também, os sujeitos. Estes se revelerão de todos os grupos sociais, incluindo vozes e perspectivas antes silenciadas. Sobre essa descentralização, ainda no Verbete de História Local, a Aryana Costa reflete,

> Mas quando olhamos ao nosso redor, nos nossos bairros, associações, para as pessoas com quem convivemos, não enxergamos história neles e tampouco em nós mesmos. E por vezes, por isso, até (n)os desvalorizamos. Por raramente vermos “gente como a gente” como objetos das histórias que estudamos, também não aprendemos a nos vermos a nós próprios como objetos de história no próprio presente. Muito menos, então, como sujeitos. (Costa, 2019, p. 133)

Essa falta de reconhecimento pode levar a uma desvalorização das nossas próprias experiências e identidades, reforçando uma desconexão e invisibilidade. Não aprendemos a nos vermos como objetos da história, pois as narrativas históricas predominantes se concentraram, ao longo do tempo, em figuras e eventos grandiosos e distantes, marginalizando as contribuições e experiências de pessoas comuns. Isso também pode acontecer com a História Local, como afirma Circe Bittencourt: “A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas“ (Bittencourt, 2008, p. 169).

Este é um alerta importante: a História Local quando não trabalhada de forma crítica, pode acabar reproduzindo a história do poder local e das classes dominantes, sem questionar ou problematizar suas ações e o contexto em que viveram, perpetuando uma visão limitada e elitista da história, que ignora as experiências e contribuições de outros grupos sociais, como trabalhadores, mulheres e minorias.

A percepção de ser um sujeito histórico é crucial para desenvolver um senso

[19] Movimento historiográfico fundado na França em meados de 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre. Sua proposta revolucionou a historiografia ao enfatizar uma abordagem interdisciplinar, com ênfase na longa duração, nos aspectos sociais, econômicos e culturais e na utilização de métodos e fontes variadas.

de pertencimento e protagonismo. Isso significa entender que não somos apenas passivos frente à história, mas sim agentes que moldam e transformam o presente e, por consequência, o futuro. Nesse sentido, é essencial apresentar os diferentes sujeitos históricos, destacando a diversidade de experiências e representações. Ao incluir diversas vozes e grupos sociais, os alunos passam a se ver representados na história, o que reforça seu papel como protagonistas na construção do próprio contexto histórico e social.

É importante ressaltar que para evitar esse reducionismo, é fundamental que a História Local seja ensinada de maneira crítica e inclusiva. Reconhecendo a variedade de fontes, recortes temáticos e perspectivas disponíveis. Dentro da perspectiva da História Local, a fonte pode ser considerado um objeto, um documento escrito, tradições orais, construções, paisagens culturais, acontecimentos específicos, práticas culturais, entre outros. O que indica uma vasta diversidade de materiais e temas que podem ser investigados para compreender a história de uma comunidade.

Considerando que o objetivo do ensino de história regional e local é auxiliar na construção de identidades, é fundamental reconhecer que o livro didático, muitas vezes elaborado de forma generalizante, não oferece, por si só, suporte teórico e metodológico suficiente para abordar as especificidades que compõem a rotina dos alunos e sua interação social com o espaço em que vivem (Monti, Neves e Vieira, 2018, p. 53). Diante disso, uma das limitações encontradas no trabalho com a História Local é a ausência de material didático. O professor se torna então um pesquisador, ele coleta, seleciona e produz as informações necessárias para o desenvolvimento de suas aulas (Costa, 2019, p.134), o que pode ser difícil de conciliar com a jornada de trabalho.

Quando superada, essa limitação pode se transfomar em uma excelente possibilidade de desenvolvimento de atividades didáticas. Os alunos também podem ser envolvidos nesse processo de pesquisa e produção do material didático, o que traz diversas vantagens tanto para o ensino quanto para o aprendizado. Ao entrarem em contato com a construção do conhecimento histórico, eles têm a oportunidade de desenvolver certas habilidades, como realizar pesquisas, analisar fontes primárias, interpretar informações e comunicar suas descobertas. Assim,

aprimoram suas capacidades de pensamento crítico e solução de problemas.

A produção de material didático torna-se uma ferramenta de ensino que não será apenas utilizada em sala de aula, mas, sobretudo, construída dentro dela. Envolvendo a participação conjunta de professores e alunos, ocorre um processo de interação ativa entre o conteúdo histórico e sua compreensão. Esse processo colabora para que o estudante não apenas receba as informações, mas se aprofunde nos temas, se aproximando de uma compreensão mais abrangente dos processos históricos. A produção do material didático, vai além da simples exposição oral, estimula o aluno a explorar novas interpretações dos acontecimentos históricos, permitindo que ele reconheça suas próprias habilidades, tornando o aprendizado mais envolvente e significativo (Lia, Costa e Monteiro, 2013, p. 43).

Ao estudar a história do seu entorno, os alunos podem identificar e analisar os processos históricos que moldaram a sua realidade. Portanto, ao estudar a História Local, eles têm acesso direto a esse espaço, podendo observar e interagir com os marcos históricos, estruturas arquitetônicas, tradições culturais e relatos orais que fazem parte do seu cotidiano, percebendo a continuidade e as mudanças ocorridas ao longo do tempo e reconhecendo a importância dos eventos locais no panorama mais amplo da história nacional e global. Segundo Circe Bittencourt (2008, p. 168), a História Local tem sido reconhecida como essencial para o ensino por proporcionar uma compreensão do ambiente imediato do aluno, revelando o passado contínuo que permeia os diversos espaços de convivência e por sua capacidade de contextualizar os desafios da história do presente

Ao trabalhar com História Local se faz necessário mobilizar alguns conceitos como espaço, lugar e território, os quais são definidos pela geografia. Dessa forma, a interdisciplinaridade é incentivada, não só com a geografia, mas com diversas áreas do conhecimento a depender do objeto de estudo e do recorte escolhido para ser investigado. De acordo com Miriam Ribeiro:

> Para compreender globalmente ou plenamente, o local e o regional, é preciso que o entendamos interdisciplinarmente. Aliás, o estudo do local e do regional são temas em que já propiciaram boas experiências, inclusive não só entre as disciplinas da área de Humanas. È um campo que possibilita a observação muito mais cotidiana e direta da realidade. Se a essa observação for dado um tratamento investigativo e questionador, capaz de estabelecer relações e caminhar para construção de explicações sistematizadas, a

> compreensão do local e do regional se dará em dimensões muito mais consistentes. (Ribeiro, 2011, p. 12)

Portanto, a interdisciplinaridade, apesar de não ser uma regra, é evocada como uma possibilidade de grande importância para uma compreensão abrangente do Local e do Regional. Ao problematizar o contexto local observamos os seus aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos e naturais. Por isso, integrar métodos e conhecimentos de diferentes disciplinas nos capacita para alcançar a complexidade e a riqueza das realidades locais e regionais.

A interdisciplinaridade é uma prática que vai além da simples integração de diferentes disciplinas, ela exige cooperação ativa entre os profissionais envolvidos, objetivos claros e compartilhados (Bovo, 2005, p. 4). Esta estratégia busca superar a fragmentação do conhecimento, permitindo que temas e problemas sejam analisados de forma mais ampla e profunda, sob diversas perspectivas. Para que a interdisciplinaridade aconteça, é preciso que os professores colaborem de maneira coordenada, planejando ações conjuntas e estabelecendo metas que favoreçam o aprendizado dos alunos. Ao articular diferentes áreas do saber, essa prática cria conexões significativas entre os conteúdos, tornando o aprendizado mais contextualizado e relevante para a realidade dos estudantes.

Em concordância com esta compreensão de uma abordagem múltipla e contextualizada, evidenciamos a interdependência entre as escalas local, regional e global. Estas escalas se conectam ampliando o entendimento que temos dos processos históricos, por exemplo, as ações ou eventos que ocorrem em um determinado contexto podem reverberar em escalas maiores e vice-versa. Essa conexão entre escalas nos permite uma visão integrada da sociedade e dos desafios que enfrenta. O verdadeiro sentido da História local só pode ser plenamente compreendido e explorado se for analisado em diferentes escalas de tempo e espaço que sejam intercambiadas e sobrepostas para que os alunos possam perceber as conexões e distinções entre os níveis local e geral (Costa, 2019, p. 136).

Isso pode significar que, para que os alunos compreendam a relevância do objeto de estudo, é necessário estabelecer conexões entre os acontecimentos locais e os contextos mais amplos, como a história regional, nacional e até global. Ao sobrepor e intercambiar essas escalas, os estudantes podem perceber como os

eventos que ocorrem em sua comunidade estão conectados a processos históricos maiores, e como esses níveis, embora distintos, se influenciam mutuamente. Dessa forma, a História Local deixa de ser vista de maneira isolada, fazendo parte de um conhecimento histórico mais amplo, o que enriquece o entendimento dos alunos sobre o passado e suas implicações no presente.

Engana-se aquele que acredita que para valorizar a cultura e a história local é preciso rejeitar ou se contrapor à cultura global, especialmente nos dias de hoje, em que não podemos fugir de um contexto global interconectado. Ao isolar o local, corremos o risco de aprisionar ou limitar o conhecimento e de colaborar para uma possível intolerância mediante culturas diferentes. Desta forma estaremos cometendo o que conhecemos por 'localismo', isto é, a não consideração do local como parte de um todo, mas sim como um objeto de estudo em si mesmo. Isso leva à exaltação do local, reforçando um sentimento de ufanismo. E limita o aluno a realidade que o cerca, ofertando materiais e conteúdos que remetem somente a aspectos regionais (Ribeiro, 2011, p. 4).

A história regional e local tem o potencial de conectar os alunos a suas próprias experiências e ao contexto cultural e histórico em que estão inseridos, fortalecendo assim a construção de identidades individuais e coletivas. Estudar e valorizar a história local fortalece a conexão entre o indivíduo e sua comunidade promovendo um sentimento de pertencimento. No entanto, devemos ponderar que essa identidade local é apenas uma faceta que faz parte dos processos de identificação do sujeito, como afirma Reznik,

> o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural, que enfatiza as relações de vizinhança, contigüidade territorial, proximidade espacial. Essa ética de pertencimento é mais um elemento constitutivo desse sujeito fragmentado, múltiplo e instável. A história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria – no estilo "eu me ufano da minha terra" –, mas como a "costura" de um retalho dos processos de identificação do sujeito. (Reznik, 2008, p. 55)

Sendo assim, conhecer a História Local aproxima os sujeitos da compreensão de si mesmos e de suas realidades, podendo promover o sentimento de pertencimento e de identificação dos mesmos. Porém, essa identidade local é apenas uma parte de uma identidade pessoal com múltiplas, voláteis e complexas facetas.

Portanto, a História Local pode ser definida como o estudo dos eventos, processos e sujeitos que fazem parte da história de uma comunidade ou região específica, destacando-se por sua proximidade com o contexto de vida dos alunos. Suas características podem incluir a valorização da diversidade de temas, objetos e sujeitos, dando voz para aqueles que muitas vezes foram ignorados pela grandes narrativas, e a interdisciplinaridade, ao integrar diferentes áreas do conhecimento para oferecer um aprendizado mais completo e dinâmico do passado local. Além disso, a História Local permite estabelecer relações entre as escalas locais e globais, relacionando os acontecimentos locais a processos históricos mais amplos. Essa perspectiva cria uma experiência de aprendizado mais signficativa, promovendo o sentimento de pertencimento e estimulando o pensamento crítico.

Outra característica, que iremos ressaltar mais adiante, em relação à História Local é o acesso facilitado às fontes que pode ser uma das vantagens de se trabalhar com o ensino do local e do regional. As fontes históricas geralmente estão próximas fisicamente dos alunos e professores, podendo ser acessadas em arquivos, museus, bibliotecas, registros municipais e até em coleções privadas de moradores. O trabalho com as fontes primárias oferece aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades de pesquisa, além de promover atividades práticas como entrevistas e aulas de campo. Tudo isso propicia um aprendizado mais dinâmico e interativo, acendendo o pensamento crítico, o engajamento, a autonomia e o protagonismo.

2.2 A História Local e a Educação Patrimonial

É amplamente reconhecido que um dos desafios enfrentados no Ensino de História é o distanciamento do conhecimento histórico das realidades dos estudantes, resultando na percepção de que a disciplina é chata, impraticável e desprovida de utilidade. Esta situação suscita reflexões acerca das metodologias específicas para o ensino de história e do propósito mesmo do conhecimento histórico.

Nesse contexto, nos apoiamos nas ideias de Schimidt e Garcia (2005, p. 299), que compreendem a aula como um espaço destinado ao compartilhamento de experiências individuais e coletivas, e à interação dos alunos com os diversos saberes envolvidos na construção do conhecimento escolar. A partir deste

entendimento de que a aula, seja ela dentro dos muros da escola ou fora deles, não é um ambiente em que os alunos apenas recebem informações dos professores, mas um espaço de produção do conhecimento que considera a participação ativa dos estudantes no processo de contrução da aprendizagem, é que propomos a curadoria compartilhada como um produto didático a ser executado durante as aulas de história local e tendo como suporte os objetos que constituem o acervo de um museu histórico.

Nessa perspectiva, o Ensino de História deve ir além do simples repasse de conteúdos e promover uma compreensão dos processos históricos e de suas implicações, objetivando a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus papéis na sociedade. Para alcançar esse objetivo, é essencial que a prática pedagógica esteja orientada para a construção de um pensamento reflexivo e analítico. Isso significa que as identidades individuais e coletivas só serão plenamente reconhecidas e valorizadas a partir da formação de uma consciência histórica crítica. Segundo Shmidt sobre Paulo Freire,

> na formação da consciência crítica é necessário que a injustiça se torne um percebido claro para a consciência, possibilitanto aos sujeitos inserirem-se no processo histórico e fazendo com que eles se inscrevam na busca de sua afirmação. Ademais, afirma o autor, a consciência crítica possibilita a inscrição dos sujeitos na realidade para melhor conhecê-la e transformá-la, formando-o para enfrentar, ouvir e desvelar o mundo, procurando o encontro com o outro, estabelecendo um diálogo do qual resulta o saber. (Shmidt, 2005, p. 299)

Essa consciência permite aos indivíduos ponderar sobre os diversos processos pelos quais a humanidade e suas comunidades têm passado ao longo do tempo. Ao entender essas dinâmicas, os estudantes podem se enxergar como sujeitos ativos e transformadores de suas próprias realidades. Além disso, a formação da consciência crítica proporciona aos alunos a lucidez necessária para avaliar as possibilidades de intervenção social, atuando com protagonismo e autonomia. Desse modo, o ensino de história não apenas preserva e transmite o conhecimento sobre o passado, mas também, capacita os alunos a interagir de maneira significativa e consciente com o presente e o futuro.

Seguindo esta concepção, a História Local se apresenta como um recurso metodológico capaz de aproximar os alunos de sua realidade, reconhecendo as influências do passado no presente, compreendendo o processo histórico do qual

ele faz parte, e contribuindo para a construção de identidades. De acordo com a professora Vilma de Lurdes Barbosa e Melo:

> A construção e elaboração da história local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados, ao tempo que, em mão dupla, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções – numa práxis transformadora, se proceda a sua elaboração e registro (Melo, 2015, p.43).

Essa ‘práxis transformadora’ refere-se, justamente, à ação e reflexão crítica sobre a realidade, no qual a História Local não apenas revela os problemas cotidianos das comunidades, mas também contribui para a sua compreensão e superação. Ao estudar e registrar a história local, professores e alunos entram em um ciclo de aprendizado que vai além da aquisição do conhecimento, pois provoca reflexão e gera um movimento de transformação. Ao entenderem as raízes históricas de seus problemas, os membros da comunidade podem se tornar capacitados para buscar soluções, fortalecer as suas identidades e promover mudanças significativas no seu contexto cultural e social. A práxis transformadora, nesse sentido, une a teoria e a prática, potencializando o papel da educação e da história local como agentes de mudança social.

Desse modo, entendemos que o ensino da História Local propicia uma atitude crítica e cidadã do estudante enquanto sujeito histórico. Então, a partir desses objetivos de se proporcionar uma educação crítica, onde os estudantes se reconheçam enquanto agentes com poder de mudança social, pensando na formação de uma identidade com consciência histórica, se faz necessário conhecer e valorizar a história local.

Partindo da premissa de que é necessário conhecer para preservar, estaria a Educação patrimonial para o Ensino da História Local como uma metodologia acessível e de extrema relevância.

> O contato com os bens materiais possibilita uma experiência acessível a todos, e deverá traduzir-se na compreensão do passado do qual o observador é herdeiro, permitindo uma maior consciência e conhecimento do presente para propiciar uma melhoria na sua qualidade de vida atual. Reconhecer o passado cultural do qual o cidadão é herdeiro é mais um passo na conquista da sua identidade cultural e na compreensão e consciência do presente. (Grunberg, 2000, p.164).

Nesse sentido, a Educação Patrimonial seria o meio de evocar o passado a partir das problemáticas do agora, como forma de desvelar o mundo a partir dos bens materiais presentes no patrimônio. Aqui encontramos a centralidade do nosso problema: a necessidade de um trabalho educacional voltado para o conhecimento e a preservação dos patrimônios históricos e culturais. Como já alertava a Carta de Atenas, de 1931, sobre o papel da educação e o respeito aos monumentos:

> A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação dos monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (in Santos Junior, 2010, p. 330).

Portanto, a salvaguarda do acervo museal depende da conscientização sobre a importância de se preservar o patrimônio da comunidade. Aqui se estabelece a relação entre Ensino de História Local e museus, através da Educação Patrimonial. A aprendizagem será mediada a partir dos bens culturais como fontes primárias de conhecimento, sendo instrumentos no processo de ensino (Grunberg, 2000, p. 168).

A patrimonialização é um processo social e cultural que atribui valor simbólico a determinados bens, sejam eles materiais ou imateriais, reconhecendo-os como representações de uma identidade coletiva. Esse processo, contudo, não é neutro. Ele está inserido em contextos históricos e políticos que muitas vezes refletem as relações de poder vigentes. No Brasil o conceito de patrimônio foi amplamente moldado pela ideia de preservação de vestígios do passado que sustentam narrativas nacionais, muitas vezes elitistas e excludentes. Tal perspectiva consolidou-se estabelecendo o patrimônio como um recurso para reforçar identidades dominantes, frequentemente em detrimento das vozes e experiências de grupos marginalizados (Oliveira; Freitas, 2024).

> Um bom modo de nos assenhorarmos de parte desses debates, como inspiradores das nossas atividades docentes no ensino de História, é tentar responder às questões referentes à natureza do patrimônio que queremos objetivamente abordar como mediação para o ensino de História e os modos prováveis de empregá-lo com eficiência: quais critérios orientam a patrimonialização dos objetos? Onde está o patrimônio manuseável pela Escola? (Oliveira; Freitas, 2024 p. 39).

Essa perspectiva aponta para que os professores considerem não apenas os conteúdos históricos envolvidos, mas também as potencialidades pedagógicas dos objetos, incentivando a análise crítica sobre os processos de patrimonialização, nas narrativas que reforçam e nos silêncios que perpetuam. Assim, o patrimônio pode se tornar um instrumento não apenas para o aprendizado, mas também para a construção de uma consciência crítica mais ampla e contextualizada.

Desse modo, alertamos que a Educação Patrimonial, embora carregada de potencial transformador, corre o risco de se tornar uma prática acrítica quando não problematiza os significados e valores atribuidos aos bens patrimoniais. Sem uma abordagem reflexiva, ela pode reproduzir narrativas hegemônicas e reforçar visões unilaterais de identidade cultural, promovendo uma relação de conformidade em vez de emancipação e distanciando os sujeitos da apropriação desses bens.

Assim, existe o perigo de que o ensino sobre o patrimônio se limite ao exercício de transmissão de valores “civilizatórios”, desconsiderando as dinãmicas de exclusão, silenciamento e poder que permeiam o processo de patrimonialização. Esse modelo reduz a Educação Patrimonial a uma ferramenta de normatização, desviando-se de uma formação crítica e plural, que deveria questionar e ampliar os significados atribuidos aos bens culturais.

De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial lançado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1999, a Educação Patrimonial pode ser definida como: “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (Horta, Grumberg, Monteiro,1999, p. 4). Neste sentido, por meio de atividades educacionais contínuas, a Educação Patrimonial permite que as pessoas compreendam melhor o valor histórico, cultural e social dos bens patrimoniais, fortalecendo a conexão com a identidade cultural e promovendo um maior respeito e preservação desses recursos.

Segundo Grunberg (2000, p. 162) “os bens culturais são aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico. Estes bens culturais podem ser materiais e imateriais”. Os bens culturais passam a ser tomados como fontes de conhecimento. A aproximação dos estudantes destes bens que se apresentam no seu cotidiano,

facilita e oportuniza a compreensão da história e da cultural local.

A metodologia da Educação Patrimonial conforme esquematizada por Grunberg no *Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial*, é estruturada em quatro etapas fundamentais: observação, registro, exploração e apropriação. A importância desse esquema metodológico reside na sua capacidade de sistematizar o processo educacional, auxiliando os professores na promoção da compreensão do patrimônio cultural.

Vale ressaltar que, de acordo com Claudia Teixeira (2008, p.209), as escolas enfrentam a ausência de materiais didáticos para que os professores possam abordar temas sobre o patrimônio cultural, histórico ou arqueológico em suas aulas. Portanto, estes materiais produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), acabam se tornando matrizes de referência.

. A etapa de observação oferece aos alunos a oportunidade de vivenciar o patrimônio de forma mais consciente, destacando elementos que, no cotidiano, podem passar desapercebidos. Essa atividade é direcionada para desenvolver um olhar atento e crítico para os elementos patrimoniais, envolvendo todos os sentidos, o ver, o ouvir, o sentir, e, se possível, o tocar. O “objetivo desta etapa é: a) A identificação do objeto, sua função e significado. b) Ele propicia o desenvolvimento da percepção visual/sensorial e simbólica” (Grunberg, 2000, p.174).

Para promover a reflexão crítica neste momento, nos apoiamos nas ideias de Ramos (2004, p. 24) que defende que o papel do monitor ou do professor durante a visita ao museu é provocar os alunos a refletirem a partir de problematizações, deixando de atuarem com o repasse de informações. Sobre esta perspectiva ele afirma:

> A educação museal passa necessariamente pela capacidade progressiva de instrumentalizar o público para a decifração dos códigos propostos; do contrário, o monitor vira acessório permanente e corre-se o risco de pleitear mediações indispensáveis. Assim como a conquista da leitura de um texto se faz ao dispensar a figura alheia que leria para nós, a exposição também mostra sua eficiência ao criar formas de comunicação e dispositivos de reflexão sem tutela. (Ramos, 2004, p. 24)

A preparação para esta experiência deve ser cuidadosa, com o professor explicando claramente o objetivo da aula e orientando os alunos quanto ao comportamento esperado, como manter o silêncio e a atenção necessários para capturar a compreensão acerca do patrimônio. O contato livre dos alunos com o patrimônio proporciona uma experiência espontânea, permitindo aguçar sua

curiosidade natural. Ao interagir livremente com os elementos patrimoniais, os alunos podem fazer suas próprias descobertas e observações, podendo surgir apontamentos e questões relevantes sobre o que estão vendo.

Na etapa do registro, o aluno irá documentar e refletir sobre essas observações. Esta etapa é fundamental para organizar o pensamento, fortalecer a memória e fixar o conhecimento adquirido. Por meio do registro em textos, desenhos, fotografias ou outras formas de expressão, os estudantes podem sistematizar o que aprenderam e estruturar as suas ideias de maneira mais clara. Esse processo do registro não só consolida o que foi vivenciado, mas também desenvolve habilidades de análise e síntese. Além disso, o registro serve como uma ferramenta valiosa para revisitar e refletir sobre o aprendizado.

Nesta parte devem ser levadas em consideração a descrição do objeto de estudo, cores, temperatura, material de que é feito, volume, formas, tamanho, partes de que é composto, ou seja, tudo que possa transmitir a essência do que se observou. Após a caracterização física, faz-se um registro das informações simbólicas que se conseguiu capturar, o tempo em que foi construído, por quem foi construído, qual seria a sua função original, se teve a sua utilidade transformada, quem usava, se todos tinham acesso, se representava alguma cultura ou grupo social.

A imaginação é um exercício importante ao se acessar a Educação Patrimonial. Quando expostos ao patrimônio, os estudantes são convidados a reconstruir mentalmente os constextos históricos, culturais e sociais que moldaram os elementos patrimoniais, ativando sua capacidade de imaginar como eram as vidas, os costumes, e os ambientes de épocas anteriores. Este exercício estimula não apenas o pensamento lógico, mas também o pensamento crítico, ao analisar os resquícios do passado no presente.

Em todas as etapas da metodologia da Educação Patrimonial o professor deve estar preparado para atender aos questionamentos e dúvidas dos alunos, selecionar recortes temáticos, escolher as atividades a serem desenvolvidas a partir das necessidades dos alunos e de suas particularidades, provocar os alunos com questionamentos que estimulem a expressão oral do que está sendo observado e assim ir ajustando, refinando e reforçando o conhecimento.

A etapa da exploração encoraja a investigação, desenvolve a habilidade de

pesquisa, é o caminho para alcançar a compreensão do patrimônio dentro do contexto histórico e cultural. Essa perspectiva é reforçada por Grumberg (2000, p. 174), ao afrimar que “A exploração analisa todos os dados colhidos e levanta discussões, hipóteses e questionamentos”. Nesta fase as problematizações levantadas pelos alunos começam a ser investigadas e respondidas por meio de pesquisas a serem realizadas a partir de outras fontes como publicações e entrevistas.

Nesse momento os alunos são incentivados a buscar respostas não apenas nas fontes locais disponíveis, mas também em fontes de outras regiões que compartilhem características culturais, históricas e geográficas semelhantes. Quando o patrimônio local não oferece informações suficientes, a conexão com contextos regionais próximos permite ampliar o horizonte de entendimento, estabelecendo paralelos e comparações que enriquecem a análise.

Já a etapa da apropriação finaliza o processo ao permitir que os alunos internalizem e valorizem o patrimônio como parte de sua identidade e conhecimento. Esta é a fase da exposição dos resultados da experiência, ou, o que chamam de culminância. Neste momento espera-se que os alunos já tenham desenvolvido um envolvimento afetivo com o trabalho realizado e internalizado a compreensão do objeto de estudo, sendo capaz de reproduzir esse conhecimento de variadas formas, como a criação de projetos, exposições, apresentações, textos ou outras expressões artísticas.

Ao se apropriarem do conhecimento, os alunos demonstram o que aprenderam, interpretam e ressignificam o conteúdo. Esta etapa é importante para desenvolver a autoconfiança, o que fortalece a autoestima dos alunos. Compartilhar suas produções e ideias, ver seu trabalho valorizado e reconhecido pelos colegas e professores promove o senso de pertencimento e protagonismo, mostrando que são capazes de compreender e contribuir para a preservação e valorização do patrimônio cultural. Esta atividade torna os alunos agentes ativos no processo de contrução do conhecimento.

De acordo com Oliveira e Freitas (2024), embora essa metodologia contribua para a Educação Patrimonial, sua aplicação precisa ser melhor fundamentada e alinhada com teorias de aprendizagem histórica para evitar contradições e assegurar uma prática mais eficaz e reflexiva no ensino de história. Isso significa que a universalidade dessas habilidades, como observar e explorar, podem acabar tendo

um fim em si mesmas se não tiverem um direcionamento. Então, a operacionalização do trabalho educativo deve estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais, locais ou escolares, e o professor precisa ter a consciência de que a prática deve estar alinhada aos objetivos propostos.

Desta forma, a utilização dos bens culturais, como monumentos, objetos históricos e tradições locais, como instrumentos metodológicos promove a produção de conhecimento. Quando os estudantes têm a oportunidade de interagir com esses bens culturais que fazem parte do seu cotidiano, isso facilita a compreensão da história e da cultural local. A proximidade com o patrimônio cultural permite que os alunos vivenciem e contextualizem a história de uma forma mais direta e pessoal, em vez de apenas aprender sobre eventos distantes e abstratos, eles podem ver e tocar os objetos e locais que representam essas histórias, tornando o aprendizado mais significativo e envolvente.

2.3 O uso dos objetos nas aulas de História Local

De acordo com Aryana Costa (2019), a História local oportuniza o uso de fontes de modo a conduzir uma atividade com participação ativa dos alunos na construção do conhecimento histórico:

> O uso de fontes possibilita sua mobilização em várias escalas: pessoais, institucionais, orais, escritas, visuais. Possibilita o conhecimento do local dos alunos por meio da busca pelos seus espaços de memória, acervos, arquivos, monumentos, pessoas a serem entrevistadas. E propicia também o trabalho coletivo, a tomada de decisões, o desenvolvimento das habilidades de raciocínio a argumentação dos alunos (Costa, 2019, p. 136).

Desta forma, a autora evidencia o valor do uso de fontes no ensino de história local. Ao explorar diversas escalas de fontes, conectando-as à realidade local, os alunos se percebem inseridos não apenas na produção do conhecimento, como também engajados pelo seu próprio aprendizado.

O uso de fontes nas aulas é uma escolha justificada pela dinâmica diferenciada que agrega ao ensino de história, sendo uma atividade atrativa e reflexiva. Segundo a Circe Bittencourt, muitos professores consideram o uso de fontes como um instrumento eficiente e insubstituível, por possibilitar o contato com

situações concretas de um passado abstrato ou por favorecer o desenvolvimento intelectual dos estudantes, em substituição de uma forma pedagógica limitada à simples acumulação de fatos e de uma história generalizante contida nos livros didáticos (Bittencourt, 2008, p.327).

Entendemos que essa abordagem metodológica está diretamente ligada ao reconhecimento, por parte dos docentes, de como o uso de fontes primárias nas aulas pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, deixando de utilizá-lo apenas como ilustração para transformá-lo em uma ferramenta eficaz para um ensino da história. É fundamental que as fontes sejam utilizadas não apenas como confirmação do conteúdo, mas também como fontes de investigação, elementos acessíveis, que provoquem inquietações, questionamentos e reflexões, ampliando, assim, o potencial educativo presente nos recursos disponíveis.

Vale ressaltar, com base em Sílvia Hunold Lara (apud Monti et. al., 2018, p. 57), na análise de documentos no ensino de história devemos nos pautar em problematizações, questionamentos, dúvidas e desafios que provoquem reflexões, sem incorrer no risco de toma-los como verdadeiros e confiáveis. Parafraseando Aryana Costa (2019, p. 135), nenhum documento é desinteressado, pois foi produzido em um determinado tempo, por determinadas pessoas e em determinados locais. Isso significa que os documentos refletem as condições sociais, culturais, políticas e econômicas do momento de sua criação e os interesses de quem os produziu.

Portanto, o professor deve deixar espaços para a interpretação do aluno, estimular a criticidade, acender as dúvidas, apontar contradições, agir consciente de que o aprendizado é uma construção que pode estar em qualquer lugar, especialmente, em objetos. O compromisso pedagógico dos professores em utilizar recursos educacionais, como o uso de documentos históricos, que estimulam a reflexão crítica, acaba por inserir os estudantes como protagonistas no processo de construção do conhecimento (Monti, et. al., 2018, p. 58).

O ensino de história local por meio dos objetos pode contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica nos estudantes. De acordo com Rüsen,

> a Consciência Histórica dá a vida ‘uma concepção do curso do tempo’ trata

> do passado como experiência e revela o tecido da mudança temporal na qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem as mudanças. (Rüsen. Apud Schimidt e Garcia, 2006. p. 12)

Ao utilizar os documentos como testemunhos do passado que sobreviveram ao tempo, o professor propicia a construção de uma consciência histórica, que é importante para a formação das identidades individuais e coletivas. Dessa forma, os alunos podem compreender os processos históricos que moldaram o presente, identificar padrões, reconhecer erros e sucessos do passado e antecipar desafios futuros, preparando-se para a cidadania e desenvolvendo uma compreensão mais profunda das interconexões entre o passado, o presente e o futuro.

De acordo com Ulpiano Meneses (1980, p.4) o objeto somente se transforma em documento a partir da perspectiva de um observador externo. Para que um objeto de torne um documento histórico é necessário que ele perca o seu sentido ou utilidade original. Ou seja, o objeto é ressignificado, sendo considerada a sua capacidade de fornecer informações e conhecimentos sobre a sociedade.

Os objetos que fazem parte da cultura material, são o resultado da ação humana, eles carregam consigo finalidades e significados para a sociedade que os concebeu. De acordo com Ulpiano Meneses (1998, p. 90) a durabilidade dos artefatos, que frequentemente superam a vida de seus criadores e usuários, confere a esses objetos um papel especial na representação do passado.

Nem todo objeto é um artefato antigo que exala historicidade, os objetos do nosso cotidiano só se recobrem de significado histórico ao serem problematizados. O que quero dizer é que o objeto não será transformado em documento, artefato ou acervo por suas características vísíveis, mas pelas invisíveis (Meneses, 1980, p. 10). O ‘invisível’ se refere a ideias abstratas, a conhecimentos que, ao serem representados fisicamente por um objeto, tornam-se acessíveis e compreensíveis.

Os objetos, enquanto documentos históricos, são testemunhos materiais que carregam em si vestígios do passado, revelando aspectos culturais, sociais, econômicos e tecnológicos de diferentes épocas. Por meio do contato direto com as fontes primárias, é possível ampliar o espaço escolar e dinamizar o acesso à produção do conhecimento, assim o aluno participa ativamente da apropriação do saber e passa a valorizar a sua herança cultural.

Os professores, ao planejarem tais atividades, prepararíam os alunos para a análise dessas fontes, propiciando a produção e ampliação de novos conhecimentos, trazendo uma reflexão sobre o presente a partir da compreensão dos processos históricos nos quais estão inseridos, o que reforça os laços de afetividade e a autoestima dos sujeitos, pois os alunos se conectam emocionalmente com as histórias de sua comunidade e com a sua própria identidade e passam a reconhecer e valorizar as suas raízes. E ao se preceberem como capazes de entender e transformar o mundo ao seu redor eles elevam a sua autoestima.

Para tanto, é necessário o reconhecimento da importância da cultura material para as conexões entre os indivíduos em uma sociedade. Um exemplo disso seria, para ensinar a história dos meios de comunicação, o professor trazer uma linha do tempo com as invenções tecnológicas e excluir da discussão o impacto que estes objetos teriam provocado na maneira de as pessoas se relacionarem, se organizarem e se comportarem em sociedade. Por exemplo, a invenção do telefone não apenas facilitou a comunicação à distância, mas também alterou a maneira como as pessoas interagem e se relacionam umas com as outras. Da mesma forma, a popularização da internet transformou completamente a forma como as pessoas se informam, se relacionam e consomem conteúdo.

Portanto, ao estudar a cultura material, é essencial considerar não apenas os objetos em si, mas também o contexto social, histórico e cultural em que eles estão inseridos, a fim de compreender verdadeiramente as conexões entre os indivíduos em uma sociedade. De acordo com Meneses (1994, p.12):

> Estamos imersos num oceano de coisas materiais, indispensáveis para a nossa sobrevivência biológica, psíquica e social. A chamada "cultura material" participa decisivamente na produção e reprodução social. No entanto, disso temos consciência superficial e descontínua. Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais. Que percepção temos desses mecanismos? Não se trata, apenas, portanto, de identificar quadros materiais de vida, listando de objetos móveis, passando por estruturas, espaços e configurações naturais, até obras de arte'. Trata-se, isto sim, de entender o fenômeno complexo da apropriação social de segmentos da natureza física (Meneses, 1983).

Quando colocamos na centralidade o ser humano e suas ações, trazendo os objetos apenas como suporte de verificação, estamos nos apartando do seu potencial crítico. Os objetos museais, por exemplo, representam a sociedade no qual foram criados, sendo delimitados por recortes de tempo e espaço, podem ser transformados em

documentos históricos que serão analisados a partir de uma questão surgida no presente. Ao invés de apenas vermos os objetos como artefatos antigos, é importante reconhecermos o seu valor como testemunhos do passado e usá-los como ferramentas para entendermos melhor a história e a sociedade em que vivemos.

O Francisco Régis Ramos afirma que: “tudo pode ficar mais interessante se a visita à exposição for precedida não só por explicações sobre o tema, mas também por exercícios com artefatos no dia a dia” (Ramos, 2020, p.18). Desta forma, os alunos desenvolvem familiaridade com a análise de objetos antes de vivenciar a exposição.

O que Ramos aponta é que deve-se ensinar a “ler” os objetos, assim como ensinamos a ler as palavras. Aprender a observá-los e a interpretá-los desenvolve uma habilidade crítica importante, pois permite que os alunos enxerguem além dos textos e descubram as narrativas contidas nos artefados do cotidiano. Essa leitura vai além da decodificação, da simples interpretação da origem do objeto, sua utilidade, ela trata da inserção deste objeto no mundo, o que ele representa nas estruturas sociais, nas questões de gênero, nas relações de poder, nas expressões culturais.

Desta forma, os recortes temáticos são fundamentais, as perguntas a serem feitas ao objeto devem estar alinhadas aos temas de estudo. Os alunos são levados a refletir sobre as conexões entre os objetos e os contextos históricos, os artefatos não são utilizados para confirmarem o que já está aprendido, os artefatos são explorados como ferramenta pedagógica para problematizar a construção do presente.

Sobre a diversidade de fontes para a construção do conhecimento histórico, Meneses (1980, p. 11) afirma que existe uma limitação no uso exclusivo da linguagem, uma vez que pode ser influenciada por erros, neste sentido, os objetos validariam a linguagem. Mas, para além de ser um apoio para a linguagem, o objeto torna visível o que é invisível em uma atividade imagética que envolve os nossos sentidos, acessando imediatamente a nossa memória, fazendo comparações, inferências, associações e em um esforço interpretativo de ‘ler’ o que não está escrito.

Ramos vai desenvolver o conceito de ‘objeto gerador’, em que os artefatos são propulsores do conhecimento, promovendo reflexões e discussões a partir de um elemento concreto do cotididano que desperta o interesse dos alunos. Ao se apoiar na idéia de Paulo Freire, de ‘ler o mundo’ a partir das experiências e do cotidiano das pessoas, ele sugere que podemos ‘ler o mundo através das coisas’.

> O objetivo primeiro do trabalho com o *objeto gerador* é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos,

> entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras. (Ramos, 2020, p. 23)

Nesse sentido, Ramos afirma que os objetos não são apenas ferramentas ou artefatos inanimados, mas sim expressões, extensões ou até representações de quem os criou e usou. Estes objetos refletem traços da sociedade, sendo tanto criadores quanto criaturas da experiência humana. Ao criar e interagir com esses objetos, os seres humanos constroem e dão forma à sua própria experiência de viver em sociedade, influenciando e sendo influenciados pelo ambiente ao seu redor.

Tais elementos são reveladores do tempo em que foram criados e evidenciam os processos de mudanças e continuidades ocorridas ao longo do tempo. Ao serem utilizados como fonte histórica, eles trazem respostas para questões contemporâneas a partir de uma reflexão que se fez sobre o passado. Esse processo de investigação favorece a uma desconstrução da realidade presente, estimulando uma visão crítica e a compreensão da historicidade dos acontecimentos.

Do ponto de vista metodológico, existem várias possibilidades de utilização dos objetos em sala de aula. Iremos aqui apresentar algumas abordagens que foram reconhecidas ao longo de nossa experiência.

A primeira é mencionada pelo Ramos (2020, p. 23), que é desenvolver reflexões a partir de objetos do cotidiano escolhidos pelos próprios alunos. É bastante comum, durante os anos do Ensino Fundamental, em algum momento o professor de História solicitar que os alunos tragam algum objeto de casa que represente a história da família, ou que lembre da infância do aluno. Este é um procedimento em que os alunos precisam justificar as suas escolhas por meio da produção textual e da oralidade, acessar a memória e construir de maneira intencional um passado que, quase sempre irá se apoiar nos testemunhos dos outros membros da família.

Esta é uma atividade simples, mas que deixa claro o potencial dos objetos em materializar o passado, em capturar as emoções e intenções dos sujeitos. Ao interagir com estes artefatos, é possível compreender não apenas a sua funcionalidade, mas também o que ela representa, as subjetividades que marcaram a relação entre o sujeito e o objeto.

Outra atividade que envolve objetos do cotidiano é a utilização de um objeto, ou de um nicho deles, para motivar a relação com os recortes temáticos. Este é um recurso facilmente aplicado à temática da sociedade de consumo, ao abordar conteúdos como a Revolução industrial. Ou, também, ao problematizar o pensamento moderno em relação à Idade Média trazendo para sala de aula um nicho de objetos do cotidiano e pedir que os alunos relacionem com o mundo medieval.

Um método riquíssimo, ainda com objetos do cotidiano, é o investigativo que simula o ofício do historiador. Um exemplo, é a dinâmica, geralmente utilizada para introduzir aos conceitos históricos[20], em que o professor traz algumas fontes históricas, entre elas objetos, que são pistas sobre a sua própria história e os alunos irão analisar e fazer inferências a partir da associação entre os próprios objetos, e da imaginação mesmo do que eles podem revelar sobre a trajetória de vida deste professor.

Outra atividade investigativa é a oficina “A estranha morte de Marta” proposta por Keila Grinberg, Lúcia Grinberg e Ana Mascia Lagôa (2000). Assim como os historiadores examinam artefatos para reconstruir eventos históricos, os alunos são desafiados a usar as fontes disponíveis, entre elas alguns objetos do cotidiano, para formular hipóteses, questionar narrativas e desvendar os mistérios por trás da morte de Marta. Cada objeto funciona como vestígio que narra aspectos do contexto social e cultural em que Marta vivia.

A construção de cenários históricos é uma atividade que pode ser bastante eficaz. Os alunos podem usar objetos para representar cenas de um período específico, além de interpretar personagens e acontecimentos históricos. Esta atividade possui limitações que podem ser superadas, como a falta de acesso a determinados objetos, mas faz parte da aprendizagem por meio de objetos a própria reprodução destes artefatos, portanto, na ausência de um objeto necessário à representação do período o aluno pode usar a criatividade para recriá-lo. Um exemplo desta atividade é ao estudar ‘a era do rádio no Brasil’ solicitar que os alunos recriem um cenário motivados pela influência e importância do rádio no cotidiano das

[20] Encontrei esta dinâmica no Instagram na professora de história Lavínia Rocha (@laviniarocha) que propõe o uso de fontes históricas em sala de aula. Disponível em: https://www.instagram.com/laviniarocha?igsh=MWwyaGZrZXpqZGY5Zg==. Acesso em: 06 de junho de 2024.

pessoas da época e até em eventos históricos.

A exploração de acervos virtuais e museus online também é outra estratégia interessante que se expande a partir do avanço das tecnologias, o que em si já traz uma possível limitação quando há a ausência de internet nas escolas ou quando não existe qualidade no acesso à rede. Motivados pelo recorte temático os alunos podem acessar os bens materias de uma determinada cultura, período ou acontecimento histórico. Esta experiência virtual simula o contato com os objetos, mas também diversifica as possibilidades de ensino, principalmente, onde há a limitação de ir ao encontro destes acervos.

Outra estratégia que encontramos em Ramos (2004, p. 22) é estabelecer relações entre objetos diferentes, o que pode aprofundar o conhecimento histórico. Ele traz dois exemplos bem interessantes, o primeiro relaciona um instrumento de tortura e prisão de escravos com a reprodução de jornais que trazem notícias de escravos fugidos, onde os alunos são provocados a refletir sobre dominação e resistência. Outro exemplo é sugerir que estabeleçam uma relação entre um relógio e um copo descartável, suscitando diversas questões acerca da historicidade do capitalismo.

E, por fim não podemos deixar de mencionar, posto que é o nosso objeto de estudo, a visita a museus. O contato direto com os objetos é uma experiência insubstituível. De acordo com Ramos (2004, p. 21) “a visita ao museu deve começar na sala de aula, com atividades lúdicas que utilizem materiais do cotidiano, como indícios de práticas que se fazem nas relações sociais”. Essa preparação é necessária, pois, como já foi mencionado, o aluno precisa aprender como ‘ler os objetos’.

Essas metodologias ampliam a compreensão histórica ao envolverem os alunos em uma análise profunda dos artefatos, ao mesmo tempo em que promovem habilidades como a investigação, a criatividade e a interpretação crítica de fontes materiais. O uso de objetos nas aulas de história torna o aprendizado mais dinâmico e acessível.

3. CURADORIA COMPARTILHADA E A HISTÓRIA LOCAL

Neste capítulo, apresentaremos a curadoria compartilhada realizada pela professora e os alunos da 2º série, turma”A”, do turno matutino do ano de 2024 da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale, como esforço de articular os fundamentos teóricos discutidos acima com a prática a partir da realidade escolar. Evidenciaremos as escolhas metodológicas e conceituais que orientaram a sua construção. A proposta teve como fundamento o conceito de curadoria compartilhada, um processo colaborativo em que professores e alunos participaram ativamente na seleção e interpretação de objetos e temas históricos. Esse processo de curadoria é guiado pelos fundamentos teóricos discutidos nos capítulos anteriores, que destacaram a importância da Educação Patrimonial e da História Local como ferramentas pedagógicas. Portanto, não apenas detalharemos a atividade em si, mas também explicitaremos as justificativas teóricas e metodológicas subjacentes às escolhas realizadas ao longo do processo de elaboração.

3.1 A curadoria compartilhada como prática pedagógica

Diante dos anseios de encontrar uma metodologia que promovesse a interação ativa com o museu, encontramos como referência a dissertação da Kátia Cristiani Nunes (2022). Nesse trabalho a autora propõe uma atividade em que os estudantes selecionam objetos do acervo do museu, especificamente relacionados ao trabalho em Atalanta, e realizam investigações sobre estes itens. Esse processo permite que os alunos não apenas explorem as histórias contidas nos objetos, mas também participem da construção do conhecimento histórico.

Inspirados por essa proposta, optamos por adotar a curadoria como estratégia metodológica, compreendendo-a como uma prática que articula os princípios da Educação Patrimonial com o do ensino de História Local. A escolha da curadoria não foi apenas uma inspiração, mas uma decisão estratégica que nos permitiu explorar, de maneira crítica e criativa, o acervo do Museu José Elviro, a fim de investigar suas potencialidades pedagógicas. Essa abordagem proporcionou um espaço de experimentação no qual os estudantes puderam agir como sujeitos da investigação histórica, mobilizando suas percepções, interpretações e questionamentos. Assim, os dados e análises produzidos a partir dessa experiência colaboraram diretamente para

a elaboração de um material didático voltado para o Ensino de História a partir do acervo do Museu José Elviro.

A curadoria compartilhada é um conceito que tem ganhado espaço em diversos campos de atuação, desde a museologia até a educação. Nesta pesquisa, nos propusemos a explorar e qualificar a curadoria compartilhada a partir de um olhar voltado para a educação em museus, destacando seu potencial como prática pedagógica, especialmente para o ensino de História. Nosso objetivo é apresentar a curadoria compartilhada como uma ferramenta capaz de envolver ativamente professores e alunos na seleção, organização e interpretação de acervos.

Para Lourenço (2019, p. 33) “curadoria é projeto em seu senso mais profundo: tributa o ejetar, ensejar salto e transformação”. Ou seja, essa abordagem compreende a curadoria como uma operação complexa que envolve capturar memórias que muitas vezes estão em disputas, que requer decisões e sensibilidade para promover discussões inerentes à sociedade, que exige diálogo com os diversos grupos sociais, que visa provocar mudanças.

A curadoria pode ser compreendida como um conjunto de processos interligados que envolvem intenções, reflexões e ações. Esses processos buscam alcançar objetivos específicos, como identificar e explorar diferentes possibilidades interpretativas dos acervos, permitindo a ressignificação de suas narrativas, aplicar procedimentos museológicos de preservação e comunicação de forma integrada, considerando a importância da educação e da disseminação do conhecimento, e compreender e atender as demandas da sociedade contemporânea, alinhando os processos curatoriais às necessidades culturais e educativas (Bruno, 2008).

O significado de uma curadoria “compartilhada”, quando se trata de uma ação com objetivos educacionais, pode ser entendido como um processo de transmissão de conhecimento. No entanto, no caso de uma atividade pedagógica curatorial, esse conhecimento é construído de maneira ativa e estruturada, como forma de promover a participação de todos os envolvidos nesse processo. De acordo com Leitzke e Possamai (2014, p. 191), a curadoria compartihada é um processo “onde os atores envolvidos dialogam, estabelecem o fio condutor da exposição, participam de

encontros onde o diálogo é constante, fazendo com que sejam definidos os textos, os materiais a serem expostos".

Diante de todas as reflexões e conceitos apresentados, propomos uma sugestão das etapas de um planejamento para a execução de uma curadoria compartilhada no ensino de História. O processo se inicia, primordialmente, pela definição de objetivos claros e perguntas norteadoras. O que se deseja apresentar com esta curadoria? Quais as narrativas a serem evidenciadas? Quais serão os recortes a serem feitos? Estas questões ajudam a delimitar a intencionalidade do trabalho. Os critérios para a seleção dos objetos ou elementos do acervo são definidos a partir destas metas, priorizando itens que explorem as narrativas escolhidas, que possuam relevância histórica, cultural ou social e que representem o interesse dos participantes.

Após esta seleção, ocorre a pesquisa e análise, etapa em que os professores e alunos investigam e aprofundam o entendimento sobre os contextos históricos, culturais e sociais dos itens selecionados, desenvolvendo uma interpretação sobre os mesmos. Essa compreensão fundamenta a organização e contextualização dos objetos em exposições ou narrativas coletivas, proporcionando que muitos e múltiplos olhares possam interagir e dialogar com o exposto e assim ressignificar o patrimõnio.

Ainda podemos incluir a etapa da apresentação e diálogo, onde são elaboradas exposições ou materiais com o objetivo de não apenas informar, mas também envolver o público ou a comunidade em reflexões sobre o patrimônio e sua preservação. Ao final de todo este processo é muito importante que haja uma avaliação, pois ela permite refletir sobre o alcance dos objetivos propostos, identifica os desafios enfrentados e reconhece os aprendizados construidos pelos participantes. Além disso, esse momento também possibilita ajustar práticas para futuras iniciativas.

Diante de todas essas reflexões e acreditando nos museus como espaços propícios para a construção do conhecimento, pensamos em uma proposição didática que une Educação Patrimonial, Curadoria compartilhada e Ensino de História. Entendemos que museus como o Museu Joé Elviro podem se tornar ferramenta didática capaz de provocar inquietações nos alunos, dessa forma, com a curadoria os alunos poderiam analisar criticamente o acervo, as narrativas, o espaço, as ausências.

> A visita ao museu serve então ao propósito de construção do conhecimento histórico pela problematização do que está sendo exposto, o que certamente não significa deixar os “objetos falarem por si”. Entendendo esses objetos como fontes, portadores de informações, reconhecendo a historicidade na exposição museal, problematizando, interpretando, comparando narrativas. O que não desqualifica a relevância deste local como próprio para preservar e divulgar a memória local e coletiva (Chicareli, Romeiro, 2014).

Esse processo de análise possibilita aos estudantes perceber que o museu não é um abrigo de objetos do passado, mas sim um espaço dinâmico de construção e debate em torno de memórias e identidades. Ao incentivar atividades que estimulem a investigação e a reconstrução de histórias a partir das exposições, o museu se torna um lugar vivo de aprendizagem histórica. Nesse ambiente os alunos têm a oportunidade de estabelecer relações entre o passado e o presente, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma compreensão mais ampla do patrimônio cultural.

A preparação para uma curadoria que tivesse como objetivo contar histórias sobre Macau a partir do acervo do Museu José Elviro contemplando a diversidade de sujeitos e narrativas, pressupõe uma discussão inicial sobre patrimonialização, disputas de narrativas históricas e silenciamento histórico. De acordo com Chagas (1999),

> Admitir a presença de sangue no museu significa também aceitá-lo como arena, como espaço de conflito, como campo de tradição e contradição. Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento (Chagas, 1999, p. 19)

Assim como os museus não são apenas repositórios de memórias, mas arenas em disputas simbólicas, o Ensino de História não se limita a recordar o passado, mas desempenha um papel essencial na problematização do presente e na promoção da análise crítica. Nesse contexto, a prática docente vai além da simples transmissão de fatos, ela se estabelece como um espaço de questionamento, onde as narrativas são revisitadas e reinterpretadas.

Foi com esse olhar que definimos o nosso recorte temático. A escolha dos grupos sociais – mulheres, negros e indígenas – como eixo central da nossa atividade no museu amplia os vieses da história ao dar visibilidade a narrativas de grupos silenciados historicamente. Para além de ser uma escolha que dialoga com as diretrizes curriculares que defendem o combate às desigualdades por meio da valorização da diversidade cultural e histórica, ela está alinhada à nossa estratégia

pedagógica de fomentar a reflexão, criticidade e a consciência histórica dos estudantes.

É importante destacarmos que este trabalho tem como público alunos do Ensino Médio, nesta faixa etária eles já tiveram contato com a História Local, então devemos retomar os conhecimentos prévios em relação à história da cidade.

Desta forma, já podemos identificar as ausências e silenciamentos dentro do discurso narrativo tradicional. Depois disto, podemos apresentar o museu e seus segmentos, formando grupos que na ida ao museu irão explorar o acervo e selecionar os objetos que representem os interesses da curadoria em evidenciar histórias que contemplem a diversidade de sujeitos e narrativas, mediante alguns questionamentos, que seriam: Quem são os sujeitos representados na exposição?; Quem está ausente?; Quais elementos reforçam uma narrativa elitista e dominante?; É possível identificar algum elemento de resistência ou diversidade cultural?.

Já em sala de aula, os grupos apresentam as suas conclusões mediantes aos questionamentos norteadores e a seleção dos objetos, com interpretação e justificativas. A partir dessa construção de uma visão crítica do museu, propomos ainda a investigação dos objetos que considerem a História e suas escalas, local, regional, nacional e global. O professor faria uma nova seleção dos objetos que mais se destacaram dentre as escolhas dos alunos e proporia uma pesquisa. Uma proposta possível é a de inserirmos à curadoria objetos que não estão no acervo do museu, mas que representem os alunos e a cultura local a partir das suas visões.

Para que funcione é importante que o professor tenha acesso e disponibilize textos, vídeos, imagens e depoimentos que abordem as temáticas a serem desenvolvidas. Espera-se que nesta investigação as memórias antes silenciadas se revelem e que problematizações sejam evidenciadas, desta forma, alcançamos o objetivo de construir conhecimento histórico a partir do patrimônio.

A partir de agora, apresentaremos como aconteceu o processo de curadoria compartilhada no Museu José Elviro, desde o planejamento até a execução. Abordaremos o desenvolvimento das aulas, as escolhas feitas pelos alunos, as discussões que surgiram e as descobertas e desafios ao longo do caminho.

3.2 Escolhas iniciais: retomando a trajetória com os alunos e planejando

Já no contexto do mestrado e buscando um tema de interesse para desenvolver a pesquisa alinhado à trajetória profissional, rememoramos um projeto que foi marcante e exitoso. No ano de 2017, desenvolvemos com a turma do 6º ano da Escola Municipal Professora Maura de Medeiros Bezerra, uma aula de campo, dentro da perspectiva da Educação Patrimonial, aos monumentos históricos da cidade de Macau. Ao visitarmos o Museu José Elviro percebemos as inúmeras possibilidades pedagógicas que poderiam ser proporcionadas pelo acesso ao acervo daquele espaço. A experiência foi significativa e gerou muito engajamento. Portanto, escolhemos o museu como objeto de estudo.

A escolha da turma da 2ª série A, do turno matutino da Escola Estadual Professor José Olavo do Vale, no ano letivo de 2024, para a realização da curadoria compartilhada, foi motivada pela continuidade de um trabalho iniciado no ano anterior. Em 2023, ministramos com essa mesma turma a eletiva “A cidade do que já teve” oferecida no segundo semestre letivo, como parte das disciplinas eletivas do Ensino Médio Potiguar, que são organizadas semestralmente.

Naquele momento, já estávamos envolvidos na elaboração do projeto de pesquisa da dissertação e vimos, na eletiva, uma oportunidade de explorar a temática da História Local de forma introdutória. A eletiva teve como objetivos ampliar os conhecimentos sobre a história de Macau e fomentar reflexões sobre o apagamento e a desvalorização da memória histórica do município. Ainda que o Museu José Elviro estivesse temporariamente fechado, conseguimos desenvolver com os alunos diversas ações, como roda de conversa com o cuidador do museu, produção e distribuição de panfletos sobre a importância da preservação do patrimônio local e, por fim, a participação em uma sessão da câmara municipal, utilizando a tribuna para cobrar ações do poder legislativo em favor da manutenção do museu.

FIGURA 09 – Atividades desenvolvidas na Eletiva “A cidade do que já teve” (2023).

Fonte: acervo da autora

Em uma avaliação final da disciplina, quando analisamos se os objetivos haviam sido alcançados, alguns alunos mencionaram que tinham a vontade de visitar o museu e que se sentiam frustrados por suas ações não terem gerado o impacto esperado que seria a reestruturação do museu e sua reabertura. Embora o museu tenha reaberto três meses depois, isso ocorreu apenas em um novo local, as condições continuaram precárias.

Portanto, um trabalho consistente vem sendo realizado, o que nos permitiu respeitar e valorizar o conhecimento prévio e as discussões já existentes no grupo. Reconhecendo as experiências acumuladas e o engajamento demonstrado em atividades anteriores, optamos por dar continuidade a esse percurso, desenvolvendo a curadoria compartilhada com esses alunos.

Assim, em 2024, a retomada do vínculo com essa turma e a reabertura do museu nos ofereceram condições concretas para aprofundar o que havia sido iniciado. A curadoria compartilhada surge, portanto, como uma sequência intencional dessa trajetória pedagógica, agora com o objetivo de investigar o acervo e construir, com os alunos, conhecimento histórico acerca da história local.

A experiência no museu não pode se limitar a uma simples aula passeio, para que se torne um espaço de conhecimento histórico se faz necessário uma sistematização das atividades. A aprendizagem histórica não acontece de maneira

espontânea, ela exige problematização, análise crítica e relação com os conhecimentos prévios dos alunos.

Portanto, partimos da seguinte sugestão de plano de trabalho:

ÁREA DE CONHECIMENTO:	Ciências Humanas
COMPONENTE CURRICULAR:	História
COMPETÊNCIAS/HABILIDADES:	EM13CHS104 - Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.
OBJETOS DE CONHECIMENTO:	• Construção da memória e das narrativas históricas em museus; • Patrimônio cultural; • Produção do conhecimento histórico.
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:	• Antes da visita: Roda de conversa sobre os conhecimentos prévios dos alunos sobre o Museu José Elviro e sobre a narrativa da história local; Análise sobre quais grupos são representados na construção da narrativa tradicional da história local; Apresentação da proposta de curadoria. • Durante a visita: Observação ativa e registros (fotos, vídeos, textos) sobre os objetos do acervo; Identificação de

	ausências e silenciamentos na narrativa do museu; Seleção dos objetos que formarão a curadoria. • Após a visita: Pesquisar, em grupos, os objetos selecionados; Produzir um banner digital para apresentar as descobertas.
AVALIAÇÃO:	• Observação dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o museu e a narrativa histórica local; • Acompanhamento das discussões, participação ativa e envolvimento nas atividades; • Análise dos materiais produzidos (pesquisa e banner).

Antes de iniciarmos o relato de experiência, acredito que uma das conclusões a que chegamos é a de que o conhecimento não é algo isolado, ele faz parte da nossa compreensão de mundo, que pode ser limitado pelas experiências e oportunidades que tivemos. Entendemos que o Ensino de História deve preparar os alunos para uma leitura mais aprofundada da realidade, incentivando uma postura reflexiva diante do mundo e das narrativas que o constroem.

Dito isto, reiteramos a importância de atividades emancipatórias. Muito se fala da história “decoreba”, que era chato ter que lembrar de fatos, nomes e datas. Mas, por outro lado, existe muita resistência em atividades reflexivas, os alunos que já estão acostumados a uma ação automatizada que exige muito pouco deles, como tirar uma resposta de um texto ou, como tem acontecido com frequência, o uso da inteligência artificial, acabam achando muito difícil terem que interpretar, analisar, discutir, comparar, investigar e construir um entendimento.

Para enfrentarmos tal dificuldade, é fundamental repensarmos nossas práticas pedagógicas. Para além de estratégias que desafiem os alunos, é importante que elas estejam adequadas ao público com o qual estamos trabalhando. O papel do professor

é tornar o aprendizado acessível, diversificar as metodologias, caminhar ao lado do aluno até que ele conquiste a autonomia. Este caminho não é fácil, nem rápido e muitas vezes não ocorre de maneira equitativa. É com este propósito que desenvolvemos a curadoria com os alunos.

3.3 Visita ao Museu José Elviro: percepções e desafios

No dia 8 de novembro, iniciamos uma roda de conversa no nosso primeiro encontro de preparação para a curadoria, com uma provocação: *O que sabemos sobre a história de Macau?* A pergunta despertou respostas que trouxeram à tona aspectos tradicionais da narrativa local, como o mito de origem relacionado à submersão da antiga Ilha de Manoel Gonçalves sob as águas do Atlântico, a exploração do sal e a conhecida lenda da baleia que fica embaixo da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Essa tríade, como podemos chamar os eixos: econômico, mitológico e a narrativa fundadora, parecem ser os aspectos recorrentes no ensino de história local durante o ensino fundamental. Essas respostas evidenciaram o enraizamento de histórias que privilegiam determinadas perspectivas e simbolismos, mas que deixam lacunas significativas quanto à diversidade cultural e social da região.

Ao escrevermos sobre este momento, percebemos que talvez os alunos tenham uma visão fragmentada da história. Embora, tenham estudado, durante a Eletiva, sobre aspectos da memória coletiva construída em torno da cidade, sobre o surgimento dos bairros, sobre alguns acontecimentos e sobre a história do museu, os alunos pareceram não relacionar esses temas com a história local. É como se as transformações da cidade ao longo do tempo não fizessem parte de sua construção histórica e suas percepções sobre a história de Macau ainda estivessem muito atreladas à origem, economia e lendas, como se esses fossem os únicos marcos históricos relevantes.

Ao aprofundar o questionamento, perguntamos: *Qual é a etnia do povo que povoou Macau?* A resposta inicial, "os brancos", foi complementada por hesitações e a hipótese de que talvez indígenas estivessem presentes antes, ainda que nunca tivessem ouvido falar disso. Seguimos instigando: *Quais atividades esses brancos realizavam?* A extração do sal*,* reposta unânime. *Quem trabalhava nas salinas artesanais?* As respostas oscilaram entre “trabalhadores” e a sugestão de “mão de

obra indígena ou escrava", sendo corrigida por escrava indígena ou africana, culminando em um consenso de que poderia ser escrava africana, embora admitissem não ter certeza, pois esse aspecto nunca foi abordado nas narrativas que conheciam.

Essa incerteza nos revela não apenas lacunas em discussões anteriores, mas talvez uma dificuldade em relacionar a História local com processos históricos mais amplos. A dúvida sobre a possibilidade de existência da escravidão em Macau, parecia estar, também, diretamente ligada a uma percepção imprecisa de tempo histórico, como se a cidade não existisse nesse período. Essa confusão evidencia a necessidade de trabalhar os objetos de conhecimento, como no caso a escravidão, como fenômenos que ocorrem em escalas, e não isolados no eixo Rio-Salvador como, muitas vezes, mostram os livros didáticos.

A partir desse ponto, introduzimos uma análise crítica. Questionamos: *Perceberam que a narrativa histórica local não menciona indígenas, negros ou mulheres?* A turma começou a compreender que o que lhes foi ensinado sobre a história de Macau reflete uma perspectiva limitada e predominantemente colonizadora. Nessa oportunidade pudemos criar uma ponte, retomando o conceito de colonização, que os alunos já estudaram em outros momentos e sabem estar ligado (no contexto da História do Brasil) à chegada dos europeus e à imposição da sua cultura, economia e modos de vida sobre os povos nativos.

Para ampliar essa reflexão, trouxemos a escritora Chimamanda Ngozi Adichie e sua famosa palestra sobre "o perigo de uma história única". Perguntamos: *O que seria uma história única?* A resposta foi rápida: "A história de apenas um povo." E esse povo, reconheceram, seria "os brancos". Discutimos, então, o perigo dessa narrativa limitada, conforme apontado por Chimamanda, e identificamos as consequências do que chamamos de silenciamento histórico: a marginalização de grupos dominados, o desconhecimento e desvalorização das culturas afro e indígena, e a perpetuação de práticas racistas.

Para avançar nesse exercício crítico, propusemos um projeto de construção coletiva de conhecimento histórico sobre Macau, utilizando como base o acervo do Museu José Elviro. Relembramos as atividades desenvolvidas no ano anterior e o desejo de retornar ao museu depois das discussões e do reconhecimento da sua

importância. Retomamos a história do museu, sua origem, construção e desafios. Questionamos: *Quem já visitou o museu? O que acharam mais interessante?* Percebemos que a maioria dos alunos da zona rural nunca visitaram o museu, e os alunos que já tinham visitado, tinha sido há muito tempo, quando crianças, em alguma aula de campo da escola.

Neste momento os alunos foram informados que iriam até o Museu e realizariam uma curadoria e que ela faria parte de uma dissertação de mestrado. É interessante que, mesmo em um público do ensino médio, a possibilidade de uma aula fora da escola gera bastante entusiasmo. A curadoria consistiria na observação, seleção e interpretação de objetos do acervo do Museu José Elviro. Os alunos seriam convidados a refletir sobre quais narrativas estavam sendo contadas, quais sujeitos e culturas estavam sendo valorizadas e quais estavam ausentes. Para que a partir desta experiência eles pudessem selecionar cinco objetos do acervo que na perspectiva do museu, representassem as mulheres, os negros e os indígenas. E assim, pesquisar e propor novas interpretações. É importante frisarmos que a falta de setores temáticos dificultou a escolha de um tema específico, já que a organização do museu segue uma apresentação sistemática do acervo.

Reiteramos que a motivação de João de Aquino era “contar histórias através dos objetos”. Com base nessa ideia, introduzimos o conceito de interpretação histórica de objetos: há uma dimensão visível e física, como a cor, o material ou a forma, e uma dimensão invisível, que abrange o que o objeto representa, sua história e sua relação com a sociedade que o criou.

Para ilustrar, utilizamos um exemplo cotidiano: um pincel para quadro branco. Sua estrutura visível é de plástico, firme, com cor azul. No entanto, sua parte invisível revela como ele substituiu o giz, sendo uma tecnologia que, além de mais prática, trouxe impactos positivos na saúde de professores e alunos alérgicos ao pó do giz e, também, pode ter atendido a um interesse econômico da indústria de materiais escolares e estar relacionado com o aumento da produção de objetos feitos de plástico. Assim, os alunos perceberam que qualquer objeto não existe isoladamente, que estão atrelados a um espaço e tempo determinados, carregam narrativa social e histórica, refletem mudanças e que, com o passar do tempo, podem ser ressignificados.

A partir dessa reflexão, propusemos que os alunos interpretassem os objetos como fontes históricas, analisando tanto as suas dimensões físicas quanto os seus significados históricos e sociais. Ao serem deslocados de seu uso cotidiano e inseridos no museu, esses objetos passam pela primeira transformação, deixando de ser ferramentas funcionais. Depois de musealizado o objeto pode ser transformado novamente ao ser incorporado em uma atividade interpretativa, tornando-se documento e testemunho de um tempo e de uma sociedade (MENESES, 1980).

O desafio proposto foi claro: construir novas interpretações para a história de Macau a partir do acervo do Museu José Elviro, pensando na inclusão de indígenas, negros e mulheres. Discutimos também a possibilidade de não encontrar esses grupos representados no acervo e a importância de refletir sobre a necessidade de ampliação e revisão do mesmo. Formamos grupos, que tiveram a tarefa de visitar o museu, observar os objetos expostos e selecionar cinco peças que pudessem representar essa história ampliada e inclusiva. Caso esses grupos estivessem ausentes, discutiríamos como a pesquisa e a curadoria poderiam contribuir para reparar essas lacunas históricas, promovendo uma visão mais abrangente e democrática da história local.

No dia 12 de novembro, iniciamos o segundo encontro, que consistiu na ida até o museu, com uma breve retomada sobre os objetivos da visita ao Museu José Elviro, reforçando a importância do respeito ao acervo e do cuidado ao acessarmos o local. Ressaltamos que, para preservar a integridade dos objetos históricos, seria essencial evitar o manuseio das peças e manter uma distância adequada, destacando que a exploração do ambiente, a observação das peças e a reflexão sobre o que estava exposto seriam os primeiros passos na construção do conhecimento histórico. O museu funciona das 8h às 11h no período da manhã, e nosso encontro com a turma começou no 2º horário, às 7h50, momento em que nos preparamos para a atividade.

Para reforçar o objetivo da atividade, perguntamos o que iríamos fazer no museu, os alunos responderam assertivamente e sem titubear: "*selecionar 5 objetos que insiram as mulheres, os negros e os indígenas na história local*". Antes de sairmos, reservamos um tempo para esclarecer alguma possível dúvida. E as dúvidas eram: *"E se acharmos menos que 5 objetos?"*, *"E se não acharmos nada?"*. Explicamos que era relevante a preocupação deles em encontrar cinco objetos que estejam de acordo

com a temática, mas a proposta não se resumia a achar objetos, e sim, analisar o acervo criticamente. Caso identificassem menos de cinco objetos ou até mesmo nenhum que se encaixasse na temática proposta, isso já seria um dado para refletirmos sobre quais as narrativas que estão sendo privilegiadas ou silenciadas.

Dos 37 alunos matriculados na turma, apenas 35 participaram da curadoria, os dois alunos restantes não participaram pois um se encontrava evadido e o outro estava doente. No dia da ida ao museu, 31 alunos estavam presentes. Os grupos foram formados a partir da organização já existente na turma, considerando tanto as afinidades entre os alunos quanto a localidade onde moram. Desta forma, formamos 11 grupos, sendo 5 grupos compostos por 3 alunos, 4 grupos compostos por 4 alunos e 2 grupos compostos por 2 alunos. Cada grupo recebeu uma folha de registro, com espaço para o nome dos componentes, para a lista de objetos selecionados e um espaço para anotações.

Saímos da escola às 8h15, e chegamos ao museu por volta de 8h22, uma caminhada de sete minutos, isso porque parávamos para esperar os grupos que iam ficando para trás por andarem devagar. Fomos recebidos pelo técnico em museologia, Gilson, e outro funcionário, que nos organizaram na fachada do prédio para um registro fotográfico. Em seguida, os alunos preencheram o livro de assinaturas, um gesto comum que pode servir para documentar o acesso ao espaço. No entanto, a experiência foi marcada por desafios: a temperatura dentro do museu era extremamente alta, sem ventilação natural ou ventiladores.

Também não havia acesso a água no local. Embora alguns alunos tenham levado as suas garrafas, a quantidade não foi o suficiente, o que dificultou a permanência de todos no local. Alguns precisaram sair para se refrescarem e depois voltarem, o que atrapalhava a concentração e o empenho na realização da atividade. A quantidade de alunos pareceu exceder o espaço, ficando aglomerados e com pouco espaço para circulação, o que aumentou a sensação térmica. Apesar dessas adversidades, a motivação e o interesse dos alunos prevaleceram, demonstrando o impacto positivo da proposta pedagógica.

Gilson iniciou a visita contextualizando a criação do Museu José Elviro, fundado em 1952 por João de Aquino, e, por solicitação nossa, perguntou aos alunos qual seria

o propósito da atividade. Eles prontamente responderam que o objetivo era selecionar cinco objetos que representassem a história de Macau, incluindo as contribuições de negros, indígenas e mulheres. Quando questionado sobre a presença de objetos relacionados aos povos indígenas, Gilson explicou que o museu possuía muito pouco material, mas mostrou uma cuia, cuja procedência não sabia explicar. Essa ausência de informações e a falta de catalogação do acervo foram apontadas, pela professora, como barreiras significativas para a compreensão mais profunda dos objetos expostos.

FIGURA 10 – Visita ao Museu José Elviro

Fonte: acervo da autora

Em seguida, foi solicitado aos alunos que explorassem o acervo livremente. O momento inicial foi de dispersão, com Gilson tentando conduzir explicações e os alunos se movimentando de forma desorganizada. Contudo, ao compreender que o objetivo não era uma visita guiada tradicional, mas sim a interação autônoma e investigativa dos alunos com o acervo, Gilson adaptou sua abordagem, facilitando o trabalho em grupos. Os estudantes começaram a observar os objetos e a levantar

questionamentos, aos quais tanto Gilson quanto a docente respondiam, promovendo um ambiente colaborativo e reflexivo.

Durante a experiência no museu, pudemos observar algumas dificuldades e percepções interessantes por parte dos alunos. O maior desafio foi a listagem de cinco objetos dentro das temáticas. A representação de indígenas e negros ficou reduzida a alguns objetos, como as correntes e a caneleira que foram utilizadas em pessoas escravizadas, o que gerou comoção e curiosidade pelo fato de os alunos acharem os objetos muito grandes. Depois de muito explorarem e de um esforço na busca pelos itens, alguns grupos ainda incluíram o balaio, a cabaça e o pilão de madeira, como objetos artesanais que poderiam ser de origem indígena ou africana, não sabiam ao certo.

Ainda nessa busca, uma boneca de pano em formato de macaco gerou, também, grande curiosidade quando alguns alunos, mesmo com muito receio, associaram que parecia uma boneca de vodu. O que foi esclarecido pelo cuidador do museu como uma peça remanescente de um antigo bloco de carnaval. Essa dúvida, apesar de ser genuína, pode refletir a cristalização de estereótipos culturais. Durante a interação com as correntes e a caneleira, um grupo, que incluía dois garotos negros, fizeram comentários em tom de brincadeira um para o outro, como “*olha o teu passado*”.

Nesse momento, identificamos um fenômeno que pode ser compreendido à luz do conceito de racismo recreativo, conforme discutido por Adilson Moreira (2019), quando elementos discriminatórios são disfarçados de humor e acabam sendo naturalizados nas interações sociais. Neste caso, o riso não apaga a violência simbólica contida na fala. Ao contrário, revela como os próprios sujeitos internalizam e reproduzem, muitas vezes como forma de defesa, os estigmas raciais que enfrentam. A brincadeira, portanto, se apresenta como um mecanismo de enfrentamento para uma questão que, para eles, é profundamente sensível.

A relação dos objetos do acervo com o cotidiano dos alunos foi apontada, quando um aluno identificou um ferro de passar à brasa semelhante ao que a sua avó possuía, enquanto outro mencionou que na casa da avó possuía uma máquina de costura parecida com a exposta no museu. Em um dos grupos, uma aluna selecionou

uma cruz de madeira, com mais ou menos 1 metro e 20 de altura, que tem inscrito a frase “*alma de milagre”*. Esta cruz foi trazida da comunidade de Porto do Carão, local de origem da sua família. Embora reconhecesse que o objeto talvez não se encaixasse na temática proposta, justificou a sua escolha pelo vínculo afetivo e pelo conhecimento prévio da história por trás da peça. Essas observações nos mostram como a experiência museológica pode permitir um diálogo entre memória, identidade e patrimônio.

Um dos alunos, mais ativo na discussão, fez uma observação pertinente ao analisar a exposição. Diante da dificuldade de listar os cinco objetos, ele apontou que haviam muitos objetos de uso dos trabalhadores. Ele argumentou que estes itens também se encaixavam na temática proposta, pois esse grupo historicamente receberia pouco reconhecimento. Essa reflexão mostrou a sua análise crítica sobre a atividade, ampliando o debate sobre quais narrativas costumam ser valorizadas.

A dificuldade dos alunos em selecionar os objetos também esteve relacionada à natureza do acervo exposto no museu. Algumas alunas destacaram a predominância de utensílios domésticos que poderiam ser relacionados às mulheres por força do senso comum, ao que elas quiseram resistir por acharem que reforçava a imagem das mulheres como donas de casa. Além de uma cadeira de parto, que retrata a imagem de mãe, e de uma penteadeira com espelho, que remetia à preocupação com a aparência. Esses aspectos geraram incômodo em algumas estudantes, que perceberam que os papéis femininos poderiam ser representados de forma limitada. Esse olhar crítico pode ter sido potencializado pelo fato de, naquele ano, a turma ter cursado uma disciplina nas trilhas de aprofundamento intitulada *Musas inspiradoras: da Vênus às influencers,* que abordava a história das mulheres e a questão de gênero em diversas culturas ao longo do tempo.

Consideramos esta atividade como um momento significativo de descoberta e engajamento. A liberdade para explorar instigou a curiosidade dos estudantes, que passaram a observar o acervo com maior atenção, fazer análises críticas, imaginar, questionar e interpretar a exposição. Ao final, mesmo diante de limitações estruturais, como a ausência de catalogação e o desconforto físico, a visita ao museu representou uma oportunidade valiosa para problematizar as narrativas históricas tradicionais e abrir espaço para novas leituras da história de Macau.

Encerramos a visita às 9h15, foram mais de 40 minutos explorando, discutindo e fazendo registros sobre o acervo. Com base nessa experiência, seguimos para as próximas etapas do projeto, buscando não apenas ampliar o entendimento dos alunos sobre o passado de Macau, mas também fomentar um olhar crítico sobre as lacunas e omissões presentes na memória institucionalizada.

As discussões suscitadas na ida ao Museu José Elviro, um museu histórico de cidade do interior com uma estrutura tão deficitária, só corroboram a nossa afirmação de que qualquer museu pode ser fonte de construção de conhecimento. E é esse sentimento que nos move a fazer uma reflexão crítica sobre aquele espaço. Para qualquer desavisado que chegue até o local com a expectativa de encontrar as mínimas estruturas que compõem um museu, vai se frustrar e talvez desqualificar a experiência, como já ouvimos diversas vezes que os objetos estão lá jogados, que não existe exposição e somente um acervo se desfazendo com o tempo e a falta de cuidado.

Porém, um olhar mais atento, com intenção de descobrir as narrativas que estão presentes no acervo e refletir sobre aquelas que estão silenciadas, proporciona o encontro com a representação de dinâmicas sociais do presente que são resultados de processos históricos. À primeira vista os objetos podem parecer aleatórios, mas existe uma disposição propositada que pode ser bastante explorada. É interessante perceber que o museu parece querer apresentar uma elite cristã e dominante e ao mesmo tempo quer valorizar a cultura e história de Macau. Mas, na verdade, os diferentes objetos que compõem o seu acervo não contemplam as diversas culturas, memórias e identidades que constroem a história da cidade.

Ao adentrarmos ao museu nos deparamos com a presença de um setor repleto de peças religiosas - oratórios, mobiliários, imagens de santos, vestimentas litúrgicas, cálices e outros artefatos da Igreja Católica – essa presença marcante e com grande visibilidade, destaca uma narrativa cristã que nos remete ao colonialismo e a estruturas de poder. Essa ênfase já nos mostra a construção de uma memória fragmentada e seletiva que silencia as contribuições de outras religiões no processo histórico local. Em nosso exercício imaginativo, enxergamos que este espaço poderia apresentar a diversidade religiosa presente em nossa cidade, com documentos e

objetos que representassem o espiritismo, a umbanda, o candomblé e até mesmo, as igrejas protestantes.

Em seguida, no centro do espaço, um conjunto de mobiliário – baús, cristaleiras, cadeiras, camas, penteadeiras – e louças de cerâmica, evidencia a centralidade da elite na memória preservada. Isso, claramente, é algo que foi pensado e organizado. É a representação da narrativa história construída sobre a cidade, uma narrativa colonial, excludente, elitista, branca, cristã, patriarcal e dominante. Esta temática é tão privilegiada que ao redor dela encontramos objetos, que apesar de interessantes, estão diluídos entre outros itens aleatórios que não trazem nenhuma conversa entre si.

Então, ao redor deste setor, encontramos a cadeira de parto com o fórceps em um canto da parede ao lado de uma penteadeira, nesta lateral do outro lado está a jaqueta que pertenceu a um soldado que participou da segunda guerra mundial, os objetos não possuem relação alguma. Em cima de móveis estão dispostos a coleção de discos, a coleção de selos, a cuia de pedra, utensílios artesanais como conchas de madeira e cabaças. Próximo a mobília, ainda no centro do espaço, estão as máquinas de escrever e impressoras antigas do Banco do Brasil. Encostado na lateral da parede encontramos ainda os pilões de madeira, um balaio, o primeiro alto falante da cidade. Tudo muito disperso e sem mediação.

Logo após, ficam duas prateleiras repletas de objetos variados como lamparinas, máquinas de costura, ferros de passar, telefones e até animais empalhados em potes de vidro. Do lado esquerdo, tem uma porta que fica aberta para entrada de claridade, diante da porta, no chão, estão maquinários antigos das salinas, a tina de ferro, âncoras e cordas de antigos navios de quando havia um porto na cidade. Se estes objetos estivessem segmentados e contextualizados, o espaço seria mais atrativo e melhor aproveitado pelos seus visitantes.

No lado oposto, em um canto da parede onde praticamente se encerra a exposição, já que depois conseguimos ver apenas um tipo de espaço que parece depósito onde tinham balaios jogados, neste local com menos luminosidade, em cima de uma mesa está um lastro que simula um pelourinho, enrolado nele estão as correntes e algemas de ferro e a caneleira de ferro, em cima da mesa mais correntes,

ao lado da mesa um quadro com um menino negro com olhar sério e a mão frente a testa. Apesar de os objetos estarem organizados em uma tentativa de narrativa, não podemos deixar de apontar a escolha do posicionamento físico deste material no espaço, eles estão à margem do museu, o que podemos relacionar com a invisibilização histórica da população negra na construção da cidade.

O museu, portanto, apresenta uma narrativa predominantemente elitista, que valoriza a memória das classes dominantes, da Igreja e das instituições de poder, enquanto marginaliza as histórias das mulheres, dos negros e dos trabalhadores. A ausência de uma curadoria crítica e a disposição caótica dos objetos dificultam uma leitura aprofundada das transformações históricas da cidade, deixando lacunas que precisam ser preenchidas por uma abordagem mais reflexiva e inclusiva da memória de Macau.

É ensurdecedor o silêncio dos povos indígenas na exposição, este é o silenciamento mais evidente. Não há objetos ou registros que mencionem a sua cultura, modo de vida ou resistência, como se sua presença na história local fosse inexistente, este apagamento reforça uma narrativa que privilegia a colonização. Outra reflexão que trazemos é a ausência de um segmento organizado que ressaltasse os trabalhadores salineiros, cuja atividade foi fundamental para o desenvolvimento econômico da cidade. Os instrumentos de trabalho, como o balaio e a cabaça, estão presentes, mas sem uma contextualização que destaque as condições de exploração a que esses trabalhadores foram submetidos. A história das elites e das instituições dominantes se impõe, enquanto a vida cotidiana e as lutas dos grupos populares seguem como narrativas secundárias ou marginalizadas.

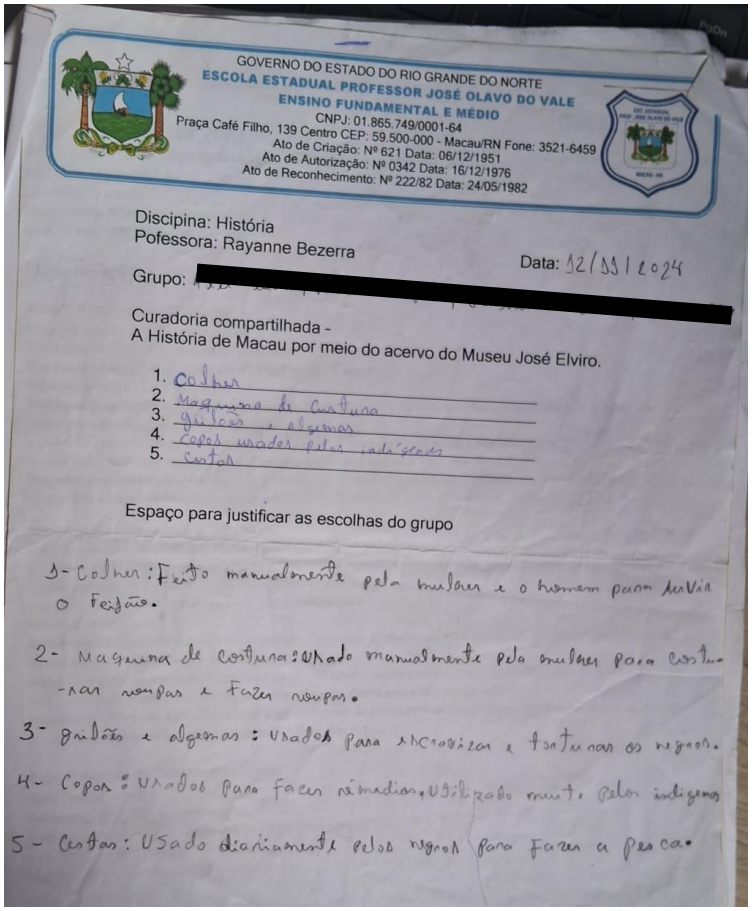
Diante dessas observações, repensar a continuidade da pesquisa se torna um passo essencial para dar visibilidade às histórias silenciadas e questionar as formas tradicionais de preservação da memória. A análise crítica dos objetos e de suas ausências pode propor novas investigações, ampliando o olhar para a diversidade.

3.4 A pesquisa: descobertas e limitações

Após analisar os registros dos alunos na ficha de registro, nos preparamos para a terceira etapa do desenvolvimento da curadoria, a pesquisa. Para isso, no encontro

seguinte, ocorrido no dia 18 de novembro, fizemos uma análise das narrativas presentes no museu e as percepções dos alunos em relação aos objetos expostos. Este momento foi conduzido como uma conversa na qual sistematizamos as impressões já apontadas durante a visita. Para organizar a discussão foi apresentado aos alunos um slide preparado pela docente com os principais apontamentos feitos sobre a exposição, as dificuldades enfrentadas no processo de seleção e os dez objetos mais escolhidos pelos grupos. Esse momento foi importante para retomarmos as observações e aprofundarmos a reflexão sobre as narrativas que emergiram na experiência no museu.

FIGURA 11 – Folha de registro da visita ao Museu José Elviro



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOSÉ OLAVO DO VALE
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
CNPJ: 01.865.749/0001-64
Praça Café Filho, 139 Centro CEP: 59.500-000 - Macau/RN Fone: 3521-6459
Ato de Criação: Nº 621 Data: 06/12/1951
Ato de Autorização: Nº 0342 Data: 16/12/1976
Ato de Reconhecimento: Nº 222/82 Data: 24/05/1982

Discipina: História
Professora: Rayanne Bezerra
Data: 12/11/2024
Grupo: [redacted]

Curadoria compartilhada -
A História de Macau por meio do acervo do Museu José Elviro.

1. Colher
2. Maquina de costura
3. Algemas e algemas
4. Copos usados pelos indígenas
5. Cestas

Espaço para justificar as escolhas do grupo

1- Colher: Feito manualmente pela mulher e o homem para servir o Feijão.

2- Maquina de costura: Usado manualmente pela mulher para costurar roupas e fazer roupas.

3- Algemas e algemas: Usados para escravizar e torturar os negros.

4- Copos: Usados para fazer remedios. Utilizado muito pelos indigenas

5- Cestas: Usado diariamente pelos negros para fazer a pesca.

Foto: acervo pessoal da autora, 2024.

Mantivemos a mesma organização dos grupos utilizada na visita ao museu. No entanto, para esta etapa da curadoria, decidimos realizar uma seleção dos objetos mais apontados pelos estudantes. A partir das escolhas feitas por todos os grupos, identificamos os dez objetos que mais despertaram interesse: as correntes com algemas de ferro, a caneleira de ferro, a cadeira de parto, o balaio, a máquina de

costura, o ferro de passar, a cabaça, a tina de ferro, o pilão de madeira e o alto-falante (boca de ferro). Dentre eles, os grilhões foram unanimidade, escolhidos por todos os grupos, o que demonstra o impacto simbólico que o objeto provocou. A cadeira de parto também gerou grande curiosidade. A disputa por esses objetos pode ser atribuída à força histórica e representativa que carregam.

Para garantir uma divisão justa entre os grupos, optamos por realizar um sorteio, definindo assim o objeto de pesquisa de cada um. No entanto, havia um impasse: formamos onze grupos, mas tínhamos apenas dez objetos selecionados. Nenhum grupo se dispôs a se desfazer, mas, diante da situação, uma aluna que demonstrava profundo interesse por um objeto específico — uma cruz de madeira proveniente da comunidade do Porto do Carão — solicitou que pudesse pesquisá-lo. Como nenhum outro grupo havia escolhido esse item e, diante de sua insistência, a proposta foi aceita por todos os colegas.

Apesar da tentativa de equilíbrio no sorteio, observamos, em alguns momentos, sinais de frustração por parte de alguns grupos. Isso ocorreu especialmente entre aqueles que receberam objetos considerados por eles menos complexos ou mais distantes de suas vivências e interesses. Essa reação evidenciou a importância de refletirmos sobre como diferentes objetos geram distintas conexões emocionais e cognitivas, influenciando o engajamento dos alunos com a proposta.

A proposta de curadoria tinha como objetivo analisar as narrativas presentes no museu em torno dos negros, indígenas e mulheres, interpretar e ampliar o conhecimento histórico sobre a História Local. No entanto, essa delimitação não contemplou as necessidades e os interesses que surgiram durante a experiência. A escolha da cruz, da tina de ferro e do alto falante foram inesperadas, pois não se encaixavam nas categorias estabelecidas, mas traziam as perspectivas dos alunos. Embora não representassem os grupos minoritários, foram associados a camadas sociais historicamente dominadas, por meio da representação do trabalho e dos aspectos culturais da vida cotidiana dessas populações.

Ainda neste encontro, iniciamos o processo de pesquisa com o uso do aparelho celular, meio pelo qual os alunos foram orientados a buscarem pela origem, função e representação histórica dos objetos. Para isso, foi sugerido o uso do *Google*

acadêmico, enfatizando a importância de buscarem artigos que formem uma base teórica. Além disso, reforçamos a necessidade de referenciar qualquer descoberta utilizada na pesquisa. O próximo ponto da pesquisa seria a relação com o contexto histórico local, para isso, utilizamos o livro *Um Rio Grande e Macau*, que conseguimos na biblioteca da escola. Alguns alunos perceberam a necessidade de retornarem ao museu para conseguirem mais informações sobre os objetos. Além disso, surgiu a sugestão de realizar entrevistas com pessoas que pudessem contribuir com relatos ou conhecimentos sobre os artefatos.

Com poucos minutos do início da pesquisa, tivemos uma grata surpresa quando o aluno K. R., mostrando entusiasmo, se aproximou para compartilhar uma descoberta que havia feito. O texto que encontrara, segundo ele, trazia uma relação entre a máquina de costura e o empoderamento feminino. Sua pesquisa revelou que, ao longo dos séculos XIX e XX, a máquina de costura passou a ser uma ferramenta de autonomia financeira para as mulheres, permitindo que gerassem renda própria. Inicialmente, o grupo viu a máquina de costura como um objeto doméstico sem importância histórica, mas com esta descoberta puderam repensar e ressignificar a representação que poderia ter para as mulheres, chegando a concluírem que no tempo presente, muitas famílias complementam a renda com o trabalho de costura realizado por mães e avós. Um exemplo próximo veio do próprio K. R., que mencionou ter uma vizinha costureira.

Diante dessa nova perspectiva sobre a máquina de costura, orientamos que o grupo direcionasse a sua pesquisa para uma instituição muito popular nas cidades do interior do Brasil na segunda metade do século XX, o Clube das Mães. Esses clubes funcionavam como espaços comunitários de aprendizagem e geração de renda para mulheres, proporcionando cursos de corte e costura e outras atividades artesanais. A proposta era de que os alunos analisassem como esses espaços contribuíram para a formação profissional das costureiras e o impacto social causado pela costura, pesquisassem também se existiu algum Clube das Mães em Macau, inserindo o objeto na História Local.

Na aula seguinte, realizada no dia 22 de novembro, promovemos uma orientação individualizada para cada grupo. Esse momento teve como objetivo acompanhar o andamento das pesquisas, esclarecer dúvidas e oferecer

direcionamentos sobre as fontes e a organização das informações. Ainda, nesta aula, compartilhamos no grupo de WhatsApp da turma o arquivo do Power Point com o modelo de banner anexo, facilitando a padronização das apresentações. Porém, as pesquisas ainda estavam se desenvolvendo e somente os grupos da máquina de costura, do alto falante e da cadeira de parto iniciaram a elaboração do banner. Sendo que o grupo da máquina de costura precisou utilizar o notebook da professora para elaborarem o seu banner.

O grupo do Ferro de passar acabou utilizando o mesmo texto do grupo da Máquina de costura, isso se deu porque a professora percebeu que o texto "*Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920)"* trazia reflexões sobre o trabalho de cuidado e esses objetos. Durante as discussões, o aluno A.G. compartilhou que sua avó tivera um ferro semelhante e que explicara a ele como funcionava, dando uma dimensão prática do objeto. Já a avó da aluna F. L. trouxe outra perspectiva, que nem todas as famílias tinham acesso a esse tipo de ferro. Ela contou que só conheceu o ferro quando trabalhou de doméstica em casa de famílias mais abastadas, o que trouxe uma nova reflexão sobre o objeto como um marcador social de desigualdades.

Nesse encontro ficou evidente que os grupos precisavam de auxílio para problematizarem os objetos, pareciam perdidos sobre como aprofundar os temas ou escolher fontes confiáveis. Diante disso, era necessário um acompanhamento mais próximo, o que poderia comprometer a conclusão da pesquisa. Outra dificuldade apresentada foi a cópia integral dos textos encontrados, ou seja, algumas análises, discussões e interpretações eram feitas, mas na hora da escrita eles não conseguiram desenvolver produções textuais autônomas.

Outra descoberta inesperada foi a de que os objetos Cabaça, Balaio e Tina de ferro eram instrumentos de trabalho dos operários salineiros, sendo reconhecidos, nos textos e pelos alunos, como símbolos das condições precárias a que esses trabalhadores eram submetidos. A Tina de ferro, em particular, trouxe uma reflexão sobre o processo de mecanização das salinas, que resultou no desemprego de muitos trabalhadores da cidade. Essa discussão revelou que a riqueza gerada a partir da produção do sal é resultado da exploração e marginalização do trabalho dos operários

salineiros. Sobre o Balaio, o grupo que é da comunidade praieira de Diogo Lopes, salientou que o objeto está presente na paisagem cotidiana do lugar por ser ainda utilizado pelos pescadores locais.

O grupo responsável pelo Alto falante transferiu o texto integral do livro “Um Rio Grande e Macau” (2005) para a sua pesquisa, sem fazer nenhuma análise. De maneira parecida o grupo da cadeira de parto e o fórceps acabou realizando apenas uma descrição técnica dos objetos, utilizando a inteligência artificial, sem trazer nenhuma reflexão ou interpretação sobre os mesmos. Neste último caso, tivemos que auxiliar na busca por um referencial e solicitamos que relacionassem esses instrumentos com o contexto local atual, marcado pelo fechamento da maternidade, ocorrido no ano de 2015. Desde então, as gestantes enfrentam muitas dificuldades na hora do parto, precisando ser transferidas para outras cidades em caso de emergência obstétrica, o que é um risco constante para mães e bebês e resultou em alguns óbitos.

Outro grupo que enfrentou dificuldades desde o início da pesquisa foi o do Pilão, demonstrando desmotivação devido à aparente simplicidade do objeto, não se sentiram desafiados. Diante da ausência de contexto histórico local e na tentativa de estabelecer essa relação, os alunos voltaram ao museu para esclarecer se o pilão, por seu tamanho significativo (cerca de um metro e meio de altura), teria sido utilizado nas salinas, hipótese que foi descartada. Contudo, não deixamos de discutir sobre a representatividade cultural dos objetos, sendo que o pilão carrega toda uma memória, identidade e ancestralidade africana.

Um dos pontos relevantes desta aula foi o trabalho colaborativo entre os grupos, tanto na socialização de informações, quanto no auxilio na utilização do aplicativo Power Point. Com apenas um exemplar do livro “Um Rio Grande e Macau”, que ajudou a minimizar a dificuldade de referenciar as pesquisas dentro do contexto histórico local, os alunos tiveram que compartilhar o material, o que poderia ser um obstáculo, acabou sendo uma oportunidade de colaboração. O livro circulava entre os grupos e à medida que os alunos iam explorando o material, iam descobrindo informações que compartilhavam com seu grupo ou com os grupos de interesse e fotografavam as páginas para facilitar o acesso ao conteúdo.

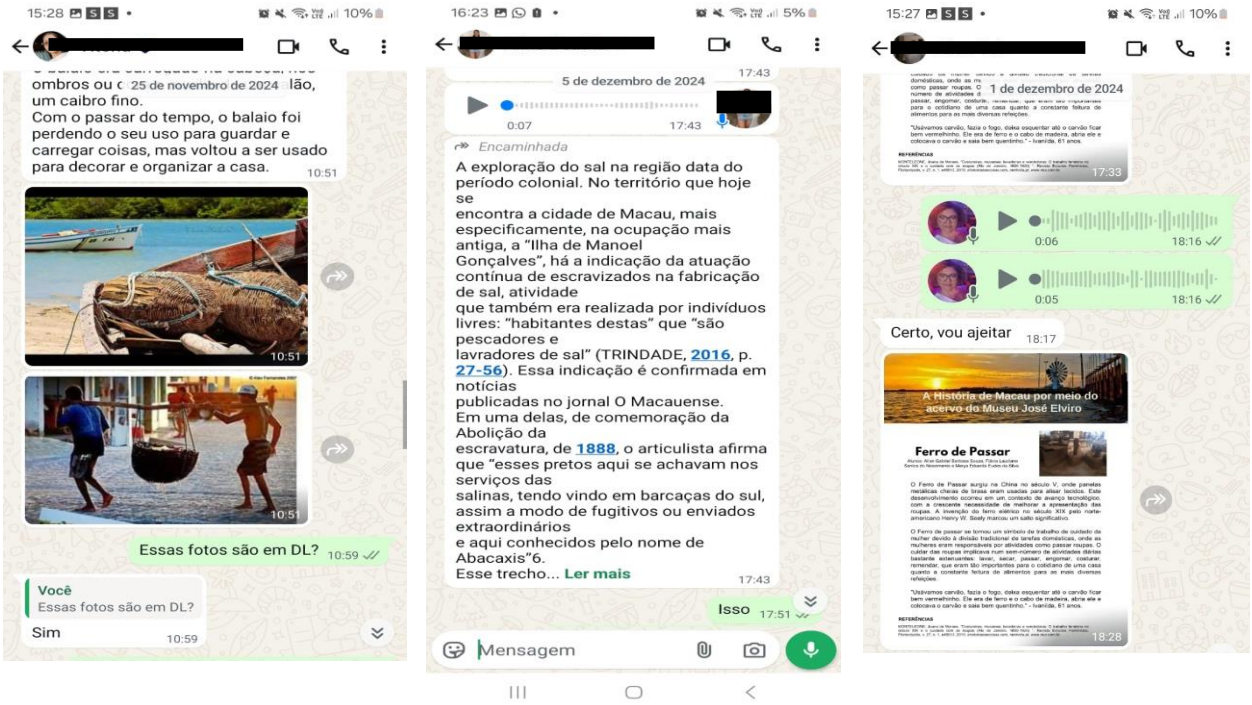
Os grupos responsáveis pelos grilhões, que são as correntes e algemas de ferro e a caneleira de ferro, encontraram nas fontes, diferentes comprovações da existência do trabalho escravo de afrodescendentes nas salinas durante a colonização do Rio Grande do Norte. Ao conversarmos com os grupos sobre tais descobertas percebemos que a interpretação que fizeram foi a de serem símbolos de dominação e dor, para ampliarmos o olhar sugerimos que esses artefatos poderiam representar, também, a resistência e a luta incessante por liberdade. Além disso, ampliamos a discussão para o presente, relacionando a escravidão com o racismo estrutural presente em nossa sociedade.

A partir do dia 25 de novembro, surgiram problemas com a circulação do transporte escolar, que acabou sendo suspenso, afetando diretamente quinze estudantes da turma. Essa situação comprometeu o encerramento da pesquisa e inviabilizou a culminância da curadoria, já que muitos alunos não poderiam estar presentes na escola para finalizar as suas produções. Diante disso, concluímos a pesquisa com os alunos que ainda estavam indo à escola, e os demais enviaram o arquivo do banner pelo WhatsApp.

3.5 A curadoria: análise dos resultados da pesquisa.

No dia 29 de novembro, realizamos a finalização dos banners dos grupos que estavam frequentando a escola e agendamos uma culminância interna para o dia 13 de dezembro, já que na semana seguinte a escola estaria envolvida em uma gincana literária. Neste espaço de tempo realizamos a orientação por intermédio do whatsapp.

FIGURA 12 – Acompanhamento da pesquisa por WhatsApp.



Fonte: acervo da autora

Por meio desse acompanhamento, pudemos orientar a produção textual, a indicação das referências, o acréscimo de imagens que se relacionassem com a pesquisa. O tempo foi uma das dificuldades do desenvolver da pesquisa pois a disciplina de história só tinha um horário na semana e era na sexta-feira. Nesse período, tivemos um feriado no dia 15 de novembro e a alternativa encontrada foi utilizar os horários de outros professores. Era término de ano letivo e os alunos estavam participando de outras atividades avaliativas, como a Gincana Literária que envolveu todas as disciplinas. Tudo isso fez com que a socialização dos resultados ficasse muito distante, somente no dia 13, o que tornou esse contato virtual ainda mais valioso.

Para apresentarmos o resultado da pesquisa feita pelos estudantes, elaboramos uma tabela com uma síntese dos objetos selecionados, a imagem, sua descrição e as suas descobertas, informações retiradas dos textos produzidos pelos próprios alunos. As imagens dos banners estarão nos apêndices deste trabalho.

TABELA 1 – Catalogação da curadoria

OBJETO	IMAGEM	DESCRIÇÃO	DESCOBERTAS

CORRENTES E ALGEMAS		Correntes com algemas de ferro utilizadas para o aprisionamento de pessoas escravizadas.	No século XIX haviam pessoas escravizadas na região de Macau e trabalhando nas salinas.
CANELEIRA		Caneleira de ferro utilizada para a contenção de pessoas escravizadas.	Os escravizados que viviam pela região, resistiram às violências que sofreram.
CADEIRA DE PARTO		Cadeira de madeira com design funcional utilizado historicamente para facilitar o trabalho de parto.	Era utilizada, principalmente, por parteiras nos partos domiciliares, antes da medicalização do parto.
FERRO DE PASSAR		Ferros de passar roupa à brasa, de ferro fundido com haste de madeira.	O uso do ferro de passar à brasa poderia representar um fator de distinção social, mostrando que questões de gênero, raça e classe se atravessam.
MÁQUINA DE COSTURA		Partes de máquinas de costura antigas, feitas de ferro fundido, parecem industriais.	A máquina de costura é relacionada ao trabalho feminino nas fábricas e nos lares de muitas mães que irão prover o sustento de suas famílias.

PILÃO		Utensílio doméstico de madeira, nele se depositava o alimento ou ingredientes para ser triturado com ajuda de outro elemento integrador deste artefato: a mão de pilão.	O pilão pode ser interpretado como um símbolo da presença da cultura africana e da ancestralidade na formação da cultura brasileira.
BALAIO		Cesto feito a partir do trançado de variadas fibras naturais. Possui uma grande boca e pode ter alças. um tronco fino de madeira atravessa o balaio horizontalmente, funcionando como uma alça ou suporte para facilitar o transporte por duas pessoas simultaneamente.	O balaio era utilizado no transporte do sal nas antigas salinas artesanais e pode simbolizar o esforço extremo e a dor enfrentadas pelos trabalhadores.
CABAÇA		Utensílios feitos da cabaça, usados, possivelmente, para o armazenamento de água. Um deles tem uma tampa amarela de uma garrafa pet e uma abertura fina que dá ao objeto a aparência de um cofre.	A cabaça é uma planta de origem africana de grande versatilidade. Sendo, inclusive, utensílio de sobrevivência para os salineiros nas salinas artesanais do início do século XX.

TINA		Recipiente de grande porte, semelhante a um caldeirão, feito inteiramente de ferro fundido, com paredes espessas e boca larga. Tradicionalmente utilizada para o armazenamento ou transporte de materiais	As tinas de ferro eram içadas por guindastes no transporte do sal, já no final da década de 1960. Nesse período a mecanização das salinas gerou muito desemprego afetando a vida de muitos trabalhadores.
ALTO FALANTE		O alto-falante, popularmente conhecido como “boca de ferro”, é um equipamento sonoro robusto, geralmente fabricado em metal fundido, com formato semelhante ao de um megafone ou corneta amplificadora.	A primeira amplificadora foi instalada pela prefeitura na década de 1940. Era localizada em frente à Igreja Matriz, na praça Monsenhor Honório e se chamava Coluna da Hora.
CRUZ		Uma cruz, feita de madeira rústica, possui os dizeres “ALMA DO MILAGRE”.	a Cruz do Milagre permanece exposta no Museu José Elviro, ela passou a ser um símbolo da devoção popular e da força das crenças religiosas da comunidade.

A escolha dos recortes temáticos que estruturaram esta curadoria — mulheres, negros e indígenas — sustenta não apenas a construção de uma história plural, mas

também propõe uma postura investigativa sobre o museu, que, muitas vezes, é visto como um depósito de objetos antigos e degradados, distante da realidade vivida pelos estudantes. Essa percepção inicial revela como os museus, para muitos sujeitos, ainda são espaços fechados e silenciosos, que não dialogam com suas experiências ou identidades.

No entanto, adentrar o museu é sempre um ato carregado de sentidos. Não entramos em espaços de memória de forma neutra. Levamos conosco nossos pensamentos, estereótipos, referências culturais e visões de mundo. E é nesse movimento que o museu se transforma em lugar de encontro, ou de tensão, entre o que ele representa como narrativa construída em determinado tempo histórico e aquilo que o visitante projeta a partir de sua realidade atual. Como afirma Andreoni (2011), “o museu não é uma estrutura estática, é um processo dinâmico, um espaço discursivo e interpretativo em permanente relação com os atores sociais”.

Um exemplo disso foram as alunas que não conseguiram fugir da naturalidade de associar os objetos relacionados ao trabalho doméstico com as mulheres. Nesse momento uma ideia presente em nossa sociedade é reforçada, carregando estereótipos e opressões, para em seguida ser confrontada pelas próprias alunas, impregnadas das discussões de gênero do tempo presente.

Logo, esta representação limitada das mulheres foi transferida para o resultado da curadoria. Porém, ela foi tensionada. No caso da cadeira de parto, veio à tona uma figura feminina histórica muito importante, as parteiras. Já no ferro de passar, o trabalho doméstico é observado com recortes de gênero, raça e classe, quando discutimos que os afazeres do lar não devem ser exclusivos das mulheres e que o ferro à brasa era utensílio de famílias mais abastadas, que possuíam empregadas, geralmente negras. A máquina de costura insere as mulheres no trabalho nas fábricas, ou nos lares, como mantenedoras do próprio sustento e de suas famílias. Essas perspectivas estão longe de uma figura feminina estéril e subjugada.

No recorte racial proposto na curadoria, os objetos selecionados remetem à experiência dos negros escravizados. As correntes e algemas e a caneleira, se apresentam como cristalizadores da violência e opressão as quais os negros são submetidos, mas também, à marginalização e subserviência onde são mantidos pela

intensa desigualdade racial na qual a nossa sociedade foi estruturada. Ao interagirem com esses objetos os alunos reproduziram o desconforto que sentiram através do humor, o que mostra como o racismo está internalizado em nossa cultura. O humor é um meio de expressar a hostilidade racial, permitindo a perpetuação do racismo e a legitimação da hierarquia racial (MOREIRA, 2019).

Em contraponto à esta imagem tão marcadamente produzida sobre os negros em nossa mentalidade, encontramos o pilão de madeira que foi praticamente menosprezado pelos estudantes. Ele só foi relacionado aos negros depois de iniciada a pesquisa, e assim como a desvalorização da influência da ancestralidade africana em nossa cultura é uma realidade, ficou evidente o desinteresse pela representação do pilão como cultura material carregada de memória e identidade. O compromisso com uma educação antirracista deve se pautar, não somente pela denúncia do racismo, mas também, na inserção dos conhecimentos ancestrais africanos e indígenas fora de um lugar de estereotipagem e de rebaixamento, apresentar os negros e os indígenas em um lugar de positivação, de cultura, humanidade e intelectualidade (PINHEIRO, 2023).

A ausência de representações indígenas no acervo do Museu José Elviro não é um mero acaso, mas consequência direta do silenciamento e do extermínio histórico desses povos na região. A invisibilidade dos indígenas na narrativa local reflete um apagamento que foi sistematicamente construído pela violência, pelo preconceito e pela negação de sua existência enquanto sujeitos históricos. No entanto, mesmo sem uma presença institucionalizada, traços da cultura indígena ainda resistem, muitas vezes de forma invisível aos olhos desatentos. Dois objetos do museu se destacam nesse sentido, a cabaça e o balaio, frequentemente associados ao cotidiano rural, mas cuja origem remonta a práticas ancestrais de povos originários. Ambos os objetos, ainda que silenciosos no discurso expositivo do museu, expressam práticas culturais vivas, transmitidas entre gerações por meio do uso cotidiano e dos saberes não escritos.

Os povos indígenas carregam em si saberes, histórias e práticas de cuidado com a terra que, apesar das violências históricas, continuam sendo essenciais para compreender a formação do território e da cultura brasileira. Quando Krenak (2019) usa o conceito de ‘Antropoceno’, ele evidencia a necessidade de romper com a ideia

de uma humanidade homogênea, superior à natureza, que ignora a diversidade de culturas, modos de vida e cosmovisões. E nos convida a escutar vozes historicamente caladas e a reconhecer outras formas de existir, cuidar e narrar o mundo, só assim poderemos vislumbrar uma ideia de futuro na terra.

A presença de objetos como o balaio, a cabaça e a tina de ferro no Museu José Elviro revela um sujeito histórico marcado pela exploração e pelo apagamento: o trabalhador das salinas, majoritariamente negro, pobre e herdeiro direto das estruturas racistas do pós-abolição. Mesmo após 1888, a mão de obra negra permaneceu sendo explorada nas salinas artesanais da região, agora sob a lógica do trabalho livre, mas ainda submetido a condições desumanas.

FIGURA 13 - Extração artesanal de sal no município de Macau - RN na década de 1950

Fonte: Livro Um Rio Grande e Macau (Getúlio Moura)

As ferramentas e utensílios presentes no museu ajudam a compor esse cenário: segundo relatos de época, o balaio era carregado por duas pessoas e podia ultrapassar os 60 kg de sal, causando ferimentos severos nos ombros, agravados pelo magnésio do sal que corroía a pele e aprofundava as feridas (FERNANDES, 1995). A cabaça, que carregava a água, única fonte de alívio sob o sol escaldante, e a rede para dormir ao relento, acompanhavam o trabalhador em suas jornadas exaustivas, assim como a panela onde se preparava a alimentação precária (MOURA, 2003). Já

a tina de ferro, utilizada para armazenar e transportar o sal no final da década de 1960 (MOURA, 2003), está relacionada ao processo de mecanização das salinas que gerou um impacto muito negativo na vida dos trabalhadores, por causa do aumento do desemprego.

A cruz “Alma de Milagre” e o alto-falante (boca de ferro), embora tenham despertado o interesse de alguns grupos, apresentaram dificuldades em estabelecer conexões com os eixos da curadoria. A cruz, trazida de uma comunidade local e vinculada à memória familiar de uma das alunas, permaneceu envolta em significados simbólicos de fé e devoção popular, mas não conseguimos avançar na análise crítica de sua representação histórica. Já o alto-falante foi percebido apenas como uma relíquia comunicacional, e não houve tempo nem condições suficientes para estimular o grupo a investigar sua relação com práticas de mobilização social ou controle discursivo do passado. Esses casos refletem os desafios de se trabalhar com uma turma numerosa e heterogênea, onde nem todos os grupos conseguem receber o mesmo nível de acompanhamento pedagógico.

Apesar das limitações impostas à realização da culminância da curadoria, não podemos deixar de ressaltar que todo processo de aprendizado tem seus desafios e que estes obstáculos podem ser oportunidades de novas reflexões sobre o fazer pedagógico e de novas proposições didáticas. A curadoria possibilitou que os alunos analisassem a história por meio dos objetos, trouxe uma compreensão mais ampla e crítica do passado e de suas relações com o presente. Além de ampliar seus conhecimentos sobre a história da cidade, os estudantes puderam colocar em prática as suas habilidades de pesquisa, interpretação e argumentação, enfrentando desafios como a busca por referências confiáveis e a autonomia na produção textual. Apesar das limitações encontradas, o processo proporcionou uma experiência significativa, mostrando que a história também se constrói na materialidade dos objetos que carregam memórias e narrativas essenciais para a identidade coletiva.

Diante dessas observações e dos desafios apresentados ao longo da curadoria, propomos a construção de um roteiro educativo com sugestões de atividades para que professores possam utilizar, adaptar e se inspirar em suas visitas ao Museu José Elviro. Essas propostas didáticas foram elaboradas como respostas aos anseios vivenciados durante o processo de pesquisa. A intenção é oferecer

ferramentas que explorem a interpretação dos objetos expostos, a reflexão sobre as narrativas presentes e silenciadas, além de incentivar uma abordagem mais interativa e questionadora da história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo da pesquisa era explorar as possibilidades pedagógicas de se ensinar História a partir do Museu José Elviro, ao longo do percurso, procuramos não apenas refletir teoricamente sobre essa questão, mas vivenciá-la de forma prática, por meio de uma experiência de curadoria compartilhada com estudantes do Ensino Médio, realizada na Escola Estadual Professor José Olavo do Vale, do município de Macau/RN.

O caminho realizado nos permitiu compreender que o museu, ainda que pequeno e limitado em estrutura, pode se constituir como um espaço de produção e ressignificação de saberes históricos. Longe de ser apenas um repositório de objetos antigos, o Museu José Elviro revelou-se como campo de disputas de memória e de narrativas sociais, onde o ensino de História se ampliou para além dos muros da escola e das páginas dos livros didáticos. Por meio da curadoria, os alunos puderam exercitar práticas de leitura, análise e interpretação de objetos, além de refletirem criticamente sobre representações sociais, ausências simbólicas e silenciamentos históricos, como os sofridos por mulheres, negros e indígenas.

O trabalho permitiu que explorássemos a função educativa dos museus, articulada à proposta da educação patrimonial, como forma de valorizar os saberes locais e os sujeitos históricos muitas vezes esquecidos. Ensinar História a partir do patrimônio exige uma posição ideológica, como nos lembra Oliveira e Freitas (2024) essa medida implica ao professor reconhecer que suas escolhas estão alinhadas a um discurso e uma prática que estão preenchidas de intencionalidade. Ao lançar o olhar sobre determinado patrimônio ele direciona e a maneira como irá mediar esse processo contribui para a reestruturação das narrativas patrimoniais.

Através do objeto musealizado como gerador de reflexão histórica, os alunos foram estimulados a investigar, dialogar e produzir conhecimento, ressignificando peças do acervo e ampliando suas compreensões sobre o passado e o presente de sua cidade. A experiência também confirmou que o ensino de História local, em suas diferentes escalas, pode e deve ser abordado de forma crítica, investigativa e situada.

O recorte temático da curadoria voltado à representação de mulheres, negros e indígenas não foi aleatório, mas se constituiu como uma escolha pedagógica, alinhada ao compromisso com uma educação histórica crítica, plural e decolonial. Essa opção nos permitiu tensionar as ausências e os silêncios do museu, transformando os objetos em gatilhos de reflexão sobre identidades, memórias e desigualdades ainda presentes no tecido social. Assim, o que poderia ser visto apenas como uma coleção desorganizada de peças, tornou-se espaço fértil para construir conhecimento, exercitar o pensamento investigativo e ampliar o olhar sobre o ensino de História.

Entretanto, reconhecemos as limitações enfrentadas ao longo da execução: o número elevado de alunos da turma, as dificuldades de transporte escolar, a estrutura precária do museu, a necessidade de maior tempo de acompanhamento dos grupos e a escassez de materiais bibliográficos específicos sobre a história local. Essas barreiras, no entanto, não impediram o aprendizado, apenas reafirmaram a necessidade de estratégias criativas, colaborativas e sensíveis à realidade dos sujeitos escolares.

A construção dos roteiros educativos, como produto final da dissertação, surge justamente como resposta às dificuldades encontradas e como proposta de continuidade do trabalho com o acervo do museu. A partir das vivências com os estudantes, sistematizamos atividades possíveis de serem aplicadas ou adaptadas por outros professores, com base nas mesmas inquietações que nos moveram: como transformar o pequeno museu do interior em um espaço vivo de ensino e aprendizagem histórica?

Além disso, a elaboração dos roteiros educativos permitiu aprofundar as discussões iniciadas nesta pesquisa e que são primordiais para o ensino de História, como a compreensão do processo de patrimonialização e suas implicações na construção das memórias coletivas. Ao questionarmos o que é preservado, por quem e com qual finalidade, estimulamos os alunos a refletirem criticamente sobre os usos sociais do passado. Trabalhamos também com a noção de escalas como estratégia para compreender que os acontecimentos históricos da cidade de Macau se articulam a contextos mais amplos, como a escravidão, a colonização, as desigualdades de gênero e o racismo estrutural. Esses temas, por sua vez, foram abordados de forma

interdisciplinar, dialogando com a sociologia, a arte, a música, a estatística e a geografia, o que fortalece a abordagem investigativa da História local.

Que este trabalho possa inspirar outros professores de História que, assim como nós, também se aquietam diante do esquecimento e da negligência com a memória local, mas que acreditam na potência dos espaços próximos, na riqueza dos objetos silenciosos e na curiosidade dos estudantes como caminhos férteis para a educação histórica.

REFERÊNCIAS

ANDREONI, R. **Museu, memória e poder**. Em Questão, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 167–178, 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/22251. Acesso em: 29 out. 2023.

ASSIS, Geisa Melo Silva de**. A história do Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório**: surgimento e contribuições (Macau/RN – 1956 – 1966). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2009.

BARROS, Benito. **Macauísmos** – lugares e falares macauenses. 2ª ed. Macau: ICEC/Imperial Editora Casa da Casqueira, 2001.

BARROS, Manoel de. **Menino do mato**. 1. ed. São Paulo: Alfaguara, 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** Editora Cortez: São Paulo, 2008.

BOVO, Marcos Clair. **Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógicas**. Urutágua: Revista Acadêmica multidisciplinar. Maringá, UEM, n. 7, p. 1-11, ago./nov. 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Definição de curadoria: os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrtimonial.** Caderno de diretrizes museológicas 2. Tradução . Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus, 2008. Disponível em https://www.ibermuseos.org/wp-content/uploads/2015/07/Unidad1Texto_Definicao-de-Curadoria.pdf Acesso em: 10 outubro. 2024.

CAIMI, Flávia Eloisa**. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo?** In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. História: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

CHAGAS, Mario. **1ª PARTE - VULCÃO**. *Cadernos De Sociomuseologia*, *13*. Obtido de https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/323

CHICARELI, Larissa. S ; ROMEIRO, K. C. . **Narrativa museal: análise sobre o museu e a visão dos estudantes por meio de questionários de conhecimento prévio**. In: X SEPECH, 2014, Londrina. Anais [do] IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina: comissão organizadora: Ariovaldo de Oliveira Santos...[et al.] - Londrina : UEL. 2014, 2014. v. 1. p. 841-852.

COSTA, Aryana. **História Local**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Maria Dias de (Coord.). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

DANTAS, Jackson Martins. **MUSEU HISTÓRICO NOSSA SENHORA DAS**

VITÓRIAS: uma visão sobre o patrimônio cultural (não) musealizado em Carnaúba dos Dantas/RN / Jackson Martins Dantas. 2017. 60 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, 2017.

DOSSE, François. **História e Ciências sociais**; tradução Fernanda Abreu. – Bauru, SP: Edusc, 2004.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da pesquisa-ação**. Educ. Pesqui., São Paulo , v. 31, n. 03, p. 483-502, abr. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/DRq7QzKG6Mth8hrFjRm43vF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 de abril de 2024.

FREITAS, Itamar. OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de. **Patrimônio histórico no Ensino de Históra**. – 2ª ed. – Cabedelo, PB: Clioeduca Editora, 2024.

GRINBERG, Keila, GRINBERG, Lúcia, LAGOA, Ana Mascia. **Oficinas de História. Projeto Curricular de Ciências Sociais e de História**. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 2000.

GRUNBERG, Evelina. **"Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais"**. In: Museologia Social. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2000.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JÚNIOR, Valdeci dos Santos. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. Mneme, Caicó, v. 06. n. 13, p. 321-336, dez.2004/jan.2005.

KRENAK, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo** – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 7ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LEITZKE, Maria Cristina Padilha; POSSAMAI, Zita Rosane. **Curadorias compartilhadas: um estudo sobre as exposições realizadas no museu da UFRGS (2002 a 2009)**. Seminário Internacional O Futuro Dos Museus Universitários em Perspectiva. Atas. Porto: Universidade do Porto, 2014. p. 184 – 198. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12520.pdf. Acesso em 28 de março de 2024.

LIA, C. F.; COSTA, J. P.; MONTEIRO, K. M. N. **A produção de material didático para o ensino de História**. Revista Latino-Americana de História, v. 2, nº. 6, 2013. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/175/133. Acesso em: 09 de set. 2024.

LIMA, André Luíz de Paula Chaves. **DE TEMPLO À FÓRUM**: Museu do Ceará, Educação Patrimonial e Ensino de História. Orientador: Magno Francisco de Jesus Santos. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573944. Acesso em: 13 out. 2023.

LOURENÇO, M. C. F. (2019). **Memorial étnico: curadoria e reparação**. Revista ARA, 6(6), 29-57.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Revista projeto História, SP, n. 17, 1998.

MARQUES, Tamara Soares. **A HISTÓRIA EMBAIXO DA ESCADA**: Ensino de História Local e educação para as relações étnico-raciais por meio das narrativas sobre a escravidão no Museu Jaguaribano (Aracati/CE). Orientador: Marcílio Lima Falcão. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/730261. Acesso em: 29 mar. 2024.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. ser., jan./dez. 1994, p. 9-42.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **O museu e o problema do conhecimento**. Anais do IV Seminário sobre Museus-Casa, 2002. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **O Objeto material como documento**. Aula ministrada no curso "Patrimônio cultural: políticas e perspectivas" organizado pelo IAB/CONDEPHAAT, em 1980. Acesso: 23 de novembro de 2023.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa E. **História Local**. [S.l.]: Editora UFPB, 2015.

MONTEIRO, Ana Maria**. Professores: entre saberes e práticas**. Educação & Sociedade, v. 22, n.74, p. 121–142, 2001.

MONTI, C. G.; VIEIRA, Y. B.; NEVES, G. B. **Entre castanhas, ouro e as fontes para o ensino da história local do sul e sudeste do Pará.** Fronteiras & Debates. Macapá, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. Pp. 51-66. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334504374_Entre_castanhas_ouro_e_as_fontes_para_o_ensino_da_historia_local_do_sul_e_sudeste_do_Para. Acesso em: 05 de Jul. 2024.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019b.

MOURA, Getúlio. **Um Rio Grande e Macau**: cronologia da História Geral. Natal: ICEC/ Imperial Editora Casa da Casqueira, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, 1981

NUNES, Kátia Cristiani. **A HISTÓRIA DE ATALANTA EM DEZ OBJETOS**: uma proposta de Ensino de História a partir do Museu Histórico Wogeck Kubiack. Orientadora: Mônica Martins da Silva. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/714725. Acesso em: 14 out. 2023.

PAIM, Elison Antonio. **Lembrando, eu existo.** In: OLIVEIRA, Margaria Maria Dias (org.) História: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUEIROZ, Eneida. **Museus Históricos: poder, educação e sociedade.** In: **Café História** . Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/museus-historicos-educacao-sociedade. Publicado em: 28 jan. 2019. Acesso em 10 de junho de 2024.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Museu, ensino de história e sociedade de consumo.** Trajetos Revista de História UFC, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 109-131, 2001.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. ***A danação do objeto***: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Em nome do objeto: museu, memória e ensino de história.** E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. (Estudos da Pós-Graduação). Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/56706. Acesso em: 31 de maio de 2024.

RAMOS, F. R. L. **OBJETO GERADOR: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história**. Revista Historiar, *[S. l.]*, v. 8, n. 14, 2016. Disponível em: //historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/234. Acesso em: 22 set. 2023.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui; GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **A história local e regional na sala de aula do ensino fundamental**. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **A História Local e Regional na sala de aula do ensino fundamental.** Simpósio Nacional de História, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300680292_ARQUIVO_artigolocaleregional2.pdf acesso em 09 de abril de 2024.

SANTIAGO JÚNIOR; F. das C. F. **Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'**. Projeto História, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370/18609 . Acesso em: 15 de outubro de 2024.

SANTOS, Patrícia Silva. **O MUSEU ESCOLA MEMORIAL DA BALAIADA E O ENSINO DE HISTÓRIA:** Identidades, História Local e formação de consciências históricas em Caxias/MA. Oruentador: Jakson dos Santos Ribeiro. 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em: https://repositorio.uema.br/handle/123456789/1373. Acesso em: 29 mar. 2024.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**. In: Caderno Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, set./dez. 2005. p. 297-308.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O Ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica**. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlet Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs). Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **A educação patrimonial no ensino de história.** Biblos, Rio Grande, 22 (1), p. 199-211, 2008.

VIEIRA, Guilherme Lopes. **O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica**. Mosaico, V.8, nº 12; 2017.

MATERIAL DIDÁTICO

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA
Rayane Bezerra dos Santos
Entre memórias e silêncio:
Aprendendo história com o Museu José Elviro na cidade de Macau/RN
Imagens por: Freepik

APRESENTAÇÃO

Este material didático é resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Profhistória – UERN, em 2024, intitulada A CIDADE DO QUE JÁ TEVE: HISTÓRIAS DE MACAU POR MEIO DO ACERVO DO MUSEU JOSÉ ELVIRO, orientada pela Profª Drª Aryana Lima Costa.

Localizado em Macau/RN, cidade marcada por intensas transformações econômicas, sociais e ambientais, o Museu José Elviro é mais do que um repositório de objetos: é um espaço vivo de memória, silêncios e disputas. Este material parte da premissa de que é possível ensinar História local de forma crítica e plural por meio da leitura e ressignificação de seu acervo.

Dessa forma, a pesquisa teve por objetivo explorar as possibilidades pedagógicas do Museu José Elviro para o Ensino de História Local ao desenvolver uma curadoria compartilhada com alunos do Ensino Médio. Partindo desta experiência pudemos refletir sobre a prática docente e pensar na construção de um Roteiro de Aprendizagem.

Toda experiência de ensino é um caminho a ser explorado, pois como disse Paulo Freire (1993): “Não existe ensinar sem aprender”. Portanto, seguindo o rastro de nossas ações, sentindo as limitações e enfrentando os desafios, construímos quatro propostas de atividades que estão intrínsecas à nossa escolha de discutir os grupos invisibilizados na narrativa tradicional da história local. As MULHERES, os NEGROS e os INDÍGENAS, têm suas narrativas reestruturadas a partir das suas presenças ou ausências no acervo do Museu José Elviro.

A abordagem dos temas segue didáticas que valorizam a análise de fontes históricas como motivadoras para atividades investigativas que têm como objetivo despertar a autonomia e criticidade dos alunos. Nos utilizamos do Ulpiano Meneses (2002, p.23), quando afirma que os museus são uma representação do mundo, eles refletem as inquietações do presente ao construir uma narrativa sobre o passado que tem como suporte os objetos musealizados.

Este material também se alinha às competências da BNCC, ao promover o pensamento crítico, a valorização das identidades locais e a reconstrução das narrativas históricas sob uma perspectiva plural, situada e comprometida com os direitos humanos.

SUMÁRIO

MUSEU JOSÉ ELVIRO.....04
ROTEIRO 1 – Quais as narrativas presentes no Museu José Elviro.....05
Orientações para o professor.....06
Orientações para os alunos.....08
ROTEIRO 2 – Uma proposta para uma educação antirracista.....10
Orientações para o professor.....11
Letras das canções.....13
Atividade: análise das fontes históricas.....14
ROTEIRO 3 - Gênero e representações femininas no Museu José Elviro.....16
Orientações para o professor.....17
Estação 1 – Costuras no tempo.....19
Estação 2 – Passados que marcam.....22
Estação 3 – Qual é o lugar da mulher?.....24
Estação 4 – Quem cuida?.....26
Estação 5 – Outras histórias possíveis.....30
ROTEIRO 4 – Indígenas invisíveis: um caso para investigar!.....31
Orientações para o professor.....32
Ficha investigativa.....34
Pistas.....35
REFERÊNCIAS.....40

MUSEU JOSÉ ELVIRO

O Museu José Elviro é um espaço criado em 1952 por iniciativa particular do senhor João de Aquino, um colecionador muito interessado na preservação da história e da cultura da região. Natural de Assú, no Rio Grande do Norte, Aquino dedicou parte de sua vida à criação e manutenção do museu, no propósito de reunir e guardar documentos e objetos que considerava como importantes para a sociedade macauense.

O Museu José Elviro já acumulou mais de 5.000 peças ao longo dos seus 72 anos de existência (MOURA, 2005, p. 305). Atua como um suporte de memória e identidade para a comunidade, especialmente no campo educativo, ao receber estudantes e professores interessados em aprender sobre a história local. Apesar de seu valor histórico, cultural e artístico, grande parte dos objetos encontra-se exposta sem informações contextualizadas, o que dificulta a compreensão dos visitantes. Para que o museu cumpra plenamente sua função formativa e de preservação, é necessário investir em estratégias de identificação, pesquisa e divulgação do acervo, possibilitando o enriquecimento do conhecimento sobre a cultura local e atraindo um público mais diversificado, contribuindo, assim, para a valorização e sustentabilidade da memória coletiva.

O museu, ainda que pequeno e limitado em estrutura, pode se constituir como um espaço de produção e ressignificação de saberes históricos. O Museu José Elviro revelou-se como campo de disputas de memória e de narrativas sociais, onde o ensino de História se ampliou para além dos muros da escola e das páginas dos livros didáticos , o que poderia ser visto apenas como uma coleção desorganizada de peças, tornou-se espaço fértil para construir conhecimento, exercitar o pensamento investigativo e ampliar o olhar sobre o ensino de História.

ROTEIRO 1:

Quais as narrativas presentes no Museu José Elviro?

ORIENTAÇÕES PARA O PROFESSOR!

Público-alvo: 8º e 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Duração: 100 minutos.

Número de participantes: Até 35 estudantes, organizados em grupos pequenos de 3 a 5 alunos.

Descrição da Atividade:

A sugestão é que esta atividade seja desenvolvida após a visita ao museu. Esta atividade é formada por três partes. Em primeiro lugar cada grupo recebe um conjunto de imagens de objetos do acervo do museu. Os alunos devem analisar as imagens e organizar os objetos em grupos com base em critérios comuns, como função ou grupos sociais relacionados a eles e fazer anotações com as suas descobertas e justificativas. A segunda parte é uma discussão sobre as narrativas identificadas, momento de refletir sobre os silenciamentos, as representações e considerar diferentes interpretações. A terceira parte contém a orientação de uma produção textual individual interpretativa sobre sua leitura dos objetos e suas narrativas.

Objetivos da Atividade:

O principal objetivo é ajudar os alunos a reconhecerem as narrativas existentes no espaço museal. Pretende-se que desenvolvam habilidades de leitura de imagens e objetos, oportunizando que os alunos interpretem objetos museológicos como documentos históricos. Ao fazer esta análise, o aluno não apenas investiga o passado, exercitando a imaginação histórica e a reconstrução de contextos a partir de evidencias materiais, mas também reflete como ele se relaciona com o presente. Outro objetivo desta atividade é trabalhar a escrita e a argumentação a partir da produção textual como registro de suas conclusões.

Conteúdos:

Esta atividade evidencia a leitura e interpretação de fontes históricas, a construção de narrativas históricas, representações sociais e culturais nos museus e silenciamentos e protagonismos na História.

Os conteúdos desta atividade podem variar de acordo com os temas abordados nas narrativas identificadas. Neste caso são, escravidão e resistência no Brasil, o papel das mulheres na sociedade brasileira e precarização do trabalho ao longo da história. A História Local e o Patrimônio são conceitos que também são explorados. Outros temas que poderão surgir são a colonização no Brasil, o cristianismo, industrialização no Brasil, herança cultural africana.

Estratégias didáticas:

ETAPA 1 – Apresentação e sensibilização

O professor pode explorar brevemente em que consiste o processo de patrimonialização e destacar como alguns objetos, memórias e grupos sociais são valorizados e preservados, enquanto outros são marginalizados, esquecidos. Pode também apresentar como, em uma exposição, podemos encontrar diversas narrativas que representam os desafios e conflitos

existentes em nossa sociedade. Em seguida ele pode trazer a questão principal da atividade: “quais são as narrativas presentes no museu?”.

ETAPA 2 – Formação dos grupos e apresentação da proposta

O professor propõe a formação de grupos, de 3 a 5 alunos, para favorecer a troca de ideias e a construção coletiva. O professor apresenta o objetivo da atividade: analisar imagens de objetos do acervo do Museu José Elviro e identificar quais são as narrativas que representam e a sua relação com o tempo presente.

ETAPA 3 – Análise dos objetos e construção das narrativas

Os grupos recebem um roteiro de orientação e o conjunto de imagens, as quais terão que analisar os objetos, agrupa-los por narrativas comuns e refletir sobre quais histórias contam. O professor pode auxiliar este momento com perguntas como: Que história esses objetos contam? Quem são os protagonistas dessa narrativa? Há alguma ausência ou silenciamento na representação?

ETAPA 4 – Apresentação e debate coletivo

Após a análise, os grupos apresentam as narrativas identificadas e inicia-se uma discussão coletiva. Este momento é mediado pelo professor que pode levantar questionamentos como: Que aspectos da sociedade do passado são evidenciados? Podemos fazer alguma relação com o presente? O professor observa os argumentos produzidos pelos grupos e media um debate crítico. Ele pode fazer perguntas para apontar possíveis equívocos, questionar interpretações e sugerir outras leituras dos objetos, ampliando o olhar dos alunos quando necessário. Dessa forma, a atividade não apenas estimula a análise das narrativas presentes no museu, mas também incentiva a reflexão sobre diferentes perspectivas e silenciamentos históricos.

ETAPA 5 – Produção textual individual

Encerramos a atividade com a proposta de uma produção textual interpretativa, onde cada aluno pode sintetizar as suas reflexões. O professor pode propor outras produções, como por exemplo: uma carta, um relato histórico narrado por um personagem fictício que teria usado os objetos ou um pequeno artigo explicativo sobre o grupo social relacionado a esses objetos. Outra possibilidade é um trabalho interdisciplinar com o professor de Língua Portuguesa.

ORIENTAÇÕES PARA OS ALUNOS

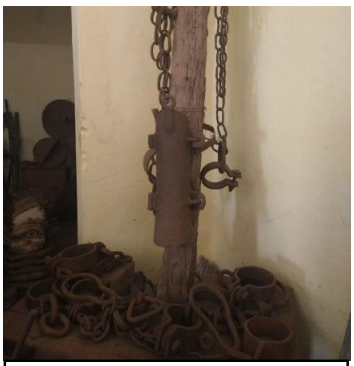
Instruções para a atividade: Quais as narrativas presentes no Museu José Elviro?

Agora que já exploramos o museu iremos discutir as narrativas presentes e ausentes na exposição, proponho um desafio que colocará as suas habilidades de análise e imaginação histórica à prova. Nesta atividade, vocês serão investigadores do passado, terão que observar, organizar e interpretar objetos históricos.

A atividade funcionará assim:

1. Vocês serão divididos em grupos e receberão um conjunto de imagens com objetos históricos do museu.
2. O primeiro desafio será agrupar esses objetos de maneira coerente. Pensem: o que eles têm em comum? Para que eram usados? Eram usados por um mesmo grupo social? Pertencem a um mesmo período histórico? Contam a mesma história? O que os une?
3. O segundo desafio será identificar os sujeitos por trás desses objetos. Quem os usava? Eram religiosos, trabalhadores, mulheres, membros da elite? Esses sujeitos aparecem no museu de forma central ou marginalizada?
4. O terceiro desafio será interpretar e anotar as narrativas que os objetos contam. A partir do agrupamento que fizeram, discutam: Que história esse conjunto de objetos nos contam? Que aspectos da sociedade do passado são evidenciados? Podemos fazer alguma relação com o presente?
5. Cada grupo apresentará as suas conclusões, e faremos uma discussão para refletir sobre as narrativas presentes, as silenciadas e as minimizadas.

✂ ----------



Grilhões: correntes com algemas e caneleira.

Cadeira de parto e fórceps.

Balaio

Tina de ferro

Cabaça

Alto falante (boca de ferro)

Pilão de madeira

Ferro de passar

Cálice da primeira missa de Monsenhor Honório.

Máquinas de costura

Cruz trazida em romaria da comunidade de Porto do Carão.

ROTEIRO 2:

Uma proposta para a educação antirracista.

ORIENTAÇÕES PARA O PROFESSOR!

Público-alvo: 8º e 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Duração: 100 minutos.

Número de participantes: Até 35 estudantes.

Atividade anterior: visita ao Museu José Elviro.

Antes de iniciar a atividade em sala, recomenda-se realizar uma visita ao Museu José Elviro, com foco na observação dos objetos relacionados à população negra em Macau. O objetivo da ida ao museu é promover um contato direto com os objetos históricos, incentivando os alunos a observarem como a memória do povo negro está (ou não está) representada no acervo. Essa experiência sensível e investigativa servirá como ponto de partida para a análise crítica das representações raciais e para a reflexão sobre os silenciamentos e apagamentos na história local.

Descrição da Atividade na sala de aula:

A atividade é composta por um primeiro momento de sensibilização com apreciação de duas canções, “Protesto Olodum” (composição de Tatau) e “A Força do Ilê” (composição de Paulinho Laranjeira), para introduzir a discussão sobre força, resistência e identidade negra. Na sequência faremos uma análise de Fontes Históricas: 1. Os grilhões presentes no Museu José Elviro; 2. Textos sobre a presença do trabalho escravo nas salinas; 3. Fotografias de trabalhadores negros nas salinas artesanais no início do século XX. No segundo momento, os alunos irão criar desenhos, fotografias e poemas inspirados na discussão e no material analisado.

Objetivos da atividade:

O objetivo mais evidente desta atividade é problematizar a desigualdade racial no Brasil. Através da interpretação de canções e análise de fontes históricas pretende-se identificar a presença de trabalhadores escravizados em Macau e refletir sobre decolonialismo, antirracismo e representações da população negra no trabalho e na sociedade. Outros objetivos são experienciar a criatividade e a expressividade através de desenhos e poemas.

Conteúdos:

O conteúdo fundamental da atividade continua sendo a análise de fontes históricas. Neste caso, utilizamos paralelos históricos, ou seja, para analisar a história local recorremos a contextos diferentes que podem ser relacionados. Para investigar a escravidão em Macau, trazemos canções escritas na década de 80 que denunciam a desigualdade racial e a resistência do povo negro em Salvador/BA, questões que podem ser facilmente observadas no presente. As competências desenvolvem o respeito por outras culturas e a valorização da cultura afro-brasileira.

Estratégias didáticas:

ETAPA 1 - Sensibilização

A introdução à temática racial se dará de maneira lúdica. No primeiro momento a turma ouve as canções “Protesto Olodum” e “A força do Ilê”, em seguida o professor pode faze

perguntas como: que sentimentos essas músicas despertam? Quais as mensagens que passam?

Dica: Ambas as canções foram produzidas no movimento hoje conhecido como reggae das antigas que ocorreu nas décadas de 80 e 90 na Bahia. Uma sugestão seria colocar as canções sendo cantadas pela Banda Grafith, algo que poderia gerar conexão com os alunos já que se trata de um som presente na memória dos potiguares.

ETAPA 2 – Análise e debate das canções

Em seguida, por meio da interpretação da canção “Protesto Olodum” podemos discutir a desigualdade racial, a luta por liberdade e a resiliência do povo negro, além do racismo ambiental e a marginalização do nordeste diante da ausência de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento da região. Com a canção “A força do Ilê” nós podemos falar sobre a identidade cultural e a valorização da cultura negra. Uma passagem que pode se destacar é “tira o negro da senzala e dá a liberdade”, que faz referência à abolição da escravidão no Brasil, mas também pode ser relacionado a um silenciamento histórico, às opressões e ao racismo que ainda persistem e que precisam ser superados.

ETAPA 3 – Análise de fontes históricas

Após este momento de sensibilização em relação ao tema de estudo, os alunos recebem uma ficha de análise de textos e imagens que tratam do contexto histórico local, esta atividade pode ser realizada de forma individual ou em grupos. Esta atividade requer leitura, interpretação, associação e pensamento crítico.

ETAPA 4 – Produção artística

Finalmente, uma vez terminada esta atividade, os alunos são estimulados a criarem desenhos, fotografias e/ou poemas, inspirados nas discussões, com o objetivo de compor um mural artístico. A intenção é que o resultado valorize a cultura negra e promova sua representação de forma sensível e criativa.

LETRAS DAS CANÇÕES

PROTESTO OLODUM (TATAU)	FORÇA DO ILÊ (PAULINHO LARANJEIRA)
Força e pudor Liberdade ao povo do Pelô Mãe que é mãe no parto sente dor E lá vou eu Declara a nação Pelourinho contra a prostituição Faz protesto, manifestação E lá vou eu AIDS se expandiu E o terror já domina o Brasil Faz denúncia Olodum Pelourinho E lá vou eu Brasil liderança Força e elite da poluição Em destaque o terror, Cubatão E lá vou eu Io io io io io La la la la la la Io io io io io La la la la la la E lá vou eu Brasil nordestópia Na Bahia existe etiópia Pro nordeste o país vira as costas E lá vou eu Moçambique, ê Num minuto um homem vai morrer Sem ter pão nem água pra beber E lá vou eu Nós somos capazes Pelourinho a verdade nos traz Monumento da força e da paz E lá vou eu Io io io io io La la la la la la Io io io io io La la la la la la E lá vou eu Desmound tutu Contra o apartheid na África do Sul Vem saudando o Nelson Mandela Do Olodum Io io io io io La la la la la la Io io io io io La la la la la la E lá vou eu	Que brilho é esse negro Me diz se é o da paz Me diz se é o do amor Me diz que eu quero saber Esse brilho negro É brilho da paz É o brilho do amor É a força do Ilê Ayê a-a do Ilê Ayê a-a do Ilê Ayê tira-tira-tira-tira-tira Tira o negro da senzala tira-tira-tira-tira-tira Tira o negro da senzala E da liberdade Liberdade do Ilê Do Ilê Ayê a-a Do Ilê Ayê a-a Do Ilê Ayê a-a

ATIVIDADE - ANÁLISE DE FONTES HISTÓRICAS

1. **Analise as imagens e leiam os textos. Depois, responda as questões.**

Grilhões – correntes com algemas de ferro e caneleira de ferro – pertencentes ao acervo do Museu José Elviro. (Arquivo pessoal)

No livro 'Um Rio Grande e Macau', o autor Getúlio Moura fala de uma escritura de venda de 1797 que consta a Ilha de Macau e outras terras e tudo que consta nelas, inclusive escravizados entregues a um administrador para o trabalho nas salinas. "Seus nomes, batizados pelos portugueses: João Francisco, Antônio Viegas, Custódia, Antônio José, Antônio Cabra, Pedro, Bento, Manuel Benedito, André, Manuel Raposo, Joaquim, Manuel, Francisco, Caetano e Belchior. Nas fazendas existiam muito mais". Em 1883, Macau teria 3.755 habitantes livres e 186 escravizados. Nesse período, o movimento abolicionista já tinha crescido e em Macau a liberdade já batia na porta. No final de 1887, teria sido publicado um edital convocando os escravizados para serem matriculados e libertos, também foram alertados os senhores de escravos que deveriam conceder alforria a todos os seus escravizados. "Às 4 horas do dia 5 de fevereiro de 1888, foi instalada a "Libertadora Macauense", onde reuniram-se os abolicionistas de Macau, com discursos e festa. Falava-se, inclusive, que Macau seria considerada liberta até 25 de março de 1888".

A) **Sobre a imagem: o que estes objetos representam? Quais sentimentos despertam?**
B) **Qual é a relação que podemos estabelecer entre o texto e a imagem?**
C) **A Lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil em 13 de maio de 1888. Qual é o significado de uma cidade ser "liberta" antes da Lei Áurea?**
D) **Sugira razões pelas quais a escravidão em Macau não é amplamente reconhecida.**

Fonte: Livro Um Rio Grande e Macau (Getúlio Moura)

A exploração do sal na região data do período colonial. No território que hoje se encontra a cidade de Macau, mais especificamente, na ocupação mais antiga, a "Ilha de Manoel Gonçalves", há a indicação da atuação contínua de escravizados na fabricação de sal, atividade que também era realizada por indivíduos livres: "habitantes destas" que "são pescadores e lavradores de sal" (TRINDADE, 2016, p. 27-56). Essa indicação é confirmada em notícias publicadas no jornal O Macauense. Em uma delas, de comemoração da Abolição da escravatura, de 1888, o articulista afirma que "esses pretos aqui se achavam nos serviços das salinas, tendo vindo em barcaças do sul, assim a modo de fugitivos ou enviados extraordinários e aqui conhecidos pelo nome de Abacaxis". Esse trecho confirma a presença de escravizados afrodescendentes na região.

DANTAS, Aledson Manoel da Silva. A enxada e a chibanca: a experiência de organização dos operários salineiros no Rio Grande do Norte (1920-1964). Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2022. Disponível em:https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/resources/anais/13/anpuhrjerh2022/1658187109_ARQUIVO_e52a4dc214192fe92a97086627f6819a.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

A) O que o texto nos revela sobre as estratégias de sobrevivência e resistência dos escravizados?
B) O que a imagem nos revela sobre a permanência da população negra no pós-abolição?
C) O que podemos perceber sobre as condições de trabalho?
D) Quais rastros da escravidão podemos perceber na sociedade atual?
E) Converse com os seus colegas, reflita e responda: Se você pudesse incluir novos objetos no Museu José Elviro, quais objetos escolheria para representar com mais justiça a vida das pessoas trabalhadoras da nossa cidade? Que objetos do cotidiano, do trabalho ou da resistência vocês acreditam que foram esquecidos pelo museu?"

ROTEIRO 3:

Gênero e representações femininas no Museu José Elviro.

ORIENTAÇÕES PARA O PROFESSOR!

Público-alvo: 8º e 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Duração: 100 minutos.

Número de participantes: Até 35 estudantes, organizados em grupos pequenos de 3 a 5 alunos.

Atividade anterior: visita ao Museu José Elviro.

Antes de iniciar a atividade em sala, recomenda-se realizar uma visita ao Museu José Elviro com o objetivo de identificar como as mulheres são representadas no museu. Esta atividade provoca reflexões sobre quais as narrativas que são construídas em torno das mulheres e quais outras possíveis formas de representar as mulheres no museu. Durante a experiência, o professor pode levantar perguntas como: Que história das mulheres é contada aqui? E que outras histórias poderiam ser contadas aqui?

Descrição da Atividade:

A proposta é uma rotação por estações. A turma será dividida em quatro grupos que passarão por quatro estações. Esta atividade consiste em criar diversos ambientes dentro ou fora da sala de aula, chamados de estações, nos quais os grupos de alunos realizam atividades referentes a um determinado tema de estudo utilizando variados recursos, inclusive tecnológicos. Tendo como ponto de partida os objetos do museu: ferro de passar, máquina de costura e cadeira de parto, os grupos irão refletir sobre o trabalho de cuidado, a representação feminina e a desigualdade de gênero ao longo do tempo. É importante salientar que esta não é uma atividade linear, cada estação é independente da outra.

Objetivos da atividade:

O objetivo principal desta atividade é analisar criticamente os papéis de gênero atribuídos historicamente às mulheres. Outros objetivos são compreender como o trabalho de cuidado está atravessado por marcadores sociais de gênero, classe e raça e estimular reflexões sobre os estereótipos de gênero e suas permanências. Para a desconstrução desses estereótipos recorre-se às mais variadas fontes e dados estatísticos que corroborem com a construção de argumentos sólidos que deixem claro as injustiças e violências acometidas às mulheres e que são sustentadas por estas narrativas.

Conteúdos:

Esta atividade se desenvolve a partir dos pontos de vista histórico e sociológico, abordando conteúdos como socialização, história do trabalho feminino, equidade de gênero, interseccionalidade, divisão sexual do trabalho. Também se propõe o letramento estatístico ao interpretar dados, construção de argumentos e

desnaturalização de estereótipos. Em relação às competências espera-se um posicionamento crítico diante da desigualdade de gênero.

Estratégias didáticas:

A atividade será apresentada por meio de uma breve conversa em que o professor explica a dinâmica a ser desenvolvida e o objetivo da mesma. Serão formados quatro grupos que terão 15 minutos para desenvolver as atividades propostas em cada estação. Ao chegar na estação o grupo recebe um guia de orientação.

Na estação 1 – Costuras no Tempo, os alunos irão investigar a máquina de costura, o ferro de passar e a cadeira de parto para refletir sobre os papéis de gênero ao montar uma linha do tempo. Estará disponível na mesa de aprendizagem uma folha A3 para cada grupo, canetinhas coloridas, os textos a serem analisados, os cartões a serem preenchidos e colados na linha do tempo.

Na estação 2 – Passados que Marcam, os alunos irão ouvir e analisar a letra da canção “Mulheres de Atenas” (Augusto Boal/Chico Buarque). Depois responderão a uma ficha interpretativa e criarão uma estrofe-resposta à canção, propondo uma nova representação feminina.

Na estação 3 – Qual o lugar da Mulher?, os alunos irão assistir a dois vídeos, o primeiro é ‘Um sonho impossível?’, produzido em 1983 por Studio J. Trnka Kratky Films, Praga (República Tcheca) em parceria com as Nações Unidas. O vídeo é uma animação com duração de 8 minutos e 16 segundos que mostra o dia de uma família em que a mulher é sobrecarregada pelo trabalho fora de casa e o trabalho doméstico e de cuidado. Mostra também a socialização de tais papéis que vão sendo reproduzidos pelas crianças, o que mostra continuidade. O segundo vídeo é “Day in the life of a Traditional Wife!” do canal do youtube @EsteeWilliams, postado no dia 9 de março de 2023, com duração de 1 minuto e 58 segundos. O vídeo mostra a romantização da objetificação da mulher que serve a um propósito definido pelos papéis de gênero construídos socialmente, de esposa e dona de casa. Depois de assistirem aos vídeos, o grupo deve responder a uma ficha interpretativa e criar uma frase de impacto ou uma hashtag crítica inspirada nos vídeos.

Na estação 4 – Quem Cuida? Os grupos farão a leitura de frases populares que naturalizam o trabalho de cuidado como sendo feminino, analisarão alguns dados disponíveis e escolherão duas frases para desconstruírem utilizando esses dados e produzindo novas versões críticas dessas falas. Ao final, todas as produções dos grupos irão compor um mural da oficina.

Na estação 5 – Outras Histórias Possíveis, cada grupo será desafiado a imaginar um novo objeto, espaço ou personagem que deveria ser incluído no museu para representar de forma mais plural, justa e diversa as experiências das mulheres na história local.

ESTAÇÃO 1– Costurasno Tempo

ROTEIRO DE AÇÃO

1. **Objetivo:** Montar uma linha do tempo e compreender que o trabalho de cuidado ser atribuído às mulheres é uma construção social e histórica.
2. **Análise das imagens:** Observem as imagens dos objetos selecionados do acervo do Museu José Elviro e leiam os textos referentes a esses objetos.
3. **Leitura e interpretação de textos:** Leiam os textos e respondam às perguntas norteadoras.
4. **Criar as fichas:** Cada texto vem com uma ficha a ser preenchida. Preencham as fichas disponíveis com as informações necessárias.
5. **Organizar a linha do tempo:** Construam a linha do tempo e ordenem as fichas de acordo com os períodos correspondentes.

CADEIRA DE PARTO

cadeira de parto é talvez o mais antigo aparelho postural obstétrico. Utilizada por sociedades antigas por muitos séculos, foi criada para ajudar a mãe no momento do parto. Seus mais antigos registros são do Egito, onde foi mencionada em vários papiros médicos. (https://nucleobemnascer.com/noticia/o-parto-na-antiguidade)

Relevo de parede do Egito Antigo mostra mulher sentada em banco de parto. Aproximadamente 332 a.c.
(Inserir um pouquinho de texto)

FERRO DE PASSAR

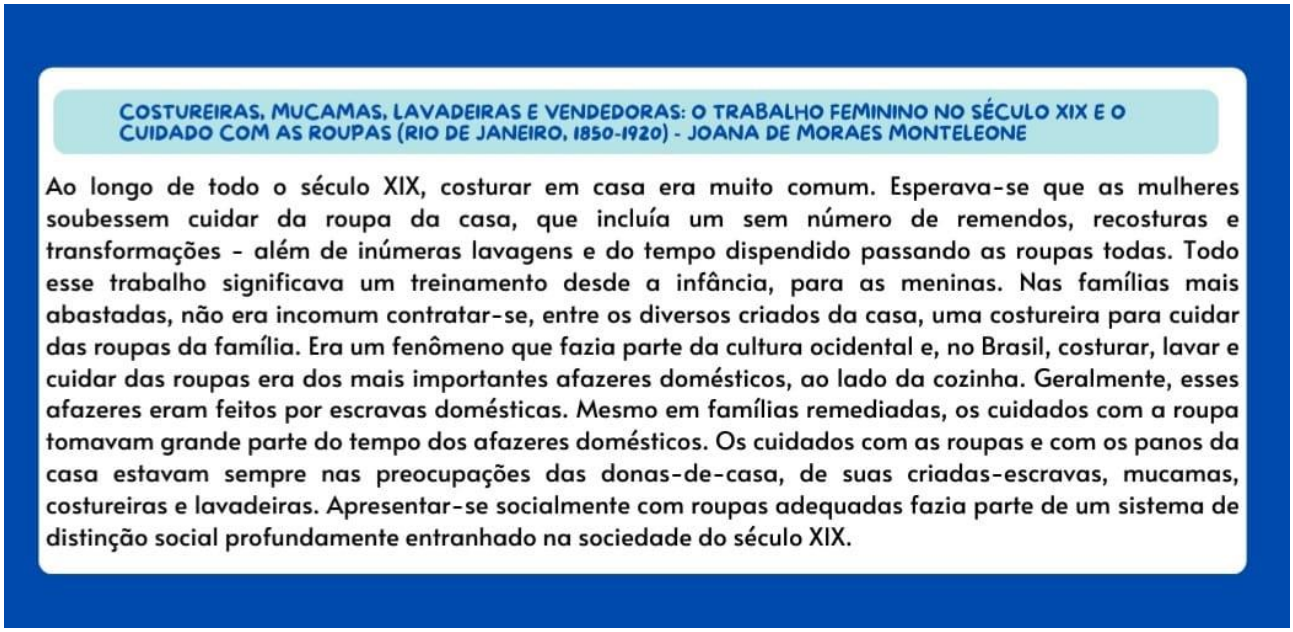
Muitos atribuem aos chineses a criação do ferro de passar a brasa, por volta do século V. A peça criada por eles era uma taça metálica onde era colocado o carvão em brasa, a peça possuía um cabo de marfim, utilizado para movimentar a taça sob o tecido.

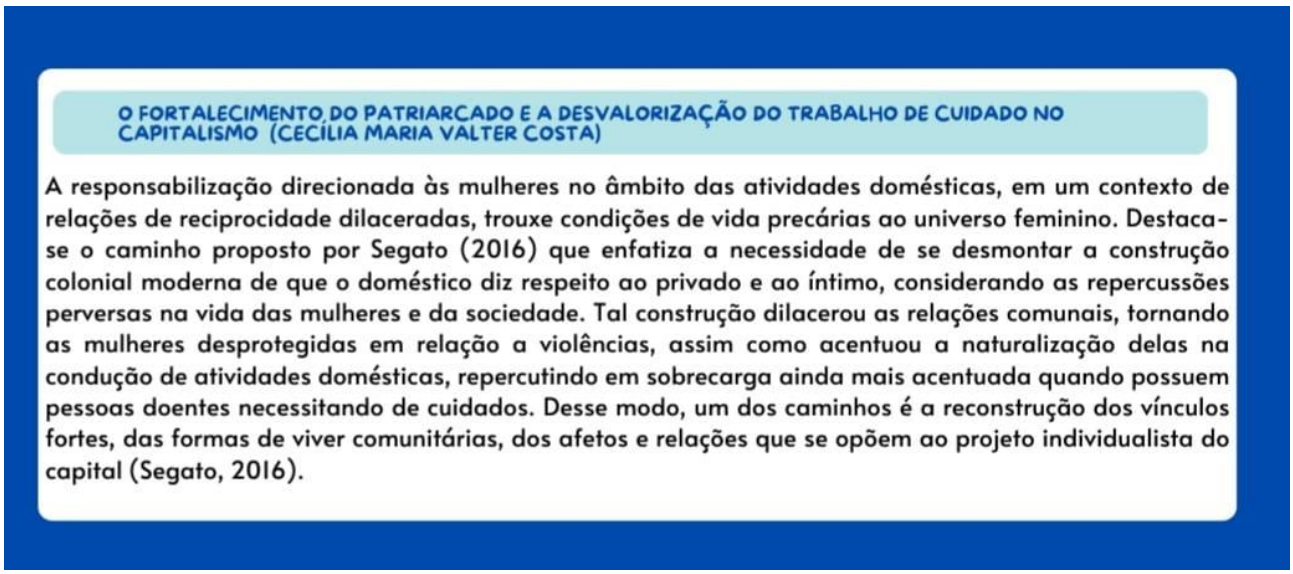
Na Europa, por volta do século XIII, a peça utilizada era uma lata com orifícios onde eram colocadas as brasas, porém as roupas acabavam por ficar sujas de carvão. Com a invenção da energia elétrica em 1882, o ferro a brasa caiu em desuso e com isso a popularização do ferro a vapor, a partir da primeira metade do século XX.

No Brasil seu uso e importância perdurou por mais tempo, principalmente nas regiões onde a energia elétrica demorou a chegar. (museucatavento.org.br/ferro-a-brasa)

MÁQUINA DE COSTURA

Com a Primeira Revolução Industrial, a costura e confecção de roupas deixa de ser uma atividade exclusiva dos lares e dos ateliês e passa a ter produção em larga escala.
Isso acontece graças à produção de tecidos por maquinários e à invenção das máquinas de costura.
As mulheres mais pobres que tinham a costura artesanal como fonte de renda não tiveram outra alternativa senão trabalhar nas fábricas e confecções da Indústria Têxtil.
Essas fábricas estavam em pleno crescimento no século XVIII, e as trabalhadoras ganhando salários insuficientes por mais de 14 horas de esforço diário. (https://audaces.com/pt-br/blog/historia-costura)


COSTUREIRAS, MUCAMAS, LAVADEIRAS E VENDEDORAS: O TRABALHO FEMININO NO SÉCULO XIX E O CUIDADO COM AS ROUPAS (RIO DE JANEIRO, 1850-1920) - JOANA DE MORAES MONTELEONE
Ao longo de todo o século XIX, costurar em casa era muito comum. Esperava-se que as mulheres soubessem cuidar da roupa da casa, que incluía um sem número de remendos, recosturas e transformações - além de inúmeras lavagens e do tempo dispendido passando as roupas todas. Todo esse trabalho significava um treinamento desde a infância, para as meninas. Nas famílias mais abastadas, não era incomum contratar-se, entre os diversos criados da casa, uma costureira para cuidar das roupas da família. Era um fenômeno que fazia parte da cultura ocidental e, no Brasil, costurar, lavar e cuidar das roupas era dos mais importantes afazeres domésticos, ao lado da cozinha. Geralmente, esses afazeres eram feitos por escravas domésticas. Mesmo em famílias remediadas, os cuidados com a roupa tomavam grande parte do tempo dos afazeres domésticos. Os cuidados com as roupas e com os panos da casa estavam sempre nas preocupações das donas-de-casa, de suas criadas-escravas, mucamas, costureiras e lavadeiras. Apresentar-se socialmente com roupas adequadas fazia parte de um sistema de distinção social profundamente entranhado na sociedade do século XIX.


O FORTALECIMENTO DO PATRIARCADO E A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO DE CUIDADO NO CAPITALISMO (CECÍLIA MARIA VALTER COSTA)
A responsabilização direcionada às mulheres no âmbito das atividades domésticas, em um contexto de relações de reciprocidade dilaceradas, trouxe condições de vida precárias ao universo feminino. Destaca-se o caminho proposto por Segato (2016) que enfatiza a necessidade de se desmontar a construção colonial moderna de que o doméstico diz respeito ao privado e ao íntimo, considerando as repercussões perversas na vida das mulheres e da sociedade. Tal construção dilacerou as relações comunais, tornando as mulheres desprotegidas em relação a violências, assim como acentuou a naturalização delas na condução de atividades domésticas, repercutindo em sobrecarga ainda mais acentuada quando possuem pessoas doentes necessitando de cuidados. Desse modo, um dos caminhos é a reconstrução dos vínculos fortes, das formas de viver comunitárias, dos afetos e relações que se opõem ao projeto individualista do capital (Segato, 2016).

MODELO DE FICHAS

TÍTULO	
DATA	
O QUE APRENDEU COM O TEXTO?	

ESTAÇÃO 2 – Passados que Marcam

ROTEIRO DE AÇÃO

1. **Objetivo:** Analisar a letra da canção ‘Mulheres de Atenas’ (Augusto Boal/Chico Buarque), escrita em 1976, e criar uma **estrofe-resposta** à canção propondo uma nova representação feminina.
2. **Apreciação da canção:** Ouçam a canção e analisem a letra.
3. **Leitura e interpretação da letra:** Leiam a letra e discutam a partir das questões norteadoras.

    - Como a mulher é descrita na canção?
    - O que está sendo valorizado nessas “mulheres de Atenas”?
    - Hoje em dia ainda existem mulheres que vivem como as “mulheres de Atenas”?

4. **Criar a estrofe-resposta:** Diante da história de luta das mulheres por liberdade e igualdade, construam uma estrofe em resposta à canção.

Mulheres de Atenas (Agusto Boal/Chico Buarque)

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Vivem pros seus maridos
Orgulho e raça de Atenas

Quando amadas, se perfumam
Se banham com leite, se arrumam
Suas melenas
Quando fustigadas não choram
Se ajoelham, pedem imploram
Mais duras penas; cadenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Sofrem pros seus maridos
Poder e força de Atenas

Quando eles embarcam soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas
E quando eles voltam, sedentos
Querem arrancar, violentos
Carícias plenas, obscenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Despem-se pros maridos
Bravos guerreiros de Atenas

Quando eles se entopem de vinho
Costumam buscar um carinho
De outras falenas
Mas no fim da noite, aos pedaços
Quase sempre voltam pros braços
De suas pequenas, Helenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Geram pros seus maridos
Os novos filhos de Atenas

Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito, nem qualidade
Têm medo apenas
Não tem sonhos, só tem presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas, morenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Temem por seus maridos
Heróis e amantes de Atenas

As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
Às suas novenas, serenas

Mirem-se no exemplo
Daquelas mulheres de Atenas
Secam por seus maridos
Orgulho e raça de Atenas.

MELENAS: cabelos compridos.
FUSTIGADAS: maltratadas.
CADENAS: correntes.
FALENAS: borboletas noturnas, também usado no sentido de prostitutas.
HELENAS - usada para definir as próprias mulheres de Atenas.
SIRENAS - o mesmo que sereias.

ESTAÇÃO 3 – Qual é o Lugar da Mulher?

ROTEIRO DE AÇÃO

1. **Objetivo:** Criar uma frase de impacto ou hashtag crítica inspirada pelos vídeos, para colar no mural final da oficina.
2. **Apreciação dos vídeos:** assistam aos dois vídeos e discutam a partir das seguintes perguntas norteadoras:

- Que situações são mostradas no vídeo ‘um sonho impossível’?
- Quais formas de violências e desigualdades são denunciadas no vídeo ‘um sonho impossível’?
- Como é retratado o papel feminino no vídeo “Day in the life of a Traditional Wife!”?
- No vídeo ‘Day in the life of a Traditional Wife!’ que elementos são usados para romantizar o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres? (roupas, falas, atitudes, estilo de vida)
- Que diferenças aparecem entre os dois vídeos na forma de representar as mulheres?
- Qual vídeo mais se aproxima da realidade das mulheres que você conhece?

3. **Criar uma frase de impacto ou hashtag crítica:** Diante do que discutiram se posicionem criando uma mensagem que resume o pensamento do grupo em relação à temática abordada nos vídeos.

UM SONHO IMPOSSÍVEL?
TÍTULO ORIGINAL: THE IMPOSSIBLE DREAM

Ano de Produção: 1983
Roteiro: Tina Jorgenson
Desenho e Direção: Dagmar Doubkova
Editora: Magda Sandersovao

O filme retrata o cotidiano de uma família que reproduz os papéis tradicionais de gênero e como isto afeta a vida destas pessoas através da naturalização das desigualdades e violências acometidas às mulheres.

DAY IN THE LIFE OF A TRADITIONAL WIFE #TRADWIFE
(UM DIA NA VIDA DE UMA ESPOSA TRADICIONAL)

Postado em 09 de março de 2023.
Canal: @esteewilliams

O vídeo apresenta o movimento conhecido como Tradwife, que ganhou visibilidade nas redes sociais e promove a valorização de um estilo de vida feminino baseado em papéis tradicionais de gênero.

ESTAÇÃO 4 – Quem Cuida?

ROTEIRO DE AÇÃO

1. Objetivo: Analisar dados estatísticos e desconstruir frases que naturalizam o trabalho de cuidado como uma função feminina.
2. Análise crítica das frases: Os alunos escolhem cinco frases populares entre as disponíveis.
3. Investigação com base nos dados: Com o apoio dos dados impressos na estação, o grupo deve buscar argumentos que desconstruam as frases escolhidas.
4. Produção da nova versão da frase: A partir da crítica feita, o grupo escreve uma nova versão da frase original, que revele a desigualdade e proponha uma reflexão ou transformação.
5. Compartilhamento: As frases reescritas serão coladas em um mural coletivo com o título: “Frases que já ouvimos. Realidades que precisamos mudar.”

Economia do cuidado: mulheres ganhariam mais R$ 834 por mês se fossem remuneradas por trabalho doméstico

Estimativa é do Instituto Locomotiva, que projeta que a remuneração seria equivalente a uma massa de rendimento anual de R$ 905 bilhões

Por Juliana Causin — São Paulo 12/03/2025 15h22

Se o trabalho doméstico fosse remunerado no Brasil, as mulheres ganhariam, em média, R$ 834 a mais por mês. O cálculo foi feito pelo Instituto Locomotiva com base em dados do IBGE. O levantamento estima que essa remuneração resultaria em uma massa de rendimento anual de R$ 905 bilhões. O valor foi calculado com base no tempo médio que mulheres brasileiras com 14 anos ou mais dedicam a atividades domésticas, como limpeza e preparo de refeições, segundo a edição das Estatísticas de Gênero do IBGE. De acordo com o instituto, elas passam, em média, 21,3 horas por semana nesses afazeres — o dobro do tempo dedicado pelos homens.

O cálculo tomou como referência o valor médio pago por hora ao trabalho doméstico remunerado no Brasil, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do quarto trimestre de 2024.

Medir o impacto econômico dessa atividade é como “acender uma luz numa sala escura”, diz o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles. Ele argumenta que, ao quantificar esse valor, a pesquisa evidencia que o trabalho doméstico não remunerado é uma atividade essencial para economia, mas que não é dividida de forma equilibrada: — Precisamos avançar para uma realidade onde cuidar da casa e da família seja visto como responsabilidade de todos, e não um "favor" ou algo excepcional quando realizado pelos homens — afirma Meirelles, que acrescenta que uma divisão mais justa do trabalho doméstico traria impacto positivo na economia ao liberar potencial produtivo das mulheres.

O tema costuma entrar em discussões que envolvem a equidade de gênero na economia. A Organização Mundial do Trabalho (OIT) estima que 748 milhões de pessoas no mundo estejam fora da força de trabalho formal devido a responsabilidades de cuidado. Dessas, 708 milhões são mulheres.

Percepção dos brasileiros

O Locomotiva também analisou a percepção dos brasileiros sobre a divisão do trabalho doméstico. Segundo o levantamento, nove em cada dez brasileiros concordam que as mulheres se preocupam mais do que os homens com a rotina de cuidados com a casa e os filhos. A mesma proporção (91%) também reconhece que as mulheres se sentem exaustas em razão do acúmulo de jornadas.

O levantamento aponta ainda que 85% das mulheres declaram ser as principais responsáveis pela organização da casa, enquanto apenas 54% dos homens dizem o mesmo. A disparidade se repete no preparo de refeições (81% das mulheres contra 52% dos homens), na faxina (79% contra 44%) e na lavagem de roupas (80% contra 42%).

A pesquisa ouviu 1,2 mil pessoas entre 7 e 20 de janeiro, em todas as regiões do país. Meirelles ressalta que a desigualdade do trabalho doméstico não remunerado é fruto de hábitos culturais e estruturais.

— Essa percepção cria uma situação injusta, onde as mulheres têm uma jornada dupla ou até tripla: trabalho fora, trabalho em casa, e planejamento mental constante das tarefas domésticas, o famoso "cansaço mental" — avalia ele. Para Meirelles, uma divisão mais equilibrada teria efeitos como mais renda disponível, maior consumo e até maior crescimento econômico.

https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/12/economia-do-cuidado-mulheres-ganhariam-r-834-por-mes-se-fossem-remuneradas-pelo-trabalho-domestico.ghtml

Frases que já ouvimos. Realidades que precisamos mudar

1. **“Mulher que é mulher cuida da casa.”**
   Dado: Segundo o IBGE (PNAD Contínua 2022), as mulheres dedicam **cerca de 21 horas semanais** aos afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam **cerca de 11 horas**.
   → **Questão:** O cuidado é uma obrigação natural ou uma construção social?

2. **“Mãe que é mãe dá conta de tudo sozinha.”**
   Dado: Cerca de 3 em cada 10 lares brasileiros, as mulheres são mãe solo. (IBGE, 2022).
   → **Questão**: Essa frase valoriza ou sobrecarrega a mulher?

3. **“Ela trabalha em casa, não tem emprego.”**
   Dado: Se o trabalho doméstico fosse remunerado no Brasil, as mulheres ganhariam, em média, R$ 834 a mais por mês. O cálculo foi feito pelo Instituto Locomotiva com base em dados do IBGE.
   → **Questão:** O que é trabalho e quem o reconhece?

4. **“Mulher tem mais jeito pra cuidar.”**
   Dado: Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 76% do trabalho de cuidado não remunerado é realizado por mulheres.
   → **Questão:** O “jeito” é uma escolha ou uma imposição?

5. **“Ela que cuida porque tem mais tempo.”**
   Dado: Mesmo quando trabalham fora em tempo integral, mulheres ainda acumulam dupla jornada (trabalho + cuidados), segundo o IPEA.
   → **Questão:** Tempo é uma questão de escolha ou de desigualdade?

6. **“Quem ama, cuida.”**
   Dado: **Cuidar é um trabalho –** Qualquer atividade que envolva o cuidado diário com pessoas, seja ele físico, emocional, psicológico ou de desenvolvimento, além das atividades indiretas que garantam as condições de vida, como tarefas domésticas, são consideradas trabalho de cuidado. (ONU mulheres)
   → **Questão:** Como a ideia de cuidar por amor contribui para a naturalização da sobrecarga feminina?

ESTAÇÃO 5 – Outras Histórias Possíveis

Objetivo: imaginar um novo objeto, espaço ou personagem que deveria ser incluído no museu para representar de forma mais plural, justa e diversa as experiências das mulheres na história local.

Ficha de Curadoria

Nome do Grupo:

Título do objeto ou exposição sugerida: *(Ex: Rede de Parteira, Painel das marisqueiras, Exposição das Mulheres do Bairro X...)*

Descrição do objeto ou exposição: *(O que é? De onde veio? O que representa?)*

Que mulher ou grupo representa? *(Profissão, papel na sociedade, contexto histórico...)*

Justificativa: *(Por que esse objeto deve estar no museu? Que história ele ajuda a contar?)*

Representação visual (desenho ou colagem): *(Espaço reservado para os alunos desenharem ou colarem imagem)*

ROTEIRO 4:

Indígenas invisíveis: um caso para investigar!

ORIENTAÇÕES PARA O PROFESSOR!

Público-alvo: 8º e 9º anos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Duração: 100 minutos.

Número de participantes: Até 35 estudantes, organizados em grupos pequenos de 3 a 5 alunos.

Atividade anterior: visita ao Museu José Elviro.

Antes da investigação em sala, os alunos são convidados a refletir sobre a visita do Museu José Elviro, observando a ausência de objetos, documentos ou menções a povos indígenas no acervo. O professor pode provocar com perguntas como: *"Onde estão os indígenas no museu?"* ou *"Será que é possível contar a história de Macau sem falar dos primeiros habitantes desta terra?"*. A partir dessa lacuna no acervo, os alunos são desafiados a investigar os povos indígenas como personagens invisibilizados da história local, buscando fontes que revelem suas existências, modos de vida e resistências.

Descrição da Atividade:

Esta atividade simula uma investigação de um detetive. No caso dos indígenas invisíveis, os grupos recebem as pistas que irão compor, em uma cartolina, um painel estilo detetive, com barbantes que conectam as evidências, registros, imagens, testemunhos e mapas. No centro, uma imagem da sombra de um rosto com uma interrogação, como se fosse a peça-chave a ser desvendada. A partir da investigação das pistas, os alunos preenchem a ficha investigativa e revelam quem eram os indígenas que estavam invisíveis.

Objetivos da atividade:

O objetivo fundamental desta atividade é fazer com que os alunos entendam a importância das fontes históricas para a interpretação do passado e como a ausência ou insuficiência das fontes pode prejudicar a nossa compreensão sobre os eventos e sujeitos históricos.

Outros objetivos são compreender como a narrativa oficial contribuiu para o estigma, o racismo e a invisibilização dos povos originários e investigar o modo de vida, as tradições culturais, as formas de organização e resistência dos povos Janduís. E explicar por que esses povos habitavam historicamente a região, reconhecendo sua presença como originária e anterior à colonização.

Conteúdos:

Os conteúdos são mobilizados a partir de uma perspectiva decolonial. O contexto histórico da colonização do Brasil é explorado com destaque para os povos Janduís. Os alunos conhecerão aspectos da sua organização social, modo de vida,

espiritualidade, relações com a natureza e estratégias de resistência. Dentre os conteúdos procedimentais estão a leitura, interpretação e análise de fontes históricas, além de refletir sobre as narrativas que silenciam ou sentenciam a presença indígena na história do Rio Grande do Norte. A partir da investigação das fontes, os alunos refletem sobre como os indígenas foram historicamente retratados como violentos ou inimigos da civilização, o que contribuiu para o apagamento identitário e a negação de direitos até os dias atuais. Os conteúdos atitudinais referem-se ao reconhecimento e valorização dos povos indígenas na história local, na cultura e na formação da identidade potiguar.

Estratégias didáticas:

ETAPA 1 - Retomada da visita ao Museu José Elviro e problematização inicial.

O professor inicia a atividade convidando os alunos a refletirem sobre a visita ao Museu José Elviro: “Durante a visita ao museu, vocês encontraram alguma referência aos povos indígenas?”; “Se o museu é um espaço de memória, por que será que a história dos povos originários não está lá?”. Essa reflexão inicial serve como gatilho para a percepção da invisibilidade indígena na história local e prepara o terreno para a investigação.

ETAPA 2 – Apresentação da proposta investigativa

A atividade é uma investigação que pretende ser desafiadora. Portanto, o professor pode conduzir a apresentação de forma provocativa, com ar de mistério, levantando questões como: quem eram os indígenas que habitaram este território no passado? Como eles viviam? O que enfrentaram? Eles desapareceram? Se sim, por que desapareceram?

Essas perguntas devem suscitar uma discussão sobre memória e silenciamento histórico, além de identidade e pertencimento. Este é um espaço importante também para dialogarmos sobre o racismo, uma pergunta interessante seria: por que será que, mesmo os povos indígenas sendo os primeiros habitantes da nossa terra, a escola quase nunca nos ensinou sobre sua cultura, suas formas de organização e suas lutas?

ETAPA 3 – Formação dos grupos e entrega do material

Em seguida, formam-se grupos que recebem uma caixa, dentro dela uma cartolina com o nome “indígenas invisíveis: um caso a investigar”, a sombra de um rosto com uma interrogação, barbante vermelho, registros, depoimentos, mapas, textos e imagens que serão as pistas a serem investigadas e, ainda, uma ficha de investigação a ser preenchida.

ETAPA 4 – Investigação e montagem do painel

O professor segue com a orientação da atividade, os alunos terão que montar o painel investigativo, investigar as pistas, preencher a ficha e desvendar o mistério de quem eram esses indígenas.

ETAPA 5 – Socialização dos resultados por eixos temáticos

No compartilhamento dos resultados da investigação, o professor vai dividir os grupos por temáticas. As temáticas podem ser: localização, modos de vida, tecnologias, desafios, alianças e resistências.

ETAPA 6 – Fechamento reflexivo

Para concluir, o professor retoma as perguntas iniciais e propõe: “Se vocês pudessem incluir um objeto no museu para contar a história dos povos indígenas da nossa região, qual seria?” Essa questão pode gerar um novo momento de criação, como sugestão de exposições, objetos simbólicos ou personagens invisibilizados, compondo um mural final com o título *“O que o museu ainda não contou sobre os povos indígenas”*.

FICHA INVESTIGATIVA

Nome:

Significado do nome:

Grupo étnico:

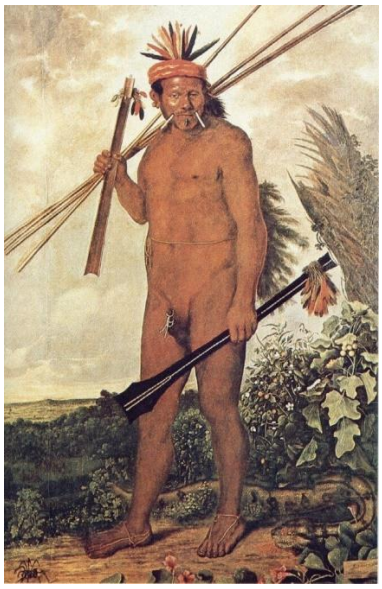
Região que habitavam:

Língua falada:

Com base nas pistas encontradas, produzam um texto sobre os aspectos da vida desse povo, levando em consideração as perguntas norteadoras:

1. Quais objetos estão presentes no Museu José Elviro e fazem parte do cotidiano dos indígenas?
2. Como era a vida antes da chegada dos colonizadores?
3. O que mudou com a colonização? (invasão, conflitos, deslocamentos, imposições culturais e religiosas)
4. Como estes indígenas foram retratados na História oficial?
5. Quais violências enfrentaram?
6. Como resistiram ou se reinventaram?
7. Levante possíveis hipóteses sobre o “desaparecimento” dos indígenas no Rio Grande do Norte.

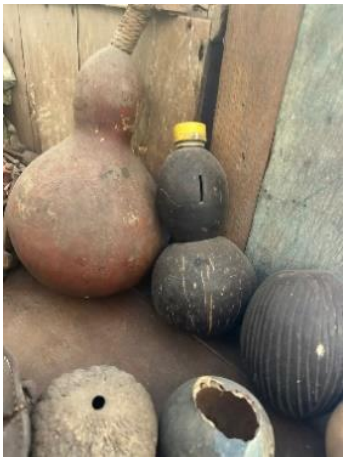
PISTAS



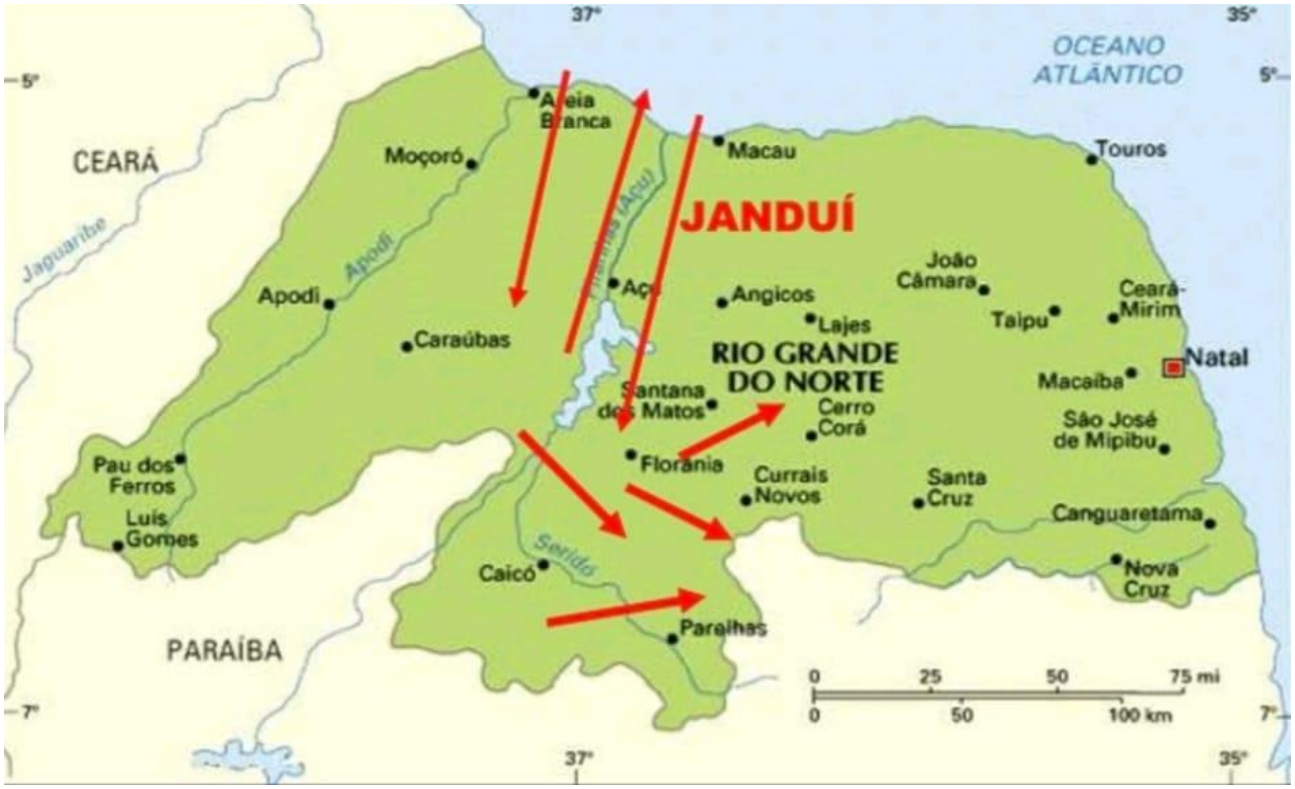
***Homem Tapuia* – Eckhout**

***Índia Tarairiu (Tapuia), 1641* Eckhout**

O Balaio é um cesto feito a partir do trançado de variadas fibras naturais. Possui uma grande boca e pode ter alças. Utilizado para colocar e transportar frutas, peixes, milho e diferentes objetos.



A cabaça é um utensílio tradicional feito a partir do fruto seco da planta conhecida como cabaçeira. Após ser colhida, a cabaça é esvaziada e deixada para secar ao sol, adquirindo uma casca rígida e resistente. Entre os povos indígenas, ela é amplamente utilizada para armazenar água, sementes, alimentos, mel ou até mesmo como cuias para beber líquidos.



ALIANÇA COM OS HOLANDESES

"em 2 de outubro de 1631, um índio chamado Marcial (ou Marciliano) apresentou-se na sede dos holandeses, em Recife, dizendo-se enviado do Rei Janduí (talvez se chamasse Drarug, o rei da tribo Janduí, do vale do Açu), propondo uma aliança e convidando-os para conhecerem aquelas terras, 'em nome das tribos inimigas dos portugueses'. Passados apenas 10 dias da visita do tapuia Marcial, foi mandada uma expedição ao Rio Grande (do Norte), para reconhecer o apoio dos índios e descobrir os recursos da região. Esta expedição foi capitaneada por Albert Smient, o homem que fundou a huys der Woestyne (Casa do Deserto), na salina pequena, à distância de apenas 1 quilômetro do mar...', no antigo Rio Guamaré" (Moura, 2003)

Os Mártires de Cunhaú e Uruaçu

Por Prof. Dr. Lenin Campos Soares

“a capelinha ficou repleta. Os colonos (…) não tinham o direito de usar armas defensivas. Compareceram deixando à porta seus bastões e varapaus. O padre André de Soveral, paulista de São Vicente, com 75 anos de idade, iniciou a missa. Estava desde 1610 na capitania e fora jesuíta. Súbito, a um sinal dado de Rabbi, os Janduís entraram de roldão, tumultuosamente guinchando de alegria. E matam setenta pessoas. Soveral foi um dos primeiros a cair, apunhalado por Jererera, filho do chefe Nhanduí”.

Acrescenta Olavo de Medeiros Filho que os cadáveres foram comidos pelos indígenas e suas casas pilhadas pelos holandeses. Câmara Cascudo acrescenta no História da Cidade do Natal que os portugueses foram trucidados de joelhos. O cronista holandês, Nieuhof informa no entanto que as vítimas foram apenas trinta e sete e não setenta.

O conflito, apesar de ser interpretado hoje como de fundo religioso, por isso o conceito de mártires, ele está muito mais associado com as lutas indígenas de recuperação do seu território. Os janduís atacam a população portuguesa que ocupa uma região, ao sul da capitania, que antes lhe pertencia. O apoio holandês existe, mas é uma pauta indígena, sem sombra de dúvida. Apesar do judaísmo de Rabbi e do paganismo janduí não é uma perseguição aos cristãos que se dá aqui, afinal os holandeses também são cristãos, protestantes, mas cristãos; é uma perseguição aos primeiros colonos oriundos de Portugal. E este conflito, obviamente, causa resposta portuguesa. Ao fim do ano de 1645, João Barbosa Pinto organiza uma tropa, vinda da Paraíba, e retoma Cunhaú, matando os indígenas que ocuparam as terras do engenho.

Quem Eram Os Tarairiú

Por Prof. Dr. Lenin Campos Soares

Estes indígenas habitavam o sertão do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e autodenominavam-se Otshicayaynoe. Estavam incluídos no grande grupo conhecido por Tapuias, “aqueles de língua travada”, que era como os nativos tupis denominavam aqueles que eram de grupos linguísticos diferentes dos seus. Os tarairiú estavam divididos em várias tribos. Os cronistas coloniais citam: janduís, ariús ou pegas, sucurus, canindés, jenipapos, paiacus, panatis, javós, camaçus, tucurijus, arariús e coremas. Porém, habitantes do sertão, mudavam constantemente de moradia, vivendo uma vida nômade. Habitavam o litoral, entre novembro e janeiro, aproveitando-se da safra de caju, depois retornavam as suas aldeias, não sem antes atear fogo ao seu acampamento de verão, preferindo viajar sempre de dia. Construíam suas casas em forma de V invertido, usando ramos de árvore, em especial a carnaúba, no centro de suas aldeias construíam grandes fogueiras. É interessante que eles levavam consigo de sua aldeia no sertão até o acampamento de verão e depois retornavam, dois troncos de árvore (provavelmente carnaúba, que chamavam corraveara) que eram chantados na frente da tenda que habitava o príncipe dos tarairiú. Estes eram carregados pelos homens adultos durante todo o trajeto, as armas, bagagens e mantimentos eram carregados por mulheres e crianças.

Janduí: o primeiro rei do sertão

POR Túlio Madson - 16/08/2012

Os “Janduís”, como ficaram conhecidos os comandos de Janduí, converteram-se rapidamente na principal, e mais temida, tribo Tarairiú (que por sua vez pertenciam a etnia tapuia). Os Tarairiús eram índios de pele clara, tinham a aparência semelhante a algumas tribos que habitavam antigamente a Sibéria (yukaghires e kamachadales), os homens eram altos e possuíam a mesma “cabeça chata” herdada posteriormente por grande parte dos sertanejos nordestinos. Dizia-se que um Tarairiú podia com um único golpe de sua clava partir o inimigo ao meio. Para se tornar um Tarairiú respeitado era necessário matar muitos inimigos, inimigos estes que eram posteriormente devorados pela tribo, sua ferocidade e crueldade eram temidas até por seus aliados holandeses.

Enquanto os Potiguares (que eram tupis) habitavam o litoral, farto em recursos, os Tarairiús (e os tapuias em geral) dominavam o árido sertão. O clima severo deu-lhes robustez, compensando em força, destreza e vitalidade, a inferioridade técnica perante os portugueses. Posteriormente os Janduís vieram a adquirir com os holandeses os armamentos e técnicas europeias, tornando-se exímios cavaleiros (e

também ladrões de cavalos) além de habilidosos mosqueteiros, fabricando, inclusive, sua própria pólvora com ingredientes locais.

Após a expulsão dos holandeses os Tarairiús, principalmente os Janduís, se rebelaram contra os portugueses na chamada “Guerra dos Bárbaros”, ou ainda “Guerra do Açu”, ofereceram uma resistência tão forte e tenaz que os colonos portugueses da antiga capitania tiveram de pedir ajuda a Coroa, por fim, depois de muitas baixas para ambos os lados, foram derrotados, nas margens do rio Seridó, pelas tropas paulistas comandadas por Domingos Jorge Velho, a repartição de suas terras entre os colonos propiciou a efetiva colonização do Seridó e do sertão potiguar.

INFLUÊNCIAS INDÍGENAS NA CULTURA DA REGIÃO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE E COMUNIDADES REMANESCENTES

M. J. M. Silva1 e F. R. Puff2 E-mail: Myria_silva@hotmail.com1 ; Flávio.puff@ifrn.edu.com 2

Após a guerra dos Bárbaros, os índios teriam sido dizimados do interior. As terras por onde andavam deram lugar a fazendas destinadas a criação de gado e, em alguns casos, a pequenas manchas urbanas, as povoações e vilas, origens das atuais cidades sertanejas. Em exceção de alguns contingentes que foram poupados do extermínio físico, mas aldeados em missões religiosas, o restante dos índios teria, de fato, sido expurgado da então Capitania do Rio Grande. MACÊDO, helter (2003). Devido à escassez de documentos históricos sobre as comunidades indígenas presentes no Rio Grande do Norte, não como se realizar um apanhado sobre tais comunidades na região. Os motivos que se podem dar a cerca da falta de documentos que oficializem a presença dos povos indígenas na região é em parte, o extermínio desregulado das populações, ocasionando a perda de remanescentes que repassassem a cultura e a história dos povos, a miscigenação da pouca população que conseguiu resistir, ocasionando a perda de identidade indígena, bem como o descaso por parte das autoridades, historiadores e antropólogos que não se empenham em resgatar a história dos povos que fizeram parte do contexto histórico regional.

REFERÊNCIAS

ANTÕNIO, Lívia Guida. **Economia do cuidado: o trabalho não remunerado das mulheres.** Disponível em: **https://www.politize.com.br/economia-do-cuidado/.** Acesso em 21 de março de 2025.

CAUSIN, Juliana. **Economia do cuidado: mulheres ganhariam mais R$ 834 por mês se fossem remuneradas por trabalho doméstico.** Disponível em: **https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/12/economia-do-cuidado-mulheres-ganhariam-r-834-por-mes-se-fossem-remuneradas-pelo-trabalho-domestico.ghtml.** Acesso em 21 de março de 2025.

COSTA, Cecília Maria Valter. **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo.** Disponível em: **https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XCGYxbRQmzYHCnvVDwpHYrr/?format=pdf&lang=pt.** Acesso em 21 de março de 2025.

DANTAS, Aledson Manoel da Silva**. A enxada e a chibanca: a experiência de organização dos operários salineiros no Rio Grande do Norte (1920-1964).** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/resources/anais/13/anpuh-rj-erh2022/1658187109_ARQUIVO_e52a4dc214192fe92a97086627f6819a.pdf Acesso em: 25 de novembro de 2024.

Estudo aponta desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14024-estudo-aponta-desigualdade-de-genero-no-trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado-no-brasil. Acesso em 21 de março de 2025.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Construindo outra História: do silêncio às múltiplas vozes indígenas no Rio Grande do Norte.** Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_a85e687df64b980e0d5831f7c28f3515.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2025.

MADSON, Túlio (Comp.). **Janduí: o primeiro rei do Sertão.** 2012. Disponível em: https://cartapotiguar.com.br/2012/08/16/jandui-o-primeiro-rei-do-sertao/>. Acesso em: 12 de abril de 2025

MOURA, Getúlio. **Um Rio Grande e Macau: cronologia da História Geral.** Natal: ICEC/ Imperial Editora Casa da Casqueira, 2003.

MONTELEONE, Joana de Moraes**. "Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920) ".** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza#:~:text=Em%202022%2C%20enquanto%20as%20mulheres,tarefas%20do%20que%20as%20brancas. Acesso em: 12 de abril de 2025.

No Dia Internacional do Cuidado e Apoio, entenda a importância desse trabalho para a sustentação da sociedade. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/no-dia-internacional-do-cuidado-e-apoio-entenda-o-a-importancia-papel-desse-trabalho-para-a-sustentacao-da-sociedade/. Acesso em 21 de março de 2025.

SEMENSATO, Marina. **Censo: mulheres chefiam quase metade dos lares brasileiros; 3 em cada 10 são mães solo.** Disponível em: https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2024-10-25/censo-2022-mulheres-chefiam-metade-lares-brasileiros-mae-solo.html. Acesso em 21 de março de 2025.

SILVA, M. J. M.; PUFF, F. R. **Influências indígenas na cultura da região Oeste do Rio Grande do Norte e comunidades remanescentes**. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ocs/index.php/congic/ix/paper/viewFile/1101/222. Acesso em 10 de abril de 2025.

SOARES, Lenin Campos. **Quem Eram Os Tarairiú?.** Disponível em: https://www.nataldasantigas.com.br/blog/tarairiu-aparencia-e-aldeias?rq=JANDU%C3%8D. Acesso em 12 de abril de 2025.

SOARES, Lenin Campos. **Os Mártires de Cunhaú e Uruaçu**. Disponível em: https://www.nataldasantigas.com.br/blog/martires-de-cunhau-e-uruacu?rq=JANDU%C3%8D. Acesso em: 12 de abril de 2025.

APÊNDICE A – A cruz alma de milagre

A cruz alma de milagre

A "Cruz do Milagre", também conhecida como "Alma do Milagre", é um objeto religioso de valor simbólico e histórico para a cidade de Macau (RN). A cruz, feita de madeira rústica, possui os dizeres “ALMA DO MILAGRE” e hoje integra o acervo do Museu José Elviro, preservando a memória popular da região.

Segundo relatos da tradição oral, essa cruz tem origem na romaria de Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da cidade. Conta-se que, durante uma dessas peregrinações, os romeiros vindos do Porto do Rosado trouxeram consigo uma cruz que afirmavam que obrava milagres. O Monsenhor Honório teria dito aos romeiros que não era a cruz quem obrava o milagre, e sim Deus e a fé.

Atualmente, a Cruz do Milagre permanece exposta no Museu José Elviro, ela passou a ser um símbolo da devoção popular e da força das crenças religiosas da comunidade, representando a espiritualidade e a tradição dos romeiros que peregrinam com esperança. Sua preservação contribui para manter viva a identidade cultural de Macau e reforça o papel da fé na construção da memória coletiva do povo macauense.

Referências

Fonte oral: O cuidador do Museu José Elviro, senhor Gilson Barbosa.

Componentes: [redacted]

APÊNDICE B – Cabaça

Cabaça

(Objeto feito a partir do fruto)

Foi uma das primeiras plantas cultivadas no mundo, não apenas para uso na alimentação, mas também como recipiente para armazenar água. Acredita-se que tenha sido levada da África para a Ásia, Europa e América durante as migrações humanas ou por meio de sementes que flutuaram pelos oceanos dentro das próprias cabaças. Esse fruto representa um símbolo de união dos povos negros no mundo, sendo amplamente utilizado como ferramenta no cotidiano, tanto na África quanto nas Américas e na Índia. Além disso, os objetos produzidos a partir da cabaça são vistos como um emblema marcante da sociedade africana, destacando-se como elemento fundamental no desenvolvimento da região.

No Brasil, ela está presente na casa e no trabalho das populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, em diferentes brincadeiras, festejos, expressões musicais, rituais religiosos, artesanato tradicional e urbano.

No Nordeste, das mesmas cabaças que armazenam e transportam água pelo sertão, cortam-se cuias que são usadas nas feiras como unidade de medida para pesar, comprar e vender itens como farinha e tapioca.

No contexto da História Local, nas salinas artesanais na década de 1930 "as ferramentas de um salineiro eram a enxada, a pá e a chibanca. Os seus utensílios de sobrevivência eram uma cabaça com água, uma rede para dormir e uma panela de cozinhar" (MOURA, 2004).

REFERÊNCIAS:

MOURA, Getúlio. **Um Rio Grande e Macau.** Natal/RN, 2003.

BRASIL Ministério da Cultura. **Da Cabaça, o Brasil : natureza, cultura e diversidade.** Portal da Cultura, Brasília, 5 abr. 2005. Disponível em: https://icfg.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Da-Caba%C3%A7a-o-Brasil-site.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2024.

ALUNAS: [redacted]

APÊNDICE C – Cadeira de parto

CADEIRA DE PARTO

Cadeira de parto, um objeto de madeira com design funcional utilizado historicamente para facilitar o trabalho de parto.

Fórceps, um instrumento cirúrgico, nesse caso de ferro, utilizado para auxiliar no parto e facilitar a passagem da cabeça do bebê pelo canal vaginal quando há necessidade.

Contexto histórico:
A cadeira obstétrica, uma das pioneiras e importante para o parto, foi utilizada desde os anos mais antigos. Sua representação é atrelada ao parto, demonstrando a evolução das práticas obstétricas. A busca por conforto e segurança para as parturientes simboliza as necessidades das mulheres durante o parto e como a sociedade tratou os cuidados femininos para a maternidade e a saúde.

História Local:
No contexto histórico local, essas cadeiras eram usadas principalmente em ambientes domésticos e por parteiras, que desempenhavam um papel central no atendimento ao parto antes da medicalização desse processo. Com o avanço da medicina, as cadeiras de parto começaram a cair em desuso, sendo substituídas por práticas hospitalares, camas obstétricas e outros equipamentos modernos.
O atendimento obstétrico em Macau foi abalado em 2015 com o fechamento da Maternidade José Varela. As mães não podem mais ter seus filhos de parto normal na cidade, ao entrarem em trabalho de parto são transferidas para outras cidades o que é um risco para as vidas as mães e seus filhos.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Emerson Godoi Cordeiro. **O parto na antiguidade.** Disponível em: https://www.nucleobemnascer.com/noticia/o-parto-na-antiguidade#:~:text=Os%20partos%20eram%20domiciliares%20e,confort%C3%A1vel%20foi%20criado%20pelo%20Dr. Acesso em 25 de novembro de 2024.

ALUNOS: G[redacted]

APÊNDICE D – Correntes e algemas

CORRENTES E ALGEMAS

No museu da nossa cidade, as correntes e algemas expostas são mais que objetos históricos; elas são testemunhas silenciosas de um passado marcado por dor, resistência e luta.

No livro 'Um Rio Grande e Macau', o autor Getúlio Moura fala de uma escritura de venda de 1797 que consta a Ilha de Macau e outras terras e tudo que consta nelas, inclusive escravizados entregues a um administrador para o trabalho nas salinas.

"Seus nomes, batizados pelos portugueses: João Francisco, Antônio Viegas, Custódia, Antônio José, Antônio Cabra, Pedro, Bento, Manuel Benedito, André, Manuel Raposo, Joaquim, Manuel, Francisco, Caetano e Belchior. Nas fazendas existiam muito mais".

Em 1883, Macau teria 3.755 habitantes livres e 186 escravizados. Nesse período, o movimento abolicionista já tinha crescido e em Macau a liberdade já batia na porta.

No final de 1887, teria sido publicado um edital convocando os escravizados para serem matriculados e libertos, também foram alertados os senhores de escravos que deveriam conceder alforria a todos os seus escravizados.

"Às 4 horas do dia 5 de fevereiro de 1888, foi instalada a "Libertadora Macauense", onde reuniram-se os abolicionistas de Macau, com discursos e festa. Falava-se, inclusive, que Macau seria considerada liberta até 25 de março de 1888".

As correntes no museu nos lembram que não devemos esquecer a história. Elas são um convite à reflexão sobre as injustiças do passado e seus reflexos no presente, reafirmando a importância de valorizar a memória e os esforços de resistência daqueles que, mesmo em condições adversas, sonharam e lutaram por liberdade.

REFERÊNCIAS

- MOURA, Getúlio. **Um Rio Grande e Macau.** Natal/RN, 2005.

ALUNOS: [redacted]

APÊNDICE E – Caneleira de ferro

CANELEIRAS DE FERRO

As caneleiras de ferro, frequentemente associadas a grilhões e correntes, eram utilizadas como objeto de tortura para dificultar a movimentação das pernas dos escravos altos e fortes impossibilitando assim as fugas, também funcionavam como castigo, infligindo dor e desconforto constantes, eram um símbolo de dominação, reforçando o status de propriedade dos escravizados.

Contexto histórico:
A escravidão no Brasil durou mais de três séculos, começando no século XVI e terminando em 1888 com a assinatura da Lei Áurea. Durante esse período histórico, diversos instrumentos de tortura foram utilizados. Esse cenário evidencia não apenas a brutalidade do sistema escravista, mas também a incessante luta e resistência dos negros escravizados, que buscavam preservar sua dignidade, cultura e liberdade, mesmo diante de condições desumanas. O racismo estrutural que persiste até hoje em nossa sociedade é um legado desse período, refletindo a continuidade das desigualdades geradas pela escravidão e pela exclusão sistemática dos afrodescendentes ao longo da história.

História Local:
"A exploração do sal na região data do período colonial. No território que hoje se encontra a cidade de Macau, mais especificamente, na ocupação mais antiga, a "Ilha de Manoel Gonçalves", há a indicação da atuação contínua de escravizados na fabricação de sal, atividade que também era realizada por indivíduos livres: "habitantes destas" que "são pescadores e lavradores de sal" (TRINDADE, 2016, p. 27-56). Essa indicação é confirmada em notícias publicadas no jornal O Macauense. Em uma delas, de comemoração da Abolição da escravatura, de 1888, o articulista afirma que "esses pretos aqui se achavam nos serviços das salinas, tendo vindo em barcaças do sul, assim a modo de fugitivos ou enviados extraordinários e aqui conhecidos pelo nome de Abacaxis". Esse trecho confirma a presença de escravizados afrodescendentes na região". (DANTAS, 2022)

REFERÊNCIAS

DANTAS, Aledson Manoel da Silva. **A enxada e a chibanca: a experiência de organização dos operários salineiros no Rio Grande do Norte (1920-1964).** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2022. Disponível em:https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/resources/anais/13/anpuhrjerh2022/1658187109_ARQUIVO_e52a4dc214192fe92a97086627f6819a.pdf. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

ALUNOS: [redacted]

APÊNDICE F – Balaio

BALAIO

Substantivo masculino. Cesto feito a partir do trançado de variadas fibras naturais. Possui uma grande boca e pode ter alças. Utilizado para colocar e transportar frutas, peixes, milho e diferentes objetos.

Função:
Transporte e armazenamento de mantimentos e mercadorias. Era usado para transportar frutas, verduras, pão, aves, peixe, postas de carne, entre outros. O balaio era carregado na cabeça, nos ombros ou com o auxílio de um calão, um caibro fino. Com o passar do tempo, o balaio foi perdendo o seu uso para guardar e carregar coisas, mas voltou a ser usado para decorar e organizar a casa.

História Local:
"O balaio era carregado por duas pessoas. Ele ficava pendurado num pau, uma pessoa ia na frente e outra ia atrás. Quando tava botando o sal, no balaio, com mais de 60 kg, cada indivíduo era quem queria botar mais rápido, ai, caia em cima daquelas pranchas, se arrasava todo... Ah! Meu amigo, aquilo é vida pro cão, agora tudo aquilo, mal dormido, mal comido, desassossegado. O balaio feria a gente. Quem ia trabalhando na frente do balaio o calão ficava roçando a gente, a pessoa de trás não sofria menos. Se quebrasse o 'cacule' o conferente não aceitava aquele balaio. O balaio tem que ser 'calculado'; então, cai pedra de sal em cima do ombro, quando o calão bate, fura. Ai o manejo da pessoa correndo, aprofundava a ferida. O magnésio da sal comia o ombro da gente".
(Relato de um operário das salinas tradicionais transcrito por FERNANDES, 1995, p.59)

Extração artesanal de sal no município de Macau-RN na década de 1950.

Pescadores de Diogo Lopes utilizando o Balaio.
Facebook Belezas "Diogo Lopes", 2018.

REFERÊNCIAS
CARMO JÚNIOR, João Batista. **Geografia da dominação**. Um estudo sobre a organização da terra do sal (Macau-RN). Natal, 2006.
LODY, Raul. **Barro & Balaio** - Dicionário do Artesanato Popular Brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2013.

ALUNAS: Kay[redacted]

APÊNDICE G – Pilão de madeira

Pilão de madeira

O pilão tem sua origem árabe, foi na África que ganhou afirmação, chegando ao Brasil no período colonial, trazido pelos negros. Trata-se de um utensílio doméstico, de madeira, fixado ou não ao chão, muito utilizado nas nossas casas, com formatos variados, seja arredondado, quadrado, ao meio há um espécie de buraco.
Nele se depositava o alimento ou ingredientes para ser triturado com ajuda de outro elemento integrador deste artefato: a mão de pilão; o ato para este movimento pode ser feito com uma ou mais pessoas, conforme o tamanho deste.

Chegou ao Brasil, junto com os navios negreiros. Troncos de madeiras duras – peroba, guatambu, gameleira, limoeiro, maçaranduba – eram escavados no fogo, para trabalhar milho e farinha de mandioca, de início, e café, na sequência. Uma das imagens mais comuns da vida cotidiana africana é uma mulher socando comida em um pilão de madeira.

Tradicionalmente, são usados dois tipos de pilões nas cozinhas brasileiras: um pequeno para macerar temperos (alhos, pimentas do reino e cominho), ervas para cataplasma (pasta medicinal) e especiarias para doce de espécie, feitos de madeira, pedra, mármore ou ferro; e um grande para socar, sobretudo, milho, urucum, farinha, arroz e café, Esses eram feitos de madeira rija, talhados numa peça só, de uma boca ou duas, um pilão feito de madeira de Pequi tem vida útil capaz de passar de geração à geração. A mão de pilão, usada para socar era feita das sobras dessas madeiras duras (Corrêa et. al., 2018).

Os utensílios usados na culinária brasileira refletem a formação do povo e de sua cultura, ajudando a entender o que e por que se come ao longo da história. Pilões pequenos são comuns nas cozinhas brasileiras, enquanto os maiores ainda estão presentes no interior, representando um Brasil que valorizava sua comida sem perceber que criava tradição.

REFERÊNCIAS:

CORRÊA, L. A.; NETO, L. G. "Pé de pilão, carne seca com feijão": memória e uso desse utensílio brasileiro, o pilão. In: Encontro de Gastronomia, Cultura e Memória, 1., 2018, Rio de Janeiro, Anais [...]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. p. 30-32.

ALUNOS: [redacted]

APÊNDICE H – A máquina de costura

A máquina de costura

As máquinas de costura que se disseminaram ao longo do século XIX possibilitaram o desenvolvimento e a transformação de uma velha profissão feminina: a de costureira. Em muitos casos, as mulheres podiam costurar para fora e permanecer em casa, complementando a renda familiar enquanto faziam trabalhos de costura. O trabalho feminino mudou de maneira radical com o advento das empresas capitalistas no século XIX, e se tornou cada vez mais complexo.

Isso nos faz lembrar que, na década de 1960, em várias cidade do Brasil e em Macau existia o clube das mães, uma instituição que oferecia cursos de capacitação profissional e ações de sustentabilidade para pessoas em situação de vulnerabilidade. Entre esses cursos, estava o de costureira, com isso, Houve a possibilidade das mães trabalharem sem sair de casa. Poder ter uma renda extra e ainda poder cuidar dos filhos.

Costureiras de Macau; **MARIA** DA AV.D, **MARLENE** DA RUA DO REL, **EDINIRA** RUA TENENTE VITOR, **DORINHA** RUA PORTO DA PESCARIA, **LUIZA** RUA DA CAIXA, **ELIETE** DO LADO DO BAR DO GIL.

Referências

MONTELEONE, Joana de Moraes. **"Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920) ".** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

SANTIAGO, Idalina; OLIVEIRA, Marília; ANDRADE, Helena. **Movimento comunitário dos Clubes das Mães em Campina Grande: recorte de gênero e democracia.** Revista Ártemis VOL.10, JUN 2009, pág.34-44.

Componentes

[redacted]

APÊNDICE I – Tina de ferro

Tina de ferro

(Alunos: ~~Allana, Erivan e Matheus~~)

A tina de ferro era usada principalmente para transporte ou armazenamento de sal nas Salinas. Especificamente, na coleta e transporte interno. Após a colheita do sal nos tanques de cristalização, as tinas de ferro serviam para transportar o sal bruto até os locais de armazenamento ou processamento.

E no armazenamento temporário, elas também podiam ser usadas para depositar o sal em depósitos antes da comercialização.

História Local: " Além dos balaios, utilizou-se carros-de-mão, vagões sobre trilhos de ferro, também tracionados por força humana e tinas de ferro que eram içadas por guindastes no transbordo do sal, já no final da década de 1960" (MOURA, 2005). Nesse período, a mecanização das salinas gerou enorme desemprego entre os salineiros que chegaram a comparar a máquina colhedeira a demônios e enfrentaram, junto de suas famílias, um período de extrema pobreza.

REFERÊNCIAS

MOURA, Getúlio. **Um Rio Grande e Macau.** – Natal/RN, 2005.

APÊNDICE J – O alto falante

O alto falante

A primeira amplificadora foi instalada pela prefeitura, na década de 1940 sendo as AM salinas (1.520) e seis FM's comunitárias: camapum (96.1), litoral (105.1) FM 98 (98.9), cidade (99.9), liberdade (107.1) é boas novas (103.1). A principal rádio era localizada em frente à Igreja Matriz na Praça Monsenhor Honório, que foi nomeada coluna da hora; fez o chamamento dos macauenses para a segunda guerra mundial. Hoje em dia a boca de ferro está guardada no museu da cidade José elviro.

Ate o surgimento das rádios, os meios de comunicação mais viável e mais rápidos em massa era os alto-falantes algumas memórias desta época estão com locutor Francisco Bezerra da Silva como mais conhecido (Chico de Paula) que há mais de 30 anos divulgava eventos, recados populares, músicas, notícias oficiais, óbitos ocorridos em Macau e no Vale do Assú.

A amplificadora continua ativa, localizada na travessia 15 de Novembro. Mesmo após a instalação AM e seis FM's na cidade com a programação "campeões da audiência" que vai ao ar na boca de ferro no mercado público aos sábados das 11:20 às 12:50 e das 17 às 18:50 horas tico de Paula nasceu em 19 de abril de 1947 em Macaiba chegou em Macau aos seis anos de idade e trabalhou como muitas coisas até conhecer o estúdio de "Piauí" um amante dá rádio função, em Macau, Chico passou a auxiliar como controlista e seus primeiros trabalho profissional foi na campanha eleitoral de Monsenhor walfredo Gurgel para Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

Moura, Getúlio. Um Rio Grande e Macau, 2004

COMPONENTES

[redacted];
[redacted]nda;
[redacted]e;

APÊNDICE K – Ferro de passar

Ferro de Passar

O Ferro de Passar surgiu na China no século V, onde panelas metálicas cheias de brasa eram usadas para alisar tecidos. Este desenvolvimento ocorreu em um contexto de avanço tecnológico, com a crescente necessidade de melhorar a apresentação das roupas. A invenção do ferro elétrico no século XIX pelo norte-americano Henry W. Seely marcou um salto significativo.

O Ferro de passar se tornou um símbolo símbolo trabalho de cuidado da mulher devido à divisão tradicional de tarefas domésticas, onde as mulheres eram responsáveis por atividades como passar roupas. O cuidar das roupas implicava num sem-número de atividades diárias bastante extenuantes: lavar, secar, passar, engomar, costurar, remendar, que eram tão importantes para o cotidiano de uma casa quanto a constante feitura de alimentos para as mais diversas refeições.

"Usávamos carvão, fazia o fogo, deixa esquentar até o carvão ficar bem vermelhinho. Ele era de ferro e o cabo de madeira, abria ele e colocava o carvão e saia bem quentinho." - Ivanilda, 61 anos.

REFERÊNCIAS

MONTELEONE, Joana de Moraes. "Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920) ". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019. ahistoriadascoisas.com, nutrivida.pt, www.mur.com.br.